

VOLUME 3

ORGANIZADORES

Dernival Venâncio Ramos Júnior
Sariza Oliveira Caetano Venâncio
Adriana Feitosa Freire
Vanessa Lessio Diniz

CULTURA E TERRITÓRIO EM FOCO

uma abordagem interdisciplinar



CONSELHO EDITORIAL

Alessandra Araújo de Souza
Adriano Lopes de Souza
Carolina Galgane Lage Miranda
César Alessandro Sagrillo Figueiredo
Filipe Vieira de Oliveira
Joaquim Guerra de Oliveira Neto
Mara Pereira da Silva
Ruy Ferreira da Silva

COORDENAÇÃO DA EDUFNT

Joana Marcela Sales de Lucena



VOLUME 3

CULTURA E TERRITÓRIO EM FOCO

uma abordagem interdisciplinar

REITORIA

Reitor

Airton Sieben

Vice-reitor

Nataniel da Vera-Cruz Gonçalves Araújo

Pró-reitora de Pesquisa e Pós-Graduação

Kênia Ferreira Rodrigues

Pró-reitor de Planejamento, Orçamento e Desenvolvimento Institucional

Freud Romão

Pró-reitor de Assuntos Estudantis

José Manoel Sanches da Cruz Ribeiro

Pró-reitora de Finanças e Execução Orçamentária

Clarete de Itoz

Pró-reitora de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas

Andréia de Carvalho Silva

Pró-reitor de Graduação

Braz Batista Vas

Pró-reitora de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários

Rejane Cleide Medeiros de Almeida

Superintendente de Infraestrutura

Eroilton Alves dos Santos

Superintendente de Tecnologia da Informação

Deive Barbosa Alves

Superintendente de Comunicação

Wagner dos Santos Mariano

Diretor do Centro de Ciências Integradas (Cimba) - CCI

Roberto Antero da Silva

Diretor do Centro de Ciências Agrárias - CCA

Rômulo Augusto Guedes Rizzardo

Diretor do Centro de Ciências da Saúde - CCS

Fernando Holanda Vasconcelos

Diretor do Centro de Educação, Humanidades e Saúde- CEHS

Marco Aurélio Gomes de Oliveira

Diretora do Sistema de Bibliotecas da UFNT

Meirilane Socorro Leocadio

Coordenação da Editora Universitária – EDUFNT

Joana Marcela Sales de Lucena

Capa

Gabriele Oliveira

Diagramação

Gabriele Oliveira



Conversão para ePub: Cumbuca Studio

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Editora da Universidade Federal do Norte do Tocantins)

C968t Cultura e território em foco: uma abordagem interdisciplinar (volume 3) [livro eletrônico] / organização Dernival Venâncio Ramos Júnior, Sariza Oliveira Caetano Venâncio, Adriana Feitosa Freire, Vanessa Lessio Diniz – São Paulo : Editora Dialética; Araguaína, TO : Universidade Federal do Norte do Tocantins - EDUFNT, 2024.
2000 Kb ; ePUB. = (v. III)

Bibliografia.

ISBN 978-65-270-2633-4

1. Cultura. 2. Estudos de Cultura e Território. 3. Ciências sociais. I. Título.

CDD-301

Todos os Direitos Reservados – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizada desde que citada a fonte.

Mariana Brandão Silva - Bibliotecária - CRB -1/3150

PREFÁCIO

Quando era o rio que Deus deixou feito, tudo tinha, agora foi o homem nada prestou. Acabou a fartura, porque no tempo do rio corrente, ele enchia, comia arroz, tudo que você tinha numa roça, mais depois quando ele esvaziava, você plantava tudo e tinha, tudo tinha. Hoje encheu e ninguém tem nada, encheu só uma vez, no tempo do rio Tocantins ele enchia no inverno, comia tudo, mais quando ele saía, ele dava tudo.

Moradora deslocada para o Reassentamento Urbano

Coletivo de Babaçulândia-TO

Como se constrói a história de um território? Como se cria, interdisciplinarmente, uma universidade-território? Como se opõem ao universal pela prática e pelo local, ao interiorizar? Como se une modos de viver e saber na luta epistêmica contra a expansão racionalizada que modifica paisagens e vidas de diferentes populações? Contra os símbolos do progresso que acabam com a fartura? Contra a cultura hegemônica e a cisheterormatividade? Contra tudo aquilo que retira o direito de bem viver das pessoas? Como se faz comum? *Cultura e território em foco: uma abordagem interdisciplinar* reúne relações entre estudantes e orientadores do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território da Universidade Federal do Norte do Tocantins (PPGCULT/ UFNT). Ao juntar as pesquisas das alunas e alunos com a experiência engajada das professoras e professores, o livro nos apresenta diferentes formas de viver e pensar territórios, e também responde boa parte das perguntas que abrem este prefácio.

Território aqui é plural: corpo-territórios; territorialidades políticas; processos de desterritorializações e reterritorializações materiais, imateriais e simbólicas; territórios atingidos; territórios-migratórios-messiânicos na “direção que aponta aonde se deve ir”; territórios das ruas submersas, ruas afogadas; territórios antidemocráticos das cidades; territórios campo-mulher; territórios autogestionados, quilombolas, assentados. Se a palavra dá conta de muitas formas de viver, ela também se nega a ser muitas outras: território não é propriedade. Mesmo quando ribeirinhos, assentados ou quilombolas lutam pela posse da terra, um território não se forma apenas com a conquista desejada, ele é feito através de práticas e vivências, ele é feito de casas, roças, escola, igrejas e comércios. Ele reúne desafios a serem vencidos, como a garantia de água encanada, rede de energia, posto de saúde e estabilidade para seus moradores. Ele enseja a construção de um assentamento melhor, muitas vezes tocada e protagonizada por mulheres.

O território oficial (nomeado da maneira que preferir, Tocantins, Bico do Papagaio, PA-TO-MA), assim, ganha outros contornos, virtuais e reais. O ciberespaço aparece como uma das suas extensões para se compreender territorialidades, identidades e memórias de um povo enquadrado em um estado nacional recém-formado. A política partidária também se territorializa no uso de mídias digitais a favor de grupos políticos tradicionais que insistem em um mito político de formação de um Tocantins autônomo, através de representações políticas e identitárias muito específicas. As produções culturais midiáticas são territórios que possuem efeitos políticos ao reproduzirem em suas narrativas lutas sociais já existentes e, ao mesmo tempo, serem incorporadas por movimentos independentes em cenários políticos contemporâneos. A lesbofobia cerceia o direito à cidade, no território de Araguaína. Os fluxos migratórios impõem a reinvenção de territorialidades de um modo de vida rural e urbano feito de práticas cotidianas de povos das águas que foram impedidos de acessar os recursos naturais dos rios. E, ainda, o corpo é uma extensão da territorialidade na vida de mulheres trans e travestis, desterritorializadas e reterritorializadas no cotidiano, dentro de suas famílias, escolas e do mercado formal de trabalho.

Se este território é feito de muitas e diversas territorialidades, a cultura do comum tem sustentado territórios deslocados e reelaborado modos de viver por meio do trabalho coletivo e partilhado. As autoras e autores aqui presentes caminham, assim, com as narrativas das pessoas com quem fazem pesquisas – mulheres quilombolas, mulheres assentadas, mulheres ribeirinhas e atingidas, pessoas LGBTQIAPN+, mulheres vítimas de violência, mulheres camponesas, mulheres trans e travestis, assentados, ativistas, quilombolas, idosos, consumidores, bombeiros, políticos e webjornalistas –, e também com uma bibliografia comum: Ecléa Bosi, Pierre Dardot e Cristian Laval, Stuart Hall, Alessandro Portelli, Edward Thompson, Olga Pombo e Beatriz Nascimento.

Nos textos aqui reunidos, a cultura do comum aparece como um agir coletivo que ensaja um princípio de coobrigação e responsabilidade. Ao aprender com as comunidades onde se pesquisa, a rede que compõe o PPGCULT espelha a própria forma coletiva de se fazer conhecimento ao compartilhar uma atividade e se engajar em uma tarefa, uma vez que é pela prática que se aprende a fazer comum, a fazer junto. Suas pesquisas fundam, assim, uma universidade que é território, feita da vivência com territorialidades construídas a partir de comunidades criminalizadas por não acompanharem a lógica civilizatória adotada pelo colonizador e seus projetos de desenvolvimento. Fundam uma universidade que é comum, cuja prática coletiva de fazer junto encontra na interdisciplinaridade formas possíveis de construção de conhecimento e de “procurar pensar”.

Maíra Cavalcanti Vale

SUMÁRIO

**OS MODOS DE VIVER NO REASSENTAMENTO URBANO COLETIVO
DE BABAÇULÂNDIA-TO: MEMÓRIAS E NARRATIVAS DOS
DESTERRITORIALIZADOS ANTES DA FORMAÇÃO DO LAGO
DA USINA HIDRELÉTRICA DE ESTREITO**

Leomaura Miranda de Andrade Soares, Olivia Macedo Miranda de Medeiros_____13

**O SIQUEIRISMO NO *YOUTUBE*: O DISCURSO AUTONOMISTA DO
ESTADO DO TOCANTINS NA CAMPANHA ELEITORAL DE 2010**

Maicon Douglas Holanda, Jean Carlos Rodrigues_____27

**HISTÓRIAS DE VIDA E MEMÓRIAS DA TRANSIÇÃO DE IDENTIDADES
DE MULHERES TRANS E TRAVESTIS EM ARAGUAINA-TO**

Lucrécia Borges Barbosa, Maria Santana Ferreira dos Santos Milhomem_____41

**RESISTÊNCIA: O SÍMBOLO DA ALIANÇA REBELDE DA SAGA
STAR WARS COMO ELEMENTO DE PROTESTO NAS
MANIFESTAÇÕES POLÍTICAS DA COLÔMBIA DE 2019 A 2022**

Victória Feitosa Sampaio, Plábio Marcos Martins Desidério_____55

**MULHERES CAMPONESAS E PARTICIPAÇÃO NA LUTA POR TERRA E
TERRITÓRIO: ASSENTAMENTO OZIEL ALVES, PORTO FRANCO, (MA)**

Alessandra da Conceição Moraes, Rejane Cleide Medeiros de Almeida_____69

A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NOS ESPAÇOS AUTOGESTIONÁRIOS DA ASSOCIAÇÃO QUILOMBOLA DA COMUNIDADE COCALINHO

Cristiane Dias da Silva, Vinicius Gomes de Aguiar _____ 81

WEBJORNALISMO E CULTURA LESBOFÓBICA: EFEITOS DA SOBERANIA MASCULINA NO MUNICÍPIO DE ARAGUAÍNA

Gilson Gomes Coelho, Plábio Marcos Martins Desidério _____ 95

O PAPEL CULTURAL NA REVITIMIZAÇÃO DA MULHER VÍTIMA DEVIOLÊNCIA

Josilene Rodrigues Monteiro, Maria Santana Ferreira dos Santos Milhomem _____ 111

MEMÓRIAS DE TRAJETÓRIAS DE MULHERES CAMPONESAS NA LUTA PELA TERRA DO ASSENTAMENTO COLORADO, RIACHINHO (TO)

Dislaine Dias Dos Santos, Rejane Cleide Medeiros De Almeida _____ 121

O AGIR COMUM NO QUILOMBO: QUINTAIS PRODUTIVOS E ARTICULAÇÕES INSTITUCIONAIS NO QUILOMBO GROTÃO EM FILADÉLFIA/TO

Felipe Eduardo Lopes Oliveira, Dornival Venâncio Ramos Junior _____ 133

O ASPECTO CONSUMERISTA E ATUAÇÃO DO PROCON DE ARAGUAÍNA FRENTE AS DEMANDAS DOS CONSUMIDORES IDOSOS

Renata Aguiar de Vasconcelos, Elías da Silva _____ 147

ABORDAGENS ACERCA DA TERRITORIALIZAÇÃO E EXPANSÃO DOS BOMBEIROS MILITARES DO TOCANTINS

Rodrigo Reis Figueira, Braz Batista Vaz_____163

ÍNDICE REMISSIVO_____181

SOBRE OS/AS AUTORES/AS_____183

SOBRE OS/AS ORGANIZADORES/AS_____189



OS MODOS DE VIVER NO REASSENTAMENTO URBANO COLETIVO DE BABAÇULÂNDIA-TO: MEMÓRIAS E NARRATIVAS DOS DESTERRITORIALIZADOS ANTES DA FORMAÇÃO DO LAGO DA USINA HIDRELÉTRICA DE ESTREITO

Leomaura Miranda de Andrade Soares

Olivia Macedo Miranda de Medeiros

INTRODUÇÃO

Este texto apresenta alguns resultados parciais da pesquisa interdisciplinar que investiga os modos de viver e memórias das pessoas que habitam o Reassentamento Urbano Coletivo (RUC) localizado em Babaçulândia – TO, o qual foi constituído a partir da desterritorialização ocasionada com a formação do lago da Usina Hidrelétrica de Estreito (UHE). Com seus modos de viver sedimentados nas ruas que ficavam às margens do rio Tocantins, e que foram alagadas depois da constituição do lago da usina, a desterritorialização sofrida por esse grupo de pessoas causou impactos que repercutem em suas memórias e em seus modos de viver, produzindo não apenas desestruturações, mas também resistências contra as opressões do capitalismo. Nesse sentido, a partir da História Oral (THOMPSON, 1992; PORTELLI, 2016), caminho metodológico adotado nessa investigação, buscaremos acessar as memórias e narrativas de histórias de vida dos moradores do RUC com vistas a apreender suas reminiscências de um tempo de trabalho e de vida no lugar onde hoje estão apenas ruas alagadas.

De outra forma, mas sob essa mesma abordagem, vamos perscrutar as experiências do presente de mulheres e homens do reassenta-

mento, buscando compreender como os processos de (des)reterritorialização foram constituindo novas práticas que (des)fazem feixes de cultura, fazendo emergir novas resistências culturais em seus modos de viver. (THOMPSON, 1995). Desse modo, a partir dos laços com as memórias da vida nas proximidades das águas e da relação com as territorialidades construídas a partir do impacto provocado pelo realojamento, procuraremos entender como essas pessoas construíram novas estratégias de resistir à desestruturação de seus modos de viver.

Assim, o cerne da pesquisa são a cultura, as memórias e as estratégias de sobrevivência presentes nas narrativas dos sujeitos impactados pelo lago da UHE que vivem no RUC. Acessando a memória na perspectiva de valorizar as experiências, encontramos histórias de dominação, trabalho, economia, costumes, tradições, valores, religiosidades e crenças, afetividade e reciprocidade dessas pessoas que construíram a história do território de Babaçulândia.

Com base no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)¹, Babaçulândia, localizada na região nordeste do estado do Tocantins, pertence à região dos Vales dos rios Araguaia e Tocantins, região constituída pelo norte do estado do Tocantins, sul/sudeste do Pará e sul do Maranhão (MEDEIROS, 2017). Constituindo-se marco divisório com o estado do Maranhão, surgiu como povoado em junho de 1926, sendo nomeada Babaçulândia em 1938 (terra do babaçu) em razão da abundância da palmeira em seu território. Somente em 1953 foi elevado à categoria de município, por meio da Lei Estadual nº 741, complementada pela Lei nº 1247, quando ocorreu o desmembrado do município de Tocantinópolis. Sua população, segundo estimativa do referido órgão, é de 10.668 (2021) pessoas, sendo 4.929 residentes na zona urbana. Seu desenvolvimento a passos lentos teve base na exploração do babaçu por processo rudimentar, além de pequenas lavouras e criação de gado; porém, desde o empreendimento capitalista do lago, está recebendo o título de “capital do turismo”.

Localizando-se a aproximadamente 100 km da barragem da UHE, Babaçulândia, dentre os municípios, é o mais atingido, o que mo-

1 Disponível em: (<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/babaculandia/historico>).

dificou suas paisagens e os modos de viver da população ribeirinha, rural e urbana. De fato, conforme expõem as diversas pesquisas, esses empreendimentos tanto impactam o meio ambiente como produzem efeitos negativos na vida dos povos ribeirinhos que, por isso, são designados “atingidos”, definição essa que, segundo Vainer (2008), diz respeito ao reconhecimento e à legitimação de direitos daqueles que são atingidos pelos malefícios que acompanham a construção das barragens. Assim, ocorre uma sequência de desencontros, com explica José de Souza Martins (1993), que se processa na vida dessas pessoas atingidas que se veem alijadas de suas moradias e de seus locais de trabalho que, a rigor, eram às margens e no rio, respectivamente. As famílias das ruas debaixo, principais atingidas pela formação do lago em Babaçulândia, são oriundas de diversos lugares, sendo a maioria do Piauí e do Maranhão. Essas, buscando melhores condições de vida, partiram rumo às Bandeiras Verdes² com o objetivo de encontrar terras férteis que pudessem ocupar, construindo costumes, valores e práticas culturais que seriam desestruturadas com o lago da usina.

Foram 3 anos (2008, 2009 e 2010) para que as obras das novas residências do RUC ficassem prontas e o deslocamento compulsório fosse concluído. Uma área completamente diferente que, embora dentro do município, ficava longe do rio, da pescaria e de parte dos modos de viver que mantinham. É sobre essas memórias, sobre essas práticas culturais, esses modos de viver — entre o ontem e o hoje desses homens e mulheres atingidos e resistentes — que pretendemos nos debruçar e procurar compreender os significados e as formas pelas quais são reelaborados os afetos e as lutas a partir dos próprios “sertanejos do coco”³, pois, conforme destaca Medeiros, “[...] especificamente sobre os modos de viver

2 Primeiramente, as *Bandeiras Verdes* são definidas por uma localização espacial; são um lugar ou, melhor dizendo, uma direção que aponta aonde se deve ir. As bandeiras ficam para oeste, o que coincide, portanto, com a região da fronteira inexplorada, onde só existiriam as matas. (VIEIRA, 2012, p. 69)

3 Expressão usada pela população para identificar o município de Babaçulândia, “Vizinhar” é um termo utilizado por habitantes do norte do Tocantins para designar o trabalho coletivo e partilhado entre membros de comunidades. (PROCAD UFT/UFGA/UFMG, 2021),

sertanejo, no que tange à região estudada, quase tudo ainda está por fazer, e especialmente no campo dos estudos em cultura” (2012, p, 268).

REFERENCIAL TEÓRICO

O viés teórico deste trabalho é interdisciplinar, ou seja, pretendemos dialogar com uma gama de disciplinas e intelectuais de diversas áreas com vistas a articular a compreensão que se pretende com a pesquisa. Para isso, buscaremos romper com as barreiras curriculares, colocando em diálogos horizontes científicos que permitam compor um campo de possibilidades analítico, includente e democrático (POMBO, 2004). Dentre as abordagens teóricas das quais nos valeremos, estão os estudos culturais, especialmente da noção de Cultura, que segundo de E. P. Thompson engloba a ideias de costume enquanto

[...] um campo para a mudança e a disputa, uma arena na qual interesses opostos apresentavam reivindicações conflitantes [...]. Mas a cultura é também um conjunto de diferentes recursos, em que há uma troca entre o escrito e o oral, o dominante e o subordinado, a aldeia e a metrópole; é uma arena de elementos conflitivos, que somente sob uma pressão imperiosa – por exemplo o nacionalismo, a consciência de classe ou a ortodoxia religiosa predominante – assume a forma de um “sistema”. E na verdade o próprio termo “cultura” com sua invocação confortável de um consenso, pode distrair nossa atenção das contradições sociais e culturais, das fraturas e oposições existentes dentro do conjunto (1998, p. 17).

Segundo Thompson, a cultura é constituída de trocas e de elementos conflitivos e não é estática, ou seja, ela é dinâmica e disputada entre as classes, fazendo parte da luta. Da mesma forma, os modos de viver, como integrante da cultura, são dinâmicos, tendo entre “seus componentes: ritos, modos simbólicos, os atributos culturais da hegemonia, [a] transmissão do costume de geração para geração e o desenvolvimento

do costume sob formas historicamente específicas das relações sociais e de trabalho.” (THOMPSON, 1998, p. 22).

Por outras palavras, os modos de viver das pessoas ou dos grupos são os modos pelos quais esses praticam suas culturas, seja no campo simbólico, seja no campo material.

Certamente, em alguns grupos, mais afastados geograficamente dos avanços tecnológicos patrocinados pela aceleração das transformações capitalistas, as permanências estão mais presentes do que as rupturas nos modos de viver, como é o caso dos ribeirinhos de Babaçulândia antes do empreendimento da UHE. Sobre esse fator, Antonio Cândido destaca, ao discutir a cultura dos grupos do interior paulista na década de 1950 (denominados por ele “caipiras”), que o fator de estabilidade desses grupos são as permanências, ou seja, segundo ele, “A cultura do caipira, como a do primitivo, não foi feita para o progresso: a sua mudança é o seu fim” (2017, p. 97). De acordo com o autor, o contato com o progresso conduziu o grupo ao desaparecimento, pois as mudanças exerceriam pressões sobre os costumes, que seriam abandonados. Se a conclusão de Cândido pode ser válida para este estudo, atualmente outras abordagens podem ser consideradas; de fato, as pressões do progresso e do capitalismo são fatores que desestabilizam as culturas tradicionais, porém, ao invés de produzirem o desaparecimento dessas culturas, fazem com que os grupos afetados construam resistências, adaptações e negociações em seus territórios nos termos que lhe são possíveis. Essas resistências culturais são constituídas a partir e dentro do território. Desse modo, é necessário recorrer ao conceito de território para realizar essa investigação, visto que dentro dele existem diferentes combinações, funções, relações de poder e produção de significados.

Assim, associar ao controle físico ou à dominação “objetiva” do espaço uma apropriação simbólica e mais subjetiva, implica discutir o território enquanto espaço simultaneamente dominado e apropriado, ou seja, sobre o qual se constrói não apenas um controle físico, mas também laços de identidade social. Simplificadamente, podemos dizer que, enquanto a dominação do espaço por um grupo ou classe gera um fortalecimento das desigualdades sociais, a apropriação e a construção de

identidades territoriais resulta no fortalecimento das diferenças entre os grupos, o que, por sua vez, pode desencadear tanto uma segregação maior como um diálogo mais fecundo e enriquecedor. (HAESBAERT, 2006, p. 121). Conforme Haesbaert, o conceito de território em suas combinações diversas de relações de poder e produção de significados tanto podem representar o recrudescimento das opressões e da dominação capitalista como produzir sentidos que produzam diferenciações entre grupos ou fortalecimento de laços de identidades; ou seja, construir reterritorializações que permitam o surgimento de resistências culturais. No caso desta pesquisa, entendemos que esse conceito é necessário por possibilitar-nos compreender como as pessoas reterritorializadas no RUC de Babaçulândia significam simbolicamente e materialmente esse território e como elas construíram, nesse local, estratégias de territorialidade para lutar contra os instrumentos da dominação.

Das possibilidades analíticas das estratégias de luta contra a dominação, destacamos os estudos do comum, ideia de que nos apropriamos nesta pesquisa. Trata-se de um princípio de coobrigação, de responsabilidade, uma rede de trabalho gerando benefícios para as comunidades (DARDOT e LAVAL, 2017), uma atividade coletiva, a fonte que vigorava no modo de vida rural e urbano na práxis com o Rio Tocantins. Moradores que vizinhavam⁴, teciam suas redes afetivas de equivalências, que na descrição de Polanyi (2012, p. 115-116) é “[...] uma operação definida como reciprocidade, redistribuição ou troca”. Desse modo, considerando nosso aporte teórico, esta investigação posiciona o ribeirinho das ruas submersas como participantes ativos, protagonistas de suas memórias, cujo modos de viver são reelaborados no território do deslocamento forçado, sustentando-se na cultura do comum. Como hipótese dessa investigação, defendemos que os homens e as mulheres da rua de baixo, atingidos pela barragem da UHE, obrigados à reterritorialização no RUC de Babaçulândia, refizeram seus feixes culturais nesse novo território e têm reconstruído seus modos de viver e reaprendido a resistir nos termos que lhes são possíveis.

MATERIAIS E MÉTODOS

A escolha da História Oral como metodologia se deve às possibilidades que essa tem de se constituir uma prática de escuta sensível dos sujeitos, rompendo com a hierarquização que outras metodologias impõem. Conforme destaca Verena Alberti, “[...] o emprego da história oral significa voltar a atenção para as versões dos entrevistados.” (2004, p. 30). Nessa abordagem, o caráter subjetivo dos dados, as narrativas orais, caracterizam-se como qualitativas, isto é, deslocam a compreensão do fenômeno objetivo para os elementos subjetivos. Constituindo o universo dos sentidos e significados atribuídos individual e coletivamente. De acordo com Minayo (2001), a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações de relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas. Constituindo-se uma metodologia qualitativa:

A História Oral é uma história construída em torno de pessoas. Ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação. Admite heróis vindos não só dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecida do povo (THOMPSON, 1992, p. 44).

Segundo Thompson, a História Oral é a oportunidade de ampliar os sujeitos abarcados pelas pesquisas em humanidades, trazendo para dentro das investigações pessoas muitas vezes negligenciadas, como no caso dos atingidos de Babaçulândia. Em termos de procedimento da pesquisa em campo, a História Oral tem no pesquisador o elemento condutor da entrevista, como esclarece Thompson (1992, p. 25): “Os historiadores podem escolher exatamente a quem entrevistar e a respeito do que perguntar. A entrevista propicia meios, também, um meio de descobrir documentos escritos e fotografias, que, de outro modo, não teriam sido localizados”.

Enquanto recurso, esse instrumento faz surgir a história oral, propiciando a espontaneidade e a liberdade de expressão tanto do entrevistador como do entrevistado, desencadeando o surgimento de determinados fatos, informações e dados contidos na história. Assim, a en-

trevista como instrumento de pesquisa viabiliza a apreensão, ainda que relativa, das experiências e memórias das pessoas, pois conforme explica Thompson (1992, p. 337) “[...] a história oral devolve a história às pessoas em suas próprias palavras. E ao dar-lhes um passado, ajuda-as também a caminhar para um futuro construído por elas mesmas”. Logo, a História Oral pode ser um modo de recuperar sentidos que permite um reposicionar-se no mundo. Por fim, em direção a uma construção respeitosa, rompendo com as linhas abissais, como Boaventura Sousa Santos (2010) nos orienta, pretendemos entrevistar 10 reassentados, homens e mulheres entre 50 e 85 anos de idade. Com roteiro norteando as perguntas, escutaremos, dialogaremos e registraremos, com suporte técnico de gravação pelo celular, amparados metodologicamente na História Oral. Em virtude da pandemia causada pela covid- 19, os protocolos sanitários serão mantidos (uso de máscara, álcool em gel e distanciamento) em conjunto com a vacinação. Consoante às informações da Secretaria Municipal de Saúde de Babaçulândia – TO, todos estão imunizados com primeira, segunda e avançando na terceira dose de reforço.

RESULTADOS PARCIAIS E DISCUSSÃO

O rio, principal símbolo da sobrevivência, transformado em lago, permanece resistindo no imaginário e na memória dos atingidos pela UHE que vivem do RUC de Babaçulândia. Por isso, na primeira parte desta investigação, optamos por buscar compreender as memórias dos saberes e fazeres com rio Tocantins que esses homens e mulheres mantêm e como a desestruturação desses fazeres atinge esse grupo. Os moradores deslocados das ruas de baixo (Rua do Campo, Rua das Neves, Beira do Rio, Rua Castelo Branco, Indústria, Remansão, Inhame, Barra do Corrente, Rua Anhanguera, Ladeira do Rocha, Colégio Leopoldo, Mercado, Feira) têm suas vidas preenchidas por lembranças localizadas na memória coletiva compartilhada, pois como esclarece Bosi “memória é um processo permanente de construção e reconstrução” (1994, p.7).

Os bons tempos, para essa população, é narrado pelo reassentado e pescador como parte dos fazeres no rio Tocantins:

De maio para agosto era a melhor temporada de pescaria. A gente escolhia um lugar com sombra na beirada do rio, que não fosse perto de moradia de ninguém e fazia nossa paiocinha e ficava lá dias direto pescando, entranhando rede, bebendo uma cana e comendo peixe assado. Não precisava de muita coisa, bastava levar farinha de puba, sal e pimenta. Como eu pescava com meu irmão João, tudo a gente dividia, era o arroz, as linhas, anzóis (V.C.S., 11/07/2021).

O relato do atingido, antigo ribeirinho, rememora uma experiência que fazia parte dos modos de viver das pessoas que ocupavam as ruas que o lago da usina “afogou”: as pescarias nos meses de baixa do rio Tocantins, quando as pessoas construía suas sociabilidades e partilhas por meio da pescaria coletiva. A narrativa rememora um momento festivo, mas também evidencia uma crise frente a realidade presente na comunidade ribeirinha, sobretudo relacionada aos pescadores. Não se trata apenas de uma crise econômica, mas também de uma crise relacionada ao impacto causado pelo desequilíbrio natural e social (CANDIDO; 2010). De acordo com o autor:

Com efeito, as necessidades têm um duplo caráter natural e social, pois se a sua manifestação primária são impulsos orgânicos, a satisfação desses se dá por meio de iniciativas humanas, que vão se complicando cada vez mais, e dependendo do grupo para se configurar. Daí as próprias necessidades se complicaram e perder em parte o caráter estritamente natural, para se tornar produtos da sociedade. De tal modo a podermos dizer que a sociedade se caracteriza antes de mais nada pela natureza da necessidade de seus grupos os recursos que dispõe para satisfazê-la (CANDIDO, 2010, p. 28).

Com a construção da barragem e a constituição do lago de Babaçulândia, os ribeirinhos que viviam nas “ruas de baixo” são impedidos de acessar os recursos naturais do rio Tocantins, o que afeta o atendimento de suas necessidades no nível natural – o alimento retirado do rio – e no social, pois a busca por alimento se torna uma questão de acesso. Acesso alimentar esse que vai se esvaindo quando o ribeirinho é forçado por

meio do cercamento, construído pelo Capitalismo, a sair do seu lugar natural (THOMPSON, 1998).

Sem dúvida, a construção do lago é compreendida de forma diferente pelos distintos grupos de Babaçulândia: alguns o consideram um símbolo de progresso, principalmente aqueles que vivem do comércio e do turismo; outros, como os pescadores, o compreendem como um lago que trouxe problemas socioambientais graves à região e que afetaram seus modos de viver. Na narrativa de um pescador e morador, tem-se:

A gente pescava e plantava. Lá no Corrente, eu plantava na terra do Zeca da Alta na meia. Eu ia de madrugada de canoa, remando, subindo o rio, um pedaço pesado até na barra do Corrente. Levava meu arroz e feijão, minhas traia de pesca e passava de manhã pra mei dia mexendo na terra, limpano o arroz, colocando comida na ceva de mandi e, a tardinha armava a rede por entre o Corrente e o rio (Tocantins). Voltava pra casa sempre com alguma coisa pra comer no mocó. (V.C.S., 11/07/2021).

Para a comunidade de pescadores, não importava a economia de mercado, o valor do salário-mínimo, o preço da gasolina, do gás ou mesmo do arroz no supermercado. Observamos que as necessidades eram atendidas pela natureza. Precisava-se da terra para cultivar enquanto aguardavam-se os peixes chegarem na ceva⁴; uma rede para descansar e já se tinha o alimento para levar para o lar, pois retiravam da natureza suas necessidades sem precisar da mediação do comércio. Esse mundo, onde as relações econômicas não eram feitas por intermédio da mercantilização, tem pouco a pouco desaparecido depois do lago da UHE. Depois da usina — e, consequentemente, depois do lago — grande parte das áreas do entorno do Rio Tocantins recebeu estrutura turística coletiva que naturalmente causa o afastamento dos peixes naquela região. Os moradores da rua de baixo, hoje realocados no RUC de Babaçulândia, os quais viviam da atividade pesqueira, têm maior dificuldade para garantir

4 Quando o pescador coloca alimentos todos os dias em um só lugar, em um determinado ponto do rio, costumando, dessa forma, os peixes a procurarem alimento naquele lugar e somente depois, o pescador irá pescá-los

o sustento de seus familiares. A insegurança de viver sem o recurso do rio é destacada por outra moradora:

Quando era o rio que Deus deixou feito, tudo tinha, agora foi o homem, nada prestou. Acabou a fartura, porque no tempo do rio corrente, ele enchia comia arroz tudo que você tinha numa roça, mais depois quando ele esvaziava, você plantava tudo e tinha, tudo tinha. Hoje encheu e ninguém tem nada, encheu só uma vez, no tempo do rio Tocantins ele enchia no inverno, comia tudo, mais quando ele saía ele dava tudo (V.C.S., 11/07/2021).

A memória da fartura do rio é contraposta à penúria do lago. O rio Tocantins dava, o lago tirou e retirou; ao retirar, desestabilizou os modos de viver dos antigos moradores da rua de baixo, levando-os a construir estratégias para viver em um território diferente. Por outras palavras, e com base em Cândido (2010) sobre a natureza que transforma em mercadoria os meios de vida, depois da usina, o peixe ficou escasso, as terras de cultivo foram cobertas pelo lago e os ribeirinhos foram cercados pelas tensões do capitalismo.

À GUIA DE CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção da UHE e do seu lago provocou a desestruturação dos modos de viver às margens do rio de muitas famílias ribeirinhas, inclusive aquelas que viviam na cidade de Babaçulândia. Reconhecidos como moradores das ruas de baixo, esses foram impactados pela constituição do lago e realocados a outro território: o RUC de Babaçulândia, um local distante da margem do rio. Esse processo de reterritorialização foi traumático para esses indivíduos que viram seus modos de viver se transformarem. Algumas práticas culturais se perderam e outras foram ressignificadas. Nesse texto, buscamos compreender alguns aspectos desses modos de viver, especialmente aqueles de tempos anteriores à construção do lago, que foram acessados por meio das memórias das 10 pessoas entrevistadas.

Os relatos produzidos pelos reassentados se referem, principalmente, às experiências comuns de pescarias e sociabilidades, às memórias dos bons momentos; além disso, também registram a perda de acesso ao rio para o atendimento das necessidades alimentares e para a diversão. Contudo, as memórias têm outras funções além de registrar os laços com o passado. Ao registrarem a experiência recente de sofrimentos gerados pelos processos de desestruturação de seus modos de viver (sendo transferidos para longe do rio), essas pessoas criam um campo de possibilidades que constrói estratégias para resistir aos avanços do capitalismo e lutar por melhores condições de viver e morar, como investigaremos no decorrer da pesquisa.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, V. Manual de história oral. 2. ed. **Revista e Atualizada**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

BOSI, E. **Memória e sociedade: lembrança de velhos**. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CÂNDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 12. ed. São Paulo: Edusp, 2017.

DARDOT, P.; LAVAL, C.. **Comum – Ensaio sobre a revolução do século XXI**. São Paulo: BoiTempo. 2017.

_____. **Territórios Alternativos**. 2. edição. São Paulo: Contexto, 2006.

IBGE. **População recenseada e estimada segundo os municípios** - 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 16 out. 2019.

MARTINS, J. S. **A chegada do estranho**. São Paulo: Hucitec, 1993.

MEDEIROS, E. A. Encontros de sangue: Cultura da Violência na Região dos Vales dos Rios Araguaia e Tocantins – 1830 a 1930. 2012. 281 F. **Tese (Douto-**

rado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia – MG, 2012.

MEDEIROS, O. M. M. A Ficcionalização dos Sertões: discursos poéticos sobre os vales dos rios Araguaia e Tocantins. 2017. 333 F. **Tese (Doutorado em História)** – Programa de Pós-graduação em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia – MG, 2017.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

POMBO, O. **Epistemologia da interdisciplinaridade**. In: POMBO, O. Interdisciplinaridade, humanismo, universidade. Porto: Campo das Letras, 2004. Disponível em: <http://cfcul.fc.ul.pt/textos/OP-EPI~1.PDF>. Acesso em: 20 fev. 2020.

PORTELLI, A. **História Oral como Arte da Escuta**. São Paulo: Ed. Letra e Voz, 2016.

PROCAD UFT/UFPA/UFMG. **Vizinhar – Economia e Cultura dos Comuns**. Comuns da Amazônia - UFPA, UFNT e UFMG, 28 set. 2021. Instagram: procad-comuns. Disponível em: https://instagram.com/procadcomuns?utm_medium=copy_link. Acesso em 28 set. 2021.

SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (Org). **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum – Estudos sobre cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

THOMPSON, P. **A voz do passado: História Oral**. Tradução de: Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VAINER, C. B. Conceito de “atingidos”: uma revisão do debate e diretrizes. **Observatório Socioambiental de Barragens**. 2008. Disponível em: <http://www.observabarragem.ippur.ufjf.br/publicacoes> Acesso em: 16 out. 2019.

VIEIRA, M. A. de C. **Território em Movimento – Comunidades Camponesas da Amazônia Oriental (Missão de Maria da Praia e Romaria do Padre Cícero)**. DOSSIÊ: Territórios emergentes e ação pública local. v. 9, n. 18. Revista Pós- Ciências Sociais. 2012.



O SIQUEIRISMO NO *YOUTUBE*: O DISCURSO AUTONOMISTA DO ESTADO DO TOCANTINS NA CAMPANHA ELEITORAL DE 2010

Maicon Douglas Holanda

Jean Carlos Rodrigues

INTRODUÇÃO

O Estado do Tocantins se configura como uma unidade federativa brasileira criada no fim da década de 1980, a partir do desmembramento territorial do Estado de Goiás. O estado tocaninense foi criado na ocasião da Assembleia Nacional Constituinte de 1988, e sempre esteve vinculado à figura do ex-governador Siqueira Campos naquela ocasião. Isso porque, desde o século XIX reconhece-se movimentos autonomistas no antigo norte de Goiás com vistas a emancipar a região política e administrativamente.

Tratando especificamente do movimento emancipacionista da década de 1980, Siqueira Campos é tido no imaginário social e em diversas esferas da sociedade tocaninense como o grande responsável pela conquista da autonomia do antigo norte de Goiás. Siqueira Campos entende esse mecanismo político e, por isso, sempre atrelou em seus discursos políticos o legado e o imaginário social de “pai-fundador” ou “construtor-civilizador” desta unidade federativa. O imaginário social possui especificidades sociais e uma ramificação de aspectos políticos, haja vista que, para a legitimação de sistemas ou regime político, de mitos, símbolos de Estado ou ideologias, é preciso elaborar e propagandear o imaginário. Segundo José Murilo de Carvalho,

É por meio do imaginário que se podem atingir não só a cabeça, mas, de modo especial, o coração, isto é, as aspirações, os medos e as esperanças de um povo. É nele que as sociedades definem suas identidades e objetivos, definem seus inimigos, organizam seu passado, presente e futuro. O imaginário social é constituído e se expressa por ideologias e utopias [e] por símbolos, alegorias, rituais, mitos. Símbolos e mitos podem, por seu caráter difuso, por sua leitura menos codificada, tornar-se elementos poderosos de projeção de interesses, aspirações, medos coletivos (CARVALHO, 2017, p. 11).

Para muitos tocantinenses, portanto, é inimaginável pensar no processo de autonomia do antigo norte de Goiás sem associá-lo diretamente com a figura de Siqueira Campos, considerado, portanto, o idealizador ou “pai-criador” do Estado do Tocantins. Esse imaginário social é bastante comum no Tocantins. Alguns atores políticos do Tocantins utilizam-se desses discursos sobre a experiência política e as benfeitorias realizadas como legados políticos regionais.

Além dessa ótica, vislumbramos a noção de que é cultural e constitucional a questão da reeleição para cargos no Poder Executivo, o que acentua o prestígio político e de poder, que às vezes não está centrada somente na figura de um membro ou sujeito político tradicionalmente conhecido pela população regional, mas também de todo um grupo político. No que se refere à concepção dos estudos de cultura e território à compreensão do poder político, Marcos Aurélio Saquet, em sua obra *Abordagens e concepções de Território*, afirma que é necessário compreender, nas especificidades dos sujeitos e na relação entre “eu” e o “outro”, que as identidades e sociabilidades, consensos e dissensos estão interligadas por relações que não podem ser separadas. As relações sociais continuarão se desenvolvendo, ramificando e pluralizando, e não se limitarão à fronteira geograficamente estabelecidas. A criação de um novo Estado ou unidade da federação consiste na compreensão de que haverá o estabelecimento de paradigmas e preceitos político-sociais que serão compartilhadas por meio de imaginários, seja nas relações de poder e nas relações sociais no espaço-tempo.

No território existe uma pluralidade de sujeitos, em relação recíproca, contraditória e de unidade entre si, no e com o lugar e com outros lugares e pessoas; identidades. Os elementos basilares do território, ou seja, as redes de circulação e comunicação, as relações de poder, as contradições e a identidade, interligam-se, fundem-se umas nas outras numa trama relacional (multitemporal e multiescalar) indissociável (SAQUET 2007, p. 158).

Carlos Augusto Serbena (2003) acentua a relação entre as arenas do poder político e o papéis atribuídos aos símbolos e mitos para a constituição do imaginário social. Para esse intelectual,

[...] os símbolos e mitos podem tornar-se receptores das projeções dos medos, interesses e aspirações, modelando comportamento, condutas e visões de mundo desde que partilhado por pessoas criando uma comunidade de sentido e solidificando uma determinada visão de mundo. Neste sentido, o campo do imaginário é também um campo de enfrentamento político, extremamente importante nos momentos de mudança política e social e quando se configuram novas identidades coletivas. Isto coloca a questão da duplicidade dos fatos sociais, isto é, a sua dupla referência a um real empírico e a sua função imaginal, isto é, a sua posição ocupada no imaginário do grupo social em questão (SERBENA, 2003, p. 2-3).

Nesse sentido, uma das justificativas que nos fazem pensar em construir esta pesquisa se deve ao fato da necessidade de trabalhos que versam sobre a História do Tocantins em diversos aspectos, e que façam um contraponto aos mecanismos metodológicos de interpretações sobre a história única ou oficial criada por sujeitos políticos e intelectuais, que evocam, de uma maneira fetichizada, o interesse em divulgar os “feitos e heroísmos” dos grandes personagens da História do Tocantins. Há, sobretudo, uma dificuldade de encontrar pesquisas que dialoguem com esta problemática num caráter mais interdisciplinar.

Sobre o conceito de interdisciplinaridade, Olga Pombo (2006) ajuda a entender como esse viés auxilia na construção de conhecimentos

multifacetados sobre uma dada realidade social. Sobre a questão, a autora justapõe que o

[...] progresso da investigação faz-se, cada vez mais, não tanto no interior dos adquiridos de uma disciplina especializada, mas no cruzamento das suas hipóteses e resultados com as hipóteses e os resultados de outras disciplinas. Ou seja, num número cada vez maior de casos, o progresso da ciência, a partir sobretudo da segunda metade do século XX, deixou de poder ser pensado como linear, resultante de uma especialização cada vez mais funda, mas, ao contrário e cada vez mais, depende da fecundação recíproca, da fertilização heurística de umas disciplinas por outras, da transferência de conceitos, problemas e métodos - numa palavra, do cruzamento interdisciplinar. Trata-se de reconhecer que determinadas investigações reclamam a sua própria abertura para conhecimentos que pertencem, tradicionalmente, ao **domínio** de outras disciplinas e que só essa abertura permite aceder a camadas mais profundas da realidade que se quer estudar. Estamos perante transformações epistemológicas muito profundas. É como se o próprio mundo resistisse ao seu retalhamento disciplinar (grifo da autora) (POMBO, 2006, p. 9).

A produção de conhecimentos sobre o aspecto da cultura política no Estado do Tocantins é dificultosa, e isso se deve aos meandros e aos jogos de interpretações que essas abordagens suscitam. E se atendo a isso, no Tocantins esse fenômeno é intensificado à medida em que essa é a unidade da federação mais recente do país e que esta pesquisa vem no sentido de colaborar com o leque de conhecimentos sobre a abordagem temática.

Outro aspecto que destacamos como importante para a construção dessa pesquisa é o próprio testemunho. A rememoração de vários aspectos do calor da campanha eleitoral de Siqueira Campos, em 2010, nos faz refletir sobre o pulsar dos discursos para a construção dos imaginários sociais, principalmente no que diz respeito à mitologia criada em torno da fundação do Tocantins; e isso é rememorado em um *jingle* da campanha de Siqueira Campos, que corrobora com a tese de que quem criou [o Tocantins], merece pleitear mais uma vez o cargo político como governador.

Um fator decisivo para a delimitação deste estudo é a disposição da análise discursiva- política disponibilizada nas redes digitais/sociais. Isto é um diferencial eminente, pois as produções científicas produzidas até o presente momento estão sustentadas em fontes bibliográficas, documentos oficiais de Estado ou pesquisas realizadas em campo, como nas entrevistas com sujeitos civis, militares e políticos desse Estado.

Desse modo, o presente trabalho tem como objetivo analisar as propagandas políticas da campanha política de Siqueira Campos disponibilizadas no *YouTube* na ocasião do pleito para governador em 2010.

A intenção desse estudo é realizar interpretações acerca de como o discurso hegemônico da criação do Estado do Tocantins está presente e é utilizado por esses materiais audiovisuais/digitais da campanha de Siqueira Campos, de modo a alcançar eleitores mais habituados ao ambiente virtual. De acordo com Mantovani (2017),

O ambiente político midiático se tornou ainda mais complexo e multifacetado com o advento da *internet*. Nesse início de século XXI, ficou cada vez mais clara a centralidade de *sites*, *blogs* e redes sociais nas disputas políticas e, de modo mais geral, no debate público. Isso não significa que as grandes empresas de comunicação e seus jornais impressos e televisivos tenham deixado de serem atores relevantes na construção do ambiente político. E, é claro, as interações com outros atores políticos, como partidos e igrejas, e mesmo com a mídia local, se mantém como um desafio para a compreensão de como se definem os contextos em que as disputas políticas tomam forma (MANTOVANI, 2017, p. 9).

Entendendo o discurso como uma prática de movimentos, de linguagens e de leituras de mundo, a pesquisa pretende revelar os sentidos e as representações da prática discursiva de Siqueira Campos, de modo a entender como os próprios discursos manipulam as escolhas políticas que elevam o candidato em seu quarto mandato como chefe do Poder Executivo do Estado. Sobre isso, o linguista Patrick Charaudeau (2020), afirma que um determinado político geralmente se utiliza de duas vertentes para a realização do jogo discursivo e da manipulação da opinião pública.

[O sujeito político,] estando em posição de rivalidade com um adversário que procura defender seu próprio projeto de sociedade para o mesmo tipo de público, situa-se numa relação triangular (instância política, instância adversa, instância cidadã) que a obriga a usar de estratégias. Além disso, ela pode se encontrar em uma das duas situações de comunicação, que são a situação da candidatura, quando se trata de chegar ao poder, e a situação de governança, quando se trata de administrar. Ou seja: uma situação de conquista do poder e uma situação de exercício do poder. Na primeira, o político [...] deve defender e promover um projeto de sociedade ideal, propor os meios de realizá-lo e convencer os eleitores de que se compromete a levá-lo até o fim. Seu discurso é essencialmente de promessa, segundo uma dupla lógica simbólica (defesa de determinados valores) e pragmática (proposta de meios para realizar seu projeto de sociedade), visto que ainda não está no poder. Na segunda situação, o que é governança, o político deve decidir se intervém ou não num conflito, orientar a política econômica em tal ou qual direção, sancionar leis. Daí a necessidade para o político de produzir explicações de maneira a lembrar a razão da decisão: seu discurso é essencialmente de justificativa (CHARAUDEAU, 2020, p. 70-71).

Sobre essa discussão evidenciada acima, e se atendo ao território da política do Tocantins, a pesquisa pretende abordar os dinamismos da própria existência do fenômeno denominado “siqueirismo” mobilizado pelas vias digitais no *YouTube* na campanha eleitoral de 2010.

Uma das problemáticas levantadas questiona: quais as relações entre o siqueirismo e o discurso autonomista do antigo norte de Goiás ressignificado pelas mídias digitais como discurso eleitoral na campanha para governador do estado de 2010?

São essas e outras questões que suscitam o desejo em desenvolver este estudo, calcado sobretudo no papel das mídias digitais para a propagação dos discursos políticos, da potencialidade política-publicitária-midiática capaz de moldar discursos e direcionar/definir a opinião pública e as escolhas políticas, pois conforme pontua Carvalho (2017, p. 11), “a manipulação do imaginário social é particularmente importante

em momentos de mudança política e social, em momentos de redefinição de identidades coletivas” do estado tocantinense.

A CONSTRUÇÃO DO MITO FUNDADOR E SUAS REPRESENTAÇÕES NA CULTURA E NO TERRITÓRIO: ALGUNS REFERENCIAIS TEÓRICOS

Sobre os estudos das mídias digitais, Douglas Kellner e Manuel Castells tratam em algumas publicações das discussões contemporâneas sobre a incorporação e a própria usabilidade das plataformas virtuais nos espaços de representações na sociedade, seja nas tessituras políticas, sociais, culturais e econômicas ou religiosas. Para tratar da questão da cultura política e as relações de poder, Raymundo Faoro contribui para a compreensão dos conceitos de patrimonialismo, clientelismo, mandonismo e estamentos políticos.

Para buscar interpretações sobre a mitologia política e relações de poder, vale destacar obras e autores que ajudam a compreender esse escopo de análise. Destacamos a obra da filósofa Marilena Chauí intitulada *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*; o livro *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*, obra do historiador José Murilo de Carvalho contribui para dimensionarmos os conceitos de nacionalidade, de imaginário republicano, da cidadania, dos discursos representativos, entre outros.

O sociólogo Pierre Bourdieu, por sua vez, contribui para o entendimento dos aspectos simbólicos dos discursos, sobretudo em seu livro *O poder simbólico*. Em *Por uma geografia do Poder*, o geógrafo Claude Raffestin auxilia na compreensão do campo da geografia política e social ao evidenciar a relação entre a dinâmica populacional e o poder. Ainda nessa arena, o livro *Geografia e Política: território, escalas de ação e instituições*, de Iná Elias de Castro, problematiza a questão política e as dinâmicas territoriais como resultado da articulação de atores políticos na arena do poder eleitoral.

Para adentrar especificamente no campo político e o mundo digital, destacamos os trabalhos de Denise Mantovani, no livro *Mídias e*

eleições no Brasil: disputas e convergências na construção do discurso político; o livro do filósofo Andrés Bruzzone intitulado *Ciberpopulismo: política e democracia no mundo digital*; e o artigo cujo título é *Os meios de comunicação e a prática política*, do cientista político Luís Filipe Miguel.

Para tratar do aspecto mais regionalizado, sobre História de Goiás e a própria formação política e identitária do Tocantins, utilizamos autores como Maria do Espírito Santo Rosa Cavalcante, no livro *Discurso autonomista do Tocantins*; a tese do geógrafo Jean Carlos Rodrigues intitulada *Estado do Tocantins: política e religião na construção do espaço de representação tocaninense*; a tese da historiadora Ana Elisete Motter, cujo título é *Representações da identidade do Tocantins na literatura e na imprensa (1989-2002)*; e o livro da historiadora Temis Gomes Parente, que intitula-se *Fundamentos Históricos do Estado do Tocantins*.

E por fim, para discutir questões ligadas sobre o domínio do discurso político, sobretudo no contexto da linguística nas campanhas publicitárias-políticas, fazemos uso das reflexões do filósofo Michel Foucault em *A ordem do discurso*; do linguista Patrick Charaudeau no livro *A conquista da opinião pública: como os discursos manipulam as escolhas políticas*.

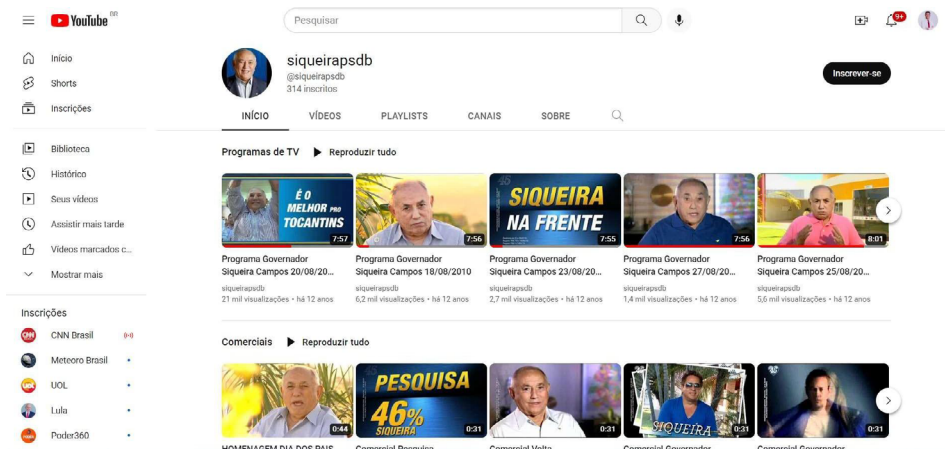
A partir destes referências apresentados, a pesquisa estará ancorada na análise de conteúdo e na revisão bibliográfica das produções científicas sobre a História do Tocantins ao longo do tempo, com base na produção acadêmica realizada sobre a temática e nos discursos proferidos ao longo do tempo sobre a formação ou “invenção” do Tocantins, pois a pesquisa surge da necessidade de se compreender os discursos e os símbolos de Estado mitológico mobilizado por Siqueira Campos e a sua produção de sentidos, bem como eles (símbolos) estão imbuídos de significância para e por sujeitos.

Portanto, para a coleta de dados, serão destacadas algumas partes relevantes da campanha audiovisual de Siqueira Campos publicadas em um canal do *YouTube* (www.youtube.com/siqueirapsdb) criado em 2010, no âmbito das eleições para governador dessa época. Ao todo, são 36 programas de TVs, 09 comerciais, 05 “Tá na boca do povo”, 11 matérias jornalísticas e 05 clipes musicais ou *jingles* da campanha eleitoral de Siqueira Campos.

Nesses materiais serão selecionados aqueles em que o discurso da criação e da autonomia do Tocantins se fazem mais presentes como legitimação do poder político-eleitoral de Siqueira Campos.

Após a seleção e organização dos dados gerais desses audiovisuais, serão transcritos os trechos de destaque acerca dos discursos sobre intencionalidade do uso da memória separatista que reforça o ideal de que Siqueira fez e fará muito mais pelo seu povo, e por isso, deve ser eleito. A transposição desse ideal político do passado para a construção do imaginário social do presente potencialmente legitimaria o seu poder novamente ao cargo de governador em um quarto mandato.

Figura 1: Vista panorâmica do canal de Siqueira Campos no YouTube



Fonte: YouTube (2022). Disponível em: <www.youtube.com/siqueirapsdb>. Acesso em: 27 dez. 2022.

Nessa pretensão, os discursos cumprem o seu papel que é propiciar o jogo de interesses do sujeito político para o grande público de eleitores, que decidiram seu voto. Isso se efetiva demasiadamente na esfera simbólica, conforme aponta Bourdieu, no qual se resgata ações e contextos do passado para reforçar o ideal de um futuro promissor, desenvolvimentista e “novo”. Analisar os discursos é, portanto, propiciar reflexões sobre as maneiras nas quais a linguagem de um cenário político

se configura na ideologia e essa mesma ideologia, concomitantemente, se manifesta através da linguagem.

Vale salientar ainda que, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em 2002 o Tocantins contava com 785.386 eleitores, dos quais 104.474 tinham entre 16 e 20 anos. Já no ano de 2010 são 948.920 eleitores, sendo 103.421 com idade entre 16 e 20 anos. Com esses dados preliminares, entendemos que, por mais que a quantidade de eleitores jovens tenha recuado, é necessário ressaltar que o acesso à *internet* cresceu, nesse período, não apenas entre jovens, mas principalmente entre adultos com até 44 anos. E esse fenômeno de inserção dos sujeitos com faixas etárias diversificadas por essa mídia digital foi uma estratégia política utilizada pelo grupo político de Siqueira Campos, sobretudo na campanha de 2010 que foi coordenada pelo publicitário Duda Mendonça.

Dessa forma, percebendo a plataforma *YouTube* como um riquíssimo instrumento midiático que armazena uma vastidão de materiais, fontes e objetos de estudos sobre cultura política no Brasil contemporâneo, os materiais audiovisuais da campanha desse sujeito político potencializa como uma fonte de estudo riquíssimo, e que deve ser interpretada e analisada com base científica.

O SIQUEIRISMO E O CIBERESPAÇO: RESULTADOS PARCIAIS DA PESQUISA E DISCUSSÕES PRELIMINARES

A eleição para governador do Estado do Tocantins de 2010 recebeu duas candidaturas que concorreram ao Poder Executivo do Estado: Siqueira Campos (PSDB) e Carlos Gaguim (PMDB). Ambos os candidatos já haviam ocupado o Palácio Araguaia na chefia do Poder Executivo do Estado do Tocantins, mas em situações bem diferentes. Ou seja, dois ex- governadores disputaram a eleição para recondução ao cargo em 2010. Na apuração dos votos válidos, Siqueira Campos recebeu 349.522 votos (50,52%) e Carlos Gaguim conquistou 342.429 votos (49,48%).

Ainda de acordo com a apuração do resultado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e Tribunal Regional Eleitoral (TRE-TO), entre os 139

municípios tocantinenses, Carlos Gaguim venceu em 76 deles, enquanto Siqueira Campos alcançou a vitória em 63 municípios, o que evidencia um equilíbrio entre os dois candidatos ao cargo de Governador do Estado do Tocantins por domínio político-eleitoral no território tocantinense.

Sobre a campanha vitoriosa de Siqueira Campos, sabe-se que as lembranças do jingle “*Volta Siqueira!*” é icônica e marca muito a campanha de Siqueira Campos no pleito eleitoral de 2010, uma vez que ele resgata práticas políticas e benfeitorias do passado para evidenciar a meritocracia política. O mito de “pai-fundador” do Estado é ressignificado em 2010 por meio da incorporação das mídias sociais, que é uma novidade para a época, utilizando as redes sociais para divulgação do *marketing* político. Sobre as ressignificações mitológicas ao longo do tempo, Chauí provoca ao afirmar que

Os brasileiros construíram, sobre si mesmos, formas de mitificação das representações que têm de si [...] O mito fundador é, dessa forma, compreendido como aquele que explica a origem ou a fundação de determinado povo e este é eternizado pela sua constante ressignificação a cada momento da história de um povo” (CHAUÍ, 2001, p. 8).

Duda Mendonça, marqueteiro reconhecido no cenário nacional – e que participou de campanhas eleitorais de políticos, dentre eles Luiz Inácio Lula da Silva, eleito Presidente da República nos pleitos de 2002, 2006 e em 2022 – utiliza um novo repertório de músicas populistas, de novos meios publicitários para alavancar a imagem de Siqueira Campos. Mesmo assim, Siqueira não inova na reformulação dos discursos, pois eles praticamente são os mesmos durante os pleitos eleitorais anteriores.

Ou seja, seus discursos da criação e da autonomia permanecem praticamente iguais aos utilizados em mandatos anteriores, mas os meios de ampliação ou de divulgação desses discursos são renovados, e o uso do *YouTube* se mostrou uma efetiva ferramenta para esse propósito de inculcação das identidades e memórias coletivas.

O *YouTube* pode ser considerado um produto do *ciberespaço*, conforme as premissas de Douglas Kellner e Manuel Castells. Inferimos, diante dessa prerrogativa, que é pertinente visualizarmos o *ciberespaço*

como uma extensão da realidade social para a compreensão dos territórios, das identidades e das memórias de um povo. A realidade e os fatos políticos, sociais, culturais, econômicos e religiosos passam a adentrar ou se incorporar às novas tecnologias que surgiram com o mundo contemporâneo. O *YouTube*, nesse sentido, para além de ser compreendida como uma ferramenta de entretenimento e divulgação, tornou-se fundamentalmente uma estratégia de ampliação da questão política no Tocantins, fenômeno que foi apropriado por Siqueira Campos para dar continuidade a suas estratégias e práticas de poder político.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os discursos sobre a “invenção” do Tocantins que paira sob a figura de Siqueira Campos é fruto do investimento no imaginário social de que a personalidade política regional é “pai-fundador” ou “construtor-civilizador” do Estado mais novo do Brasil. O capital político construído por Siqueira durante sua trajetória validou sua performance ao longo de décadas, modelou a forma de sua dominação cultural e basilou culturalmente o perfil da elite política, baseada no caráter populista, de benfeitoria e política assistencialista.

A eleição de 2010, no qual Siqueira concorreu ao quarto mandato como Governador do Tocantins, a forma de manutenção de poder e de ênfase de seu prestígio político esteve cerceado de novos meandros: a aderência de recursos tecnológicos e midiáticos no pleito eleitoral, dentre as redes sociais existentes no período, a escolha do *YouTube*.

Por um lado foi observado, pelo grupo de *marketing* político de Siqueira, que a plataforma de vídeos *YouTube* vivia um *boom* de acessos, significando uma massificação e/ou necessidade de investimentos para a propagação discursiva. Por outro lado, foi imaginado também que esse grupo de eleitores jovens potencialmente não conheciam ou não se recordavam dos discursos do passado sobre o modo de fazer política e as suas respectivas “benfeitorias”.

Os discursos de Siqueira Campos permanecem praticamente os mesmos, se comparados com o discurso hegemônico da “criação” ou “fundação”, se tratando de uma política que se territorializa, no aspecto concernente à utilização das mídias a favor do grupo político de Siqueira Campos para o prosseguimento do alcance do mito político e das representações políticas e identitárias a favor de seu prestígio político.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. Sobre o poder simbólico. *In*: BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p.07-16.

BRUZZONE, Andrés. **Ciberpopulismo**: política e democracia no mundo digital. São Paulo: Contexto, 2021, 128 p.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. 169 p.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Trad. Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 698 p.

CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e política**: território, escalas de ação e instituições. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. 304p.

CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo Rosa. **O discurso autonomista do Tocantins**. Goiânia: Editora UFG, 2003. 240 p.

CHARAUDEAU, Patrick. **A conquista da opinião pública**: como o discurso manipula as escolhas políticas. Trad. Angela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2020. 183 p.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil**: Mito Fundador e sociedade autoritária. 2001.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: Formação do Patronato Político Brasileiro. São Paulo, Editora Globo, 1975.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 8ª ed. São Paulo: Loyola, 2002. 79 p.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia**: identidade e política entre o moderno e o pós- moderno, Bauru, SP: EDUSC, 2001. 454 p.

MANTOVANI, Denise. **Mídia e eleições no Brasil**: disputas e convergências na construção do discurso político. Jundiaí: Paco Editorial, 2017. 313 p.

MIGUEL, Luiz Filipe. Os meios de comunicação e a prática política. **Lua Nova**, n. 55-56, 2002, p. 155-184.

MOTTER, Ana Elisete. **Representações da identidade do Tocantins na literatura e na imprensa (1989-2002)**. 2010. 157 f. (Tese) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, São Leopoldo, RS, 2010.

PARENTE, Temis Gomes. **Fundamentos históricos do Estado do Tocantins**. 2ª ed. Goiânia: Editora UFG, 2003. 106 p.

POMBO, Olga. Interdisciplinaridade e integração dos saberes. **Liinc em Revista**, v.1, n.1, mar. 2006, p. 3-15.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. Trad. de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RODRIGUES, Jean Carlos. **Estado do Tocantins**: política e religião na construção do espaço de representação tocanтинense. 2008. 147 f. (Tese) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, SP. 2008.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e Concepções de Território**. 4ª ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

SERBENA, Carlos Augusto. Imaginário, Ideologia e Representação Social. **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**. n. 52, dez. 2003, p. 1-12.

HISTÓRIAS DE VIDA E MEMÓRIAS DA TRANSIÇÃO DE IDENTIDADES DE MULHERES TRANS E TRAVESTIS EM ARAGUAINA-TO

Lucrecia Borges Barbosa

Maria Santana Ferreira dos Santos Milhomem

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, observou-se o aumento das discussões e debates acerca da transexualidade e das identidades trans no Brasil. O número de pesquisas e produções científicas sobre essas temáticas vem ganhando espaço, principalmente dentro das universidades brasileiras que estão se abrindo para debates voltados para transexualidade e a travestilidade e as suas conceituações teóricas.

Esta pesquisa foi desenvolvida sob a ótica do corpo como extensão da territorialidade, considerando que mulheres trans e travestis são desterritorializadas e reterritorializadas principalmente nas suas famílias, escolas e no mercado formal de trabalho a partir da transição do gênero masculino para o feminino. Essas mulheres trans e travestis do município de Araguaína, no Estado do Tocantins, não se identificam como cisgênera/o¹ e assim desafiam as normas de gênero e sexualidade impostas pelas normas socioculturais ao gênero e ao sexo biológico de nascimento. As mulheres trans e travestis entrevistadas foram essenciais para a produção de outras epistemologias que superem as visões estereotipadas sobre a

1 Pessoa cisgênera ou cisgênero se encontra conformada ao rótulo da identidade de gênero (mulher ou homem), identidade essa atribuída em razão do seu genital visível. Pessoas cisgêneros estão, contudo de acordo e se sentem confortáveis nas normas de comportamento (incluindo roupas) e os papéis sociais de gênero LETÍCIA LANZ (2015)

transexualidade produzidas ao longo do tempo. Portanto, este capítulo vai descrever e categorizar as performances e discursos presentes na transição das identidades femininas de mulheres trans e travestis.

Para Haesbaert (2004,) o tema da desterritorialização tem sido centro de inúmeras discussões na última década. Em sua concepção, o mundo vive atualmente um de seus períodos mais contraditórios e complexos, advindos dos efeitos da modernização que instituem novas formas aos espaços. A desterritorialização é abordada como uma das marcas fundamentais de nosso tempo (HAESBAERT, 2004).

O autor ainda esclarece que, nos processos de desterritorialização e reterritorialização estão conectadas as dimensões políticas e culturais. Dessa maneira, um processo de desterritorialização pode ser tanto simbólico, com a destruição de símbolos, marcas históricas, identidades, quanto pode ser um processo concreto, material, político e/ou econômico, através da destruição de antigos laços/fronteiras econômico-políticos de integração. Nesse contexto, os indivíduos, classes e grupos sociais incorporam sempre, embora em diferentes escalas e níveis, pontos de vistas desterritorializadas/desterritorializantes (HAESBAERT, 2004).

A partir de tais fatos podemos nos indagar: quais os discursos atravessam o processo de transformações corporais? Reiterando o que foi citado anteriormente, esta pesquisa objetiva descrever e categorizar as performances e discursos na transição da identidade de gênero de mulheres trans e travestis no município de Araguaína-TO. As protagonistas² entrevistadas para a realização do estudo foram 10 mulheres trans e travestis.

METODOLOGIA

Uma vez que o cerne deste texto é suscitar no campo dos estudos acadêmicos as performances e os discursos de subjetividade em transição

2 Utilizamos o termo protagonistas para afirmar que nessa pesquisa as principais personagens foram as mulheres Trans entrevistadas.

de identidades de gênero de mulheres trans³ em Araguaína-TO, faz-se imprescindível esboçar algumas proposições metodológicas bem como apontar as escolhas que respaldaram o percurso e as considerações desta pesquisa. A escolha da temática para o desenvolvimento da dissertação de mestrado ocorreu pela vivência (de uma das autoras, Lucrécia Borges Barbosa) como mulher trans, militante e palestrante do movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros e Intersexuais (LGBTI+) no Estado do Tocantins. Ela também é a primeira mulher transexual a ingressar no Programa de Mestrado em Estudos de Cultura e Território (PPGcult) da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) em Araguaína.

Como recurso metodológico usamos o método da História oral de vida⁴. Buscamos conhecer as memórias da pesquisadora e das protagonistas que aceitaram narrar suas histórias de vida. Conforme Vera Maria Antonieta Tordino Brandão, (2008) a questão acerca da memória sugere lembranças e recordações, fatos que gostamos de relembrar: um presente ou uma data especial da infância, as memoriais em relação a quem foi a primeira professora, o primeiro emprego, ou melhor quem foi o primeiro amor.

Esse estudo foi guiado por uma abordagem qualitativa intencionando mostrar traços subjetivos e a vida privada da população trans feminina composta por mulheres trans e travestis entrevistadas. Traços esses que subjetivados e particularizados da realidade das mulheres trans e das travestis com quem pesquisamos. Nas palavras de Chizzoti (2001), há uma dinâmica entre o mundo real e o sujeito, na qual existe uma interdependência viva entre o sujeito e a realidade.

3 Optamos nessa pesquisa por usar o termo trans para nos referirmos as mulheres transexuais, as travestis ou transgênero, pois o termo trans é abreviação para transexual ou travesti ou pessoa trans.

4 Foi usado nessa pesquisa para narrar a história de vida da pesquisadora e das interlocutoras que cederam as suas histórias de vida. De acordo com Abrahão (2004), esse método da autobiografia significa que o sujeito se desvela, para si, e se revela também para os outros, como uma história de si próprio carregada de significado.

Seguindo o pressuposto exposto, adotamos os seguintes procedimentos: levantamento bibliográfico. Para corroborar com as narrativas orais utilizamos como aporte teórico: Chizzoti (2001), Haesbaert (2004), Vinuto (2014), Brandão (2008) dentre outros autores que fundamentaram as discussões pertinentes a temática deste texto. Entramos em contato com as protagonistas seguindo o procedimento Snowball (*Bola de neve*) na qual as primeiras protagonistas indicam outras e assim por diante. Tal procedimento pode gerar amostras heterogêneas, sem que essa heterogeneidade seja controlada pelo pesquisador (VINUTO, 2014).

Durante as entrevistas, lançamos mão de um questionário semiestruturado como forma de conhecer as realidades e territorialidades do grupo em estudo. Posteriormente, ao término das entrevistas, elas foram organizadas uma a uma a fim de proceder às análises. Todo o andamento do estudo foi respaldado pela pesquisa bibliográfica, abrangendo as referências teóricas-metodológicas fundamentais para compreensão e contextualização das narrativas das protagonistas da pesquisa.

Para analisarmos os conteúdos das entrevistas tivemos como embasamento teórico os pressupostos apresentados por Bardin (2011). Essa autora traz a indicação da utilização da análise de conteúdo que prevê três fases fundamentais: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os dados apresentados na descrição sociológica e identitária estão disponíveis no Quadro 1. Os dados são advindos da aplicação de um questionário semiestruturado, durante as entrevistas, chamado de questionário de perfil da entrevistada que teve como objetivo obter dados sobre a identificação da idade, a orientação sexual, a naturalidade, a residência atual etc.

Inicialmente, foi considerado de fundamental importância conhecer quem são as protagonistas dessa pesquisa. Buscamos a partir da aplicação de um questionário semiestruturado, com perguntas abertas

e fechadas, traçar o perfil de cada uma dessas mulheres e compreender aspectos sobre a transição e identidade de gênero. No Quadro 1 apresentamos uma síntese do questionário, a partir dos seguintes campos informativos: metamorfose, idade, identidade de gênero, orientação sexual, cidade, naturalidade e fase do ciclo vital em que se identificou como pertencente ao gênero oposto ao que foi instituído ao nascer.

Das 10(dez) entrevistadas, 9(nove) se autoafirmaram como mulheres transexuais, uma se identificou como travesti e uma como transgênero. A faixa etária das protagonistas dessa pesquisa varia de 19 anos a 30 anos. À exceção de uma das entrevistadas, residente na cidade de Muricilândia-TO, as demais residem no município de Araguaína-TO. Transcrevemos um trecho da entrevista oral da Borboleta⁵ 10 para dialogarmos com o objetivo da nossa pesquisa, evidenciando as performances e discursos que atravessavam transição da identidade de gênero de mulheres trans e travestis.

As histórias de vida das mulheres entrevistadas têm um ponto em comum: a não conformidade com o gênero masculino que lhes foi atribuído quando nasceram. Elas desobedecem essa normatividade, como é possível verificar na entrevista da Borboleta 10:

Então, no meu caso eu me descobri uma pessoa trans e aos 16 anos e eu estava entrando no ensino médio e a minha vida tinha tomado uma proporção muito diferente do que ela era e eu vivia num padrão de vida onde eu era sempre criada pelos meus pais e mães muito conservadores mas eu sempre fui a criança “diferente” sabe a criança afeminada, a criança que era diferente dos outros meninos, etc. E aí, aos meus 16 anos ocorreu uns problemas familiares em que meu pai ficou distante por um tempo da família e aí isso pra mim foi como uma alavanca sabe por que eu me sentia muito presa nessa questão de que os meus pais eram ditadores da

5 Por motivos éticos suprimos os nomes sociais das nossas protagonistas no Quadro 1 a fim de resguardá-las de possíveis constrangimentos e assim asseguramos o compromisso social/acadêmico/científico com a temática que estamos abordamos. Todas as entrevistadas tinham seus nomes sociais já definidos e não solicitamos documento retificado quando realizamos as entrevistas. O nome social de cada uma delas foi respeitado durante todo o processo de entrevista.

minha vida e a partir do momento que o meu pai se ausentou por motivos maiores e eu comecei a me entender mais e a pesquisar sobre como eu me sentia até eu conhecer uma pessoa que também é uma mulher trans e eu me identificar melhor com a história de vida dela mais eu passei em torno de 1 ano e meio a 2 anos ainda pra me estudar pra poder saber o que eu era se realmente era aquilo que eu era pra ser a minha vida até que eu quando por volta de 2018 eu acho eu me assumi como uma pessoa trans em pleno ensino médio e isso foi um baque pra todo mundo, porque a minha mãe, ela é uma pessoa muito conservadora, ou era né, porque hoje em dia não é mais, e foi muito difícil pra ela me ouvir a primeira vez onde eu falei que eu não me sentia como um garoto e sim uma garota, mas as dificuldades foram aumentando a partir do momento que eu decidi transicionar de um gênero a outro, sabe (Entrevista oral, Borboleta 10, 17 de junho de 2021).

Em sua narrativa, Borboleta 10, nos conta que a sua percepção como uma pessoa trans começou ainda antes de completar os 18 anos de idade. Nesse contexto, ela sofria muitas repressões por parte da família que não aceitava sua identidade de gênero como uma mulher. Desde a mais tenra infância, ela já se sentia diferente dos demais meninos, e até cita a expressão “criança afeminada” para fazer referência à performance de gênero contrária a que foi idealizada pela sua família em decorrência da instituição do gênero masculino quando ela nasceu.

A família da Borboleta 10 ditava as regras em relação ao gênero masculino afim de que ela cumprisse. Em razão da sua desobediência de gênero, advindo do caráter conservador da sua família o seu pai se ausentou de casa e nesse momento ela acha uma brecha para conhecer mais sobre a transexualidade. Ela foi pesquisar sobre o assunto para poder compreender melhor o que estava se passando em sua performance discordante com a performance esperada para o seu gênero de nascimento. A transição da entrevistada Borboleta 10 foi marcada pela não aceitação da família em relação a sua negação ao gênero imposto no nascimento. .

Em pleno Ensino Médio no ano de 2018, depois de ter sofrido bastante desde a infância por ser uma criança afeminada, a transição de gênero fora externalizada para todos, em especial, a sua família que não

reagiu bem a essa decisão. Para ela, um dos momentos mais difíceis na sua transição de gênero foi assumir a sua identidade de gênero e se tornar então de fato uma mulher trans.

A performance de gênero dela começou a ser construída desde a sua infância, desde esse momento da vida ela sentia e percebia como sendo uma garota. Atualmente, a sua identidade de gênero é transgênero, sua narrativa mostra inúmeras dificuldades, incertezas e superação diante de episódios de não aceitação, principalmente, por parte do grupo familiar.

Como podemos ver no Quadro I, no quesito orientação sexual⁶ (afetivo-sexual), apenas uma delas se autoafirma como sendo bissexual (que sentem atração pelos dois gêneros), nove delas se autoafirmam como sendo heterossexual (ou seja, sentem atração pelo gênero oposto ao seu).

6 Salientamos que orientação sexual é diferente de identidade de gênero, sendo assim mulheres trans e travestis podem ser heterossexual, bissexual, assexual, pansexual, homossexual etc.

Quadro 1: Descrição sociológica e identitária das protagonistas

Metamorfose	Idade	Identidade de Gênero	Orientação sexual	Município do TO onde reside atualmente	Naturalidade e Unidade da Federação	Fase do ciclo vital em que se identificou como pertencente ao gênero oposto
Borboleta 1	30 anos	Mulher Trans	Heterossexua l	Muricilândia	Fortaleza-CE	Infância
Borboleta 2	20 anos	Mulher Trans	Heterossexua l	Araguaína	Araguaína-TO	Infância
Borboleta 3	24 anos	Mulher Trans	Heterossexua l	Araguaína	Araguaína-TO	Infância
Borboleta 4	29 anos	Mulher Trans	Heterossexua l	Araguaína	Araguaína-TO	Infância
Borboleta 5	19 anos	Mulher Trans	Heterossexua l	Araguaína	Araguaína-TO	Infância
Borboleta 6	24 anos	Mulher Trans	Heterossexua l	Araguaína	Araguaína-TO	Infância
Borboleta 7	23 anos	Travesti	Heterossexua l	Araguaína	Araguaína-TO	Adulta
Borboleta 8	25 anos	Mulher Trans	Bissexual	Araguaína	Araguaína-TO	Infância



Metamorfose	Idade	Identidade de Gênero	Orientação sexual	Município do TO onde reside atualmente	Naturalidade e Unidade da Federação	Fase do ciclo vital em que se identificou como pertencente ao gênero oposto
Borboleta 9	21 anos	Mulher Trans	Bissexual	Araguaína	Carolina-MA	Adolescência
Borboleta 10	19 anos	Transgênero	Heterossexual I	Araguaína	Balsas-MA	Infância

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2022).

As entrevistas, revelam inúmeros conhecimentos construídos entre a negação de suas identidades e a resistência que cada uma delas construiu. Isso está evidente quando elas contam os seus processos de mudanças, performances e aos discursos que perpassam a transição de gênero. Assim, por trás dos dados que compõem o Quadro 1, existem mulheres de luta, de resistência – que estão a resistir contra a todas as formas de opressão que são impostas pelos discursos conversadores – como a maioria delas narrou.

Conforme Bruna da Silva Cardoso (2017, p. 54), as narrativas são fontes de conhecimentos articulados que trazem à tona a “subjetividade do expositor”. São elas, “(...) fontes de conhecimento porque têm um caráter emancipatório (...) porque compreendemos que eles os integrantes da pesquisa são autoridades narrativas, quem narra utiliza procedimentos narrativos e simbólicos socialmente compartilhados”.

A RELEVÂNCIA DO NOME SOCIAL NO PROCESSO DE TRANSIÇÃO

Segundo o homem trans, militante e pesquisador Lídio Fernando Yale Vieira Barros (2018), há poucas iniciativas de inclusão da população transexual, travesti e transgênero no estado do Tocantins. Vamos mencionar duas iniciativas de avanço e abertura de caminhos para a inclusão da população de mulheres transexuais e travestis no Estado do Tocantins e em Araguaína (TO) a partir da experiência de inclusão das nossas entrevistadas.

A primeira iniciativa de inclusão da população transexual e transgênero refere-se à Resolução do Conselho Estadual de Educação nº 32 de 26 de fevereiro de 2010, que dispõe sobre o requerimento do nome social na matrícula e nos demais documentos do/a aluno/a em todas as unidades estaduais de ensino do Estado do Tocantins.

A segunda iniciativa diz respeito ao decreto nº 059/2018 da Prefeitura Municipal de Araguaína-TO que regularizou o uso do nome social em toda as repartições da administração pública municipal. De acordo com Barros (2018), essa iniciativa foi protagonizada pela Associação das

travestis e Transexuais do Tocantins em uma parceria com o NUAMAC, da Defensoria Pública do Tocantins.

Essas iniciativas que se referem à inclusão de pessoas transexuais, travestis e transgêneros no contexto do nome social asseguram os direitos de ir e vir para essa população. O nome social, durante para realizar as entrevistas, foi fundamental, principalmente para encontrarmos as protagonistas desta pesquisa.

Essas iniciativas, apontadas por Lídio Fernando Yale Vieira Barros (2018,) trazem à tona a necessidade de avançar na criação de políticas públicas em todos os campos da sociedade para que mulheres transexuais, travestis e transgêneros possam ter pelos menos o nome social respeitado nas repartições públicas municipais e nas unidades escolares do estado do Tocantins e assim poderem usufruir de forma digna dos serviços prestados por órgãos do Estado e do município.

Todas as mulheres entrevistadas usam o nome social, e pelos seus nomes sociais foram chamadas durante todo o processo de pré-entrevista, entrevista e pós-entrevista. A pesquisa não teve como objetivo questionar quais delas já retificaram os seus nomes e o gênero nos documentos oficiais. Porém, entendemos que o nome social faz parte da performance de cada uma delas em relação ao gênero a que elas se sentem pertencentes, gênero esse que elas também performatizam através do nome social.

Durante as entrevistas nenhuma delas fez menção aos seus nomes antes da transição de gênero, em nenhum momento elas se reportaram ao nome civil para falar de quem são hoje. Nenhuma das perguntas do questionário semiestruturado questionava sobre o nome civil das protagonistas, por considerarmos que possivelmente para muitas o nome civil pudesse trazer dores, sofrimentos e lembranças carregadas de violências que a maioria delas sofreram até conseguirem se entender e se autodefinir como mulheres transexuais e travestis. Políticas públicas, como as mencionadas acima, constituem-se em elementos, apesar de iniciais, de resposta à luta por respeito e dignidade das pessoas trans no mundo contemporâneo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse texto buscou descrever e categorizar quais são os discursos que perpassam o processo de transformações corporal de mulheres trans e travestis.

Tal problemática foi evidenciada na narrativa oral de uma das mulheres trans e travestis que foi entrevistada. A partir da análise de conteúdo de uma das entrevistas realizadas durante a pesquisa, mostramos que desde a mais tenra infância a entrevistada não se sentiu pertencente ao gênero que lhes foi atribuído ao nascer e em sua história de vida reconstrói e constrói a identidade de gênero feminina.

Esse exemplo ajudar a evidenciar que as protagonistas da pesquisa se autoafirmam como mulheres trans e travestis e não seguem padrões específicos reproduzidos pelos discursos sociais sobre as identidades trans e travestis. A sua luta como coletivo político e com a ajuda de instituições parceiras tem resultado em políticas públicas mínimas de inclusão as quais elas acessam. Contudo, cada uma delas protagoniza territorialidades diferente, constroem e reconstróem a identidade de gênero de maneira subjetiva uma das outras.

REFERÊNCIAS

ABRAHÃO.M.H.B. (Org.). **Pesquisa (auto)biográfica: teoria e empiria**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

ARAGUAÍNA- TO. DECRETO 059, DE 26 DE JANEIRO DE 2018. **Disciplina o nome social de travestis, transexuais e transgêneros em toda a administração pública direta e indireta do Município de Araguaína**. Disponível em: <https://conexaoto.com.br/2018/01/31/decreto-disciplina-o-uso-do-nome-social-de-travestis-ou-transexuais-no-municipio-de-araguaina>. Acesso em: 10 jan. 2023.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 5 ed. Lisboa: Edições 70, 2011.

BARROS, Lídio Fernando Yale Vieira. “Corpo feito no olho para o olhar”: contornos da trans-formação de gênero nas experiências das trans- formação de

gênero nas experiências das trans-travestis no contexto de prostituição em Araguaína-TO.2018. 148f. **Dissertação (Mestrado em Estudos de Cultura e Território)** – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território, Araguaína, 2018.

BRANDÃO, Vera M. A. **Memória (auto) biográfica como prática de formação**. Revista @mbiente educação- Volume 1- Nº 1- Jan/ Julho 2008- - São Paulo. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/gepiem/files/2008/09/vera.pdf>. Acesso em 02 out de 2021.

CARDOSO, Bruna da Silva. Narrativas como fontes de conhecimento: da relação com o saber à construção do ser professor e professora em Araguaína -TO. **Dissertação (Mestrado em Estudos de Cultura e Território)** - Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós- Graduação em Estudos de Cultura e Território, Araguaína, 2017.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2001. Científico e Tecnológico. Orientador: Pedro Luis Navarro Barbosa. Disponível em: <http://www.eaic.uem.br/> Acesso em 14 Mai de 2021.

DELORY-MOMBERGER, Christine. **Biografia e Educação**. Figuras de l'individuo-projeto. Trad. Maria da Conceição Passeggi, João Gomes Neto, Luis Passeggi, São Paulo: Paulus; Natal, RN: EDUFRN, 2008.

HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre.2004. Disponível em: www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf. Acesso em 16 abr de 2020.

LANZ, Letícia. **O corpo da roupa: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero**. Uma introdução aos estudos transgêneros. Curitiba: Transgente, 2015.

VINUTO, Juliana. **A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto**. Temáticas. Campinas, v. 22, n. 44, p. 203-220, 2014. Disponível em: https://www.academia.edu/16320788/A_Amostragem_em_Bola_de_Neve_na_pesquisa_qualitativa_um_debate_em_aberto. Acesso em 14 de maio de 2021.



RESISTÊNCIA: O SÍMBOLO DA ALIANÇA REBELDE DA SAGA *STAR WARS* COMO ELEMENTO DE PROTESTO NAS MANIFESTAÇÕES POLÍTICAS DA COLÔMBIA DE 2019 A 2022

Victória Feitosa Sampaio

Plábio Marcos Martins Desidério

INTRODUÇÃO

No início, o cinema era apenas um experimento científico, a tentativa de capturar e reproduzir imagens em movimento e imagens simples do cotidiano, registradas pelos irmãos Lumière em seu cinematógrafo. Mesmo com essa ideia de reproduzir a rotina das pessoas, o cinema não é uma arte sem propósito, pois nessa missão de contar histórias, voltou seu olhar para a sociedade que era retratada por cada autor de uma forma diferente, com óticas que iriam além do que estava somente em nosso imaginário, apesar de o cinema não ser política propriamente dita, a política é intrínseca ao cinema.

Existem filmes políticos, e esses são políticos por essência, desde a escolha da linguagem, o que abordar, e como fazê-lo. Noutra banda, há produções que não possuem temática política, mas apresentam a política de alguma forma. Hall (2016, p. 19) conta que a cultura da massa, ou popular, diz respeito à todas as formas de mídia amplamente distribuídas, sejam músicas, publicações, artes, literaturas, cinema, enfim, o entretenimento que compõe o cotidiano da maioria das pessoas comuns e são esses mesmos meios de comunicação de massa que contribuem para a formação de uma cidadania cultural (CANCLINI, 1997. p. 179). Discutiremos a partir de Stuart Hall, o que justifica o fato dos integrantes do mo-

vimento *Primera Línea* na Colômbia aderirem ao símbolo da Resistência (da saga de George Lucas) em seus escudos e como um signo de um filme tornou-se símbolo real de enfrentamento a um governo opressor.

STAR WARS: UMA HISTÓRIA NÃO TÃO DISTANTE

Importante salientar que, se buscamos explicações pelas quais o símbolo da resistência da saga *Star Wars* foi escolhido pelos manifestantes para representá-los, vem a calhar que façamos uma análise fílmica dessa mídia, tendo em vista que esse produto cultural possui um impacto importante na contemporaneidade. Optamos por trazer algumas cenas e elementos de filmes da saga.

George Lucas, criador da saga, começou a escrever a história dos primeiros filmes em 1973, um período de muita agitação política e social, sobretudo nos Estados Unidos por conta da Guerra do Vietnã, um conflito onde a maioria dos cidadãos americanos não estava de acordo e nem entendia por que seu país invadia terras do oriente, além disso o povo estava altamente descontente com o governo do presidente Nixon por conta do escândalo de Watergate. George Lucas também confirmou que o próprio imperador Palpatine era antes, um político, mas subverteu o senado, finalmente tomou o poder e se tornou imperial, uma figura realmente malvada que fingia ser alguém legal (IZOTON, 2021).

O diretor da saga, além de mostrar a Estrela da Morte como esta arma de destruição em massa, também buscou fazer uma crítica social ao uso da tecnologia para fins militares e políticos e lamenta saber dos prejuízos que esta aliança maquiavélica gera, a ambição dos líderes políticos fica cada vez maior e sempre encontram uma forma de recorrer a ela para legitimar suas ações. Por que você acha que no Episódio VI: O Retorno dos Jedi vemos uma nova Estrela da Morte? E se pensarmos em nossa realidade, por que ainda existem armas nucleares? (RAMÍREZ; PATIÑO, 2021, tradução nossa).

Diversos vilões de *Star Wars* são inspirados em personalidades da vida real, e já foi confirmado pelo próprio George Lucas em diversas ocasiões (DOGNES, 2021). O uso persistente de referências do nazismo dentro da trama é perceptível em vários momentos. Na trilogia prequela a forma como o senador Palpatine (Ian McDiarmid) chega ao poder, e instaura o Império Galáctico se espelha na história de Adolf Hitler. E a partir da trilogia sequência também vemos que essas ideologias do império são fundamentos e pilares para a Primeira Ordem.

Figura 1 – O Império em *Star Wars* e imagens do nazismo alemão



Fontes: Star Wars: O Despertar da Força, Dagbladest,
Aventuras na História, Reddit (2021)

O diretor J. J. Abrams contou que a cena do discurso do General Hux (Domhnall Gleeson) foi inspirada nas reuniões de Nuremberg, as reuniões organizadas pelo partido nazista entre 1923 e 1938 na Alemanha (DOCKTERMAN, 2021). Em uma análise lado a lado de frames dessa cena do filme “*Star Wars: O Despertar da Força*” é possível perceber que elementos como cores, disposição de bandeiras, posicionamento daquele que discursa e até mesmo a saudação feita pelos *stormtroopers*⁹ é similar ao regime comandado por Hitler.

Quando Adolf Hitler subiu ao poder na Alemanha durante as décadas de 1920 e 1930, os nazistas leais se reuniam anualmente na cidade de Nuremberg. Foi lá que milhares de simpatizantes lotaram os recintos do partido nazista e o Campo Zeppelin para ouvir o discurso do Führer. Um Hitler orgulhoso às vezes fazia a grande multidão esperar horas por sua chegada, permitindo que o suspense e a excitação aumentassem. Finalmente, Hitler chegaria caminhando de uma ponta a outra do campo, caminhando lentamente até a arquibancada que se erguia sobre os nazistas reunidos. No topo da arquibancada, Hitler foi acompanhado por seus altos funcionários e muitos associados e dignitários. O Campo do Zeppelin seria decorado com centenas de suásticas, muitas das quais Hitler consagrou pessoalmente usando o Blutfahneou “bandeira de sangue” em reuniões semelhantes. Bem acima do Führer pendia um grande Reichsadler ou águia imperial nazista. A enorme bandeira da Primeira Ordem pendurada atrás do General Hux reflete essa ideia de insígnias e propaganda nazista. Na verdade, as imagens circulares em vermelho, branco e preto do símbolo da Primeira Ordem lembram a suástica. Os nazistas costumavam usar uma braçadeira esquerda adornada com uma suástica, um estilo que os oficiais da Primeira Ordem imitavam ao usar um emblema do braço esquerdo de seu símbolo. Aprenda mais sobre como os nazistas e o Império “corromperam os símbolos antigos”. (DODGNES, 2021).

Figura 2 – Uniforme imperial em *Star Wars* e foto de militares do exército nazista.



Fontes: *Star Wars*: O Retorno de Jedi, MDR Zeit Reise.

O mesmo acontece se comparamos os uniformes utilizados pelos oficiais do exército nazista e integrantes da organização militar do Primeiro Império Galáctico no filme *Star Wars: O Retorno de Jedi*, como o do comandante Tiann Jerjerrod (Michael Pennington) em destaque na cena.

Voltemos ao império por um momento, de onde não podemos deixar passar uns detalhes importantes pra nossa análise. As cores que se encontram nos elementos imperialistas são: branco – refletindo na vestimenta das cores, já que é uma cor que significa perfeição, mas a que custo? –, preto – Darth Vader e a capa do imperador entre outros elementos – e o vermelho – nos guardas do imperador e nas bandeiras. O que George Lucas quis nos mostrar com essas cores? São elementos gratuitos ou têm segundas intenções? Para nós, sim há, é um tema cultural muito forte e se evidencia, não apenas pelas suas cores, mas também pelas ações, a uniformidade e o caráter de quem está vestindo esses emblemas. Estas cores definitivamente fazem referência ao que usavam na Alemanha nazista, liderada por Hitler, amante eterno do vermelho. Ou seja, o império é algo assim como a Alemanha Nazista Galáctica? Ou na realidade é uma ditadura com toques nacionalistas e fascistas, onde não há lugar para aquele que seja diferente e todos seguem a um líder cegamente sem questionar suas ordens, o que se vê nos *stormtroopers*. (RAMÍREZ; PATIÑO, 2021, tradução nossa).

Quanto à “Resistência”, *Rogue One* é um excelente título para entendermos o que foi esse grupo na história da saga. Esse filme conta, resumidamente, a história de um grupo de rebeldes que conseguiu executar a árdua missão de descobrir os planos de uma construção de uma arma destruidora de planetas que o Império elaborava. Para tal proeza, precisaram, literalmente, se sacrificar, pelo bem da galáxia, como quem dá tudo de si por um propósito e um ideal de ver todos os seres livres de opressão e da ditadura. *Rogue One* é um filme de guerra, é a expressão precisa do título da saga.

Figura 3 – Símbolo da Aliança Rebelde em um piloto da resistência



Fonte: Aminoapps (2021)

A maneira como a Aliança Rebelde atua se parece muito com uma organização de guerrilheiros, e esta é a única forma de enfrentar o Império Galáctico com todo seu poderio militar, treinamento e tecnologia que usam em combate. Parece bem familiar com o que os manifestantes colombianos também enfrentam. A seguir apresentaremos alguns diálogos, a fim de ilustrar qual era o principal discurso da Aliança Rebelde nessa missão de enfrentar o império, de modo que podemos analisar compatibilidade com o discurso da *Primera Línea*.

Krennic: Vamos alcançar a grandeza, estamos bem perto de providenciar a paz e a segurança para a galáxia.

Galen Erso: Está confundindo paz com terror. Krennic: Tudo tem um preço.

(ROGUE ONE. Tempo de exibição: 00:44:33)

Vemos que, para o militarismo no filme, não muito diferente do que se sucede na vida real, a busca pelo poder pode passar por cima de qualquer coisa, ainda que isso gere terror, violência, morte e destruição de grupos ou comunidades inteiras. Em seguida, um dos primeiros membros da Aliança Rebelde que nos é apresentado, ele se chama Cassian Andor (Diego Luna) e traz o lema que move o sentimento de lutar contra a ditadura para aquelas pessoas, afirmando que “Rebeliões tem como base a esperança.” (ROGUE ONE. Tempo de exibição: 00:28:54). Essa fala do

personagem tem total pertinência com o lema que a *Primera Línea* brada em seus manifestos.

Noutro momento também percebemos no discurso da personagem Jyn Erso (Felicity Jones), a preocupação dos rebeldes de enfrentar um exército com mais preparo, mais armas, mais tecnologia e em maior número. Quando um dos membros da Aliança Rebelde questiona que chances eles teriam contra o Império, Jyn responde: “Que chance nós temos? A pergunta é ‘que escolha?’. Fugir, esconder, pedir misericórdia, dispersar nossas forças... Rendam-se a esse inimigo tão maligno e com tanto poder e condenarão a galáxia à submissão eterna. A hora de lutar é agora!”. (ROGUE ONE. Tempo de exibição: 01:17:41 a 01:17:48). É nesse filme onde conseguimos ver a resistência se organizando com aquilo que eles têm de mais importante, a esperança e união, para enfrentar a tirania do governo que comandava.

Essa identificação com os personagens do filme traduz aquilo que Hall (2016, p. 22) comenta sobre dar sentido aos signos e objetos culturais. Vejamos:

O sentido também é criado sempre que nos expressamos por meio de “objetos culturais”, os consumimos, deles fazemos uso ou nos apropriamos; isto é, quando nós os integramos de diversas maneiras nas práticas e rituais cotidianos e, assim, investimos tais objetos de valor e significado. Ou ainda, quando tecemos narrativas, enredos – e fantasias – em torno deles.

Canclini (1997, p. 180) já explicava acerca da influência das mídias no modo de agir de uma comunidade ou grupo, ele dita que os filmes fizeram essa invasão repentina na vida das pessoas, da massa, influenciando diretamente nos seus modos de agir, falar, gostos, códigos e comportamentos, dando aos membros dos grupos influenciados legitimidade nos estilos de pensar e sentir.

A PRIMEIRA LÍNEA NA COLÔMBIA

Colômbia viveu ondas de protestos de 2019 a 2022 quando o presidente Iván Duque anunciou que a reforma tributária resultaria em aumento de impostos durante a pandemia, tudo isso somado a uma grande indignação e inconformismo com o atual governo, que resultou num descontento social imensurável e, em decorrência disso, muito clamor nas ruas e choques entre policiais e civis (QUESADA, 2021).

A ideia de criar a *Primera Línea* nasceu através da mobilização nas redes, sobretudo no Facebook da Universidade Nacional e outras mais, logo após o jovem Dilan Cruz ter sido assassinado pelo *Escuadrón Móvil Antidisturbios* (ESMAD) em um desses atos na rua (EL TELESPECTADOR, 2021). A ESMAD é um grupo de comando de operações especiais composta por militares que são responsáveis por conter tumultos, aglomerações e manter a ordem pública durante os protestos e diversas mobilizações no país.

Ocorre que a ESMAD, com seu poder de fogo, armamento pesado e muito mais preparada que os cidadãos, age quase sempre com truculência e violência, respondendo às manifestações de forma muito indiscriminada, sem se atentar ao razoável, causando mortes, agressões e lesões ao povo que vai às ruas. Por essa razão, os jovens estudantes que, inicialmente eram da Universidad Nacional de Colombia, mas hoje já conta com membros de diversos setores, decidiram criar a Primeira Linha, com o intuito de proteger os civis nos protestos com seus escudos, máscaras antigás e muita força, o nome faz jus ao que realmente são, a linha de frente em defesa aos cidadãos.

Temos esperança com o fato de que a juventude começou a ocupar as ruas, acredito que a juventude sempre esteve muito presente. A juventude sempre foi precursora de movimentos sociais que impactaram o poder que se instituiu na Colômbia, que sabemos que é um poder permeado de corrupção e paramilitarismo. (GONZÁLEZ, 2021).

Um dos integrantes brada “somos a Primeira Linha e estamos formados por vocês, colombianos. Não temos bandeiras, nem porta-vozes. Não temos cores. Não temos representantes. Não temos rosto nem identidade.” (LA OPINIÓIN, 2021, tradução nossa). O que chama atenção com relação à Primeira Linha é sua forma organizacional e identitária, uma vez que os integrantes usam grandes escudos azuis, geralmente feitos de madeira, com o símbolo da aliança rebelde estampado no centro. Aliança rebelde, como vimos, que é o grupo que luta contra o poder ditatorial do Império Galáctico que causa horrores e viola direitos por toda a galáxia. A Primeira Linha, tal como a Aliança Rebelde, possui características parecidas, um grupo com menor poder de fogo, movidos sobretudo pela esperança.

Parecem soldados de uma guerra improvisada: um esquadrão armado com tábuas, capacetes de ciclismo e óculos comprados em uma loja de ferramentas. Eles se preparam para defender uma multidão onde a proteção principal é uma bravura que soa até ingênua. Eles se preparam para enfrentar a ESMAD: seus capacetes, armaduras e armas de fogo. Uma equipe militar treinada contra alguns universitários. Um mar negro que avança contra corpos esqueléticos. (JÁUREGUI, Tania. 2021, tradução nossa).

Impossível não acompanhar essa disparidade do número de manifestantes que enfrentam a ESMAD sem lembrar de uma fala muito potente também presente em *Rogue One*, onde Cassian, diante da imensa discrepância do número de rebeldes que enfrentaria o exército imperial ordenou aos seus companheiros: “Façam 10 homens pareçam 100. Deixem os soldados longe de nós.” (ROGUE ONE. Tempo de exibição: 01:27:22).

Figura 4 – A Primeira Linha em uma manifestação

Fonte: El País (2020)

De acordo com os membros da Primeira Linha, a decisão de unirem-se teve a fagulha acesa, não somente pela morte de Dilan, mas em razão do sentimento da população de medo de ir marchar, pois sabiam que lá estaria a ESMAD prontos para dispersá-los usando de violência e truculência. Era necessário um grupo que desse garantia à população de que poderiam protestar sem medo. A Primeira Linha, como ditam, é pacífica, não ataca a ESMAD e nem faz uso de armas de fogo, seu principal lema é a defesa da vida.

A implementação desse símbolo (da aliança Rebelde/Resistência) se deu por um grupo conhecido como escudos azuis, inicialmente este grupo nasceu na UPN (Universidade de Pedagogia Nacional) e foram eles quem deram os primeiros passos da primeira linha em Bogotá. Posteriormente eles ficaram conhecidos por seus atos culturais e resistência frente aos abusos da ESMAD e usar esse símbolo representa que o povo sempre deve ter uma aliança, uma irmandade, uma cumplicidade para vencer o que sempre se buscou: equidade, igualdade e justiça. Do mesmo modo, todas as primeiras linhas têm como lema a Liberdade e a Justiça. (CAJICA, 2021, tradução nossa).

A internet teve papel muito importante para que a Primeira Linha tivesse mais força, visibilidade e apoiadores. O ciberespaço também deu para Primeira Linha o alcance necessário pra que o grupo tivesse mais adeptos e aperfeiçoasse seus modos de atuação na defesa das pessoas. O ciberespaço promove essa “prática de comunicação interativa, recíproca, comunitária e intercomunitária, [...] como horizonte de mundo virtual vivo, heterogêneo e intotalizável do qual cada ser humano pode participar e contribuir.” (LÉVY, 1999. p. 126). O grupo possui um manifesto que muito se assemelha com os ideais que os rebeldes do filme também pregam. Com palavras de ordem que deixam claro seu papel de defender as minorias, os que não tem vozes e que lutam contra a arbitrariedade daqueles que os governam.

Defendemos o povo porque o governo tem a ESMAD para se defender. Somos compostos por pessoas de várias cores, sem distinção de classe social ou protagonistas. Apagamos e dissolvemos os gases. Não provocamos. Repelimos a polícia enquanto protegemos a marcha e os manifestantes. Ajudamos aos que ficam pra trás. Nós prezamos pela legítima defesa. Garantimos que o cidadão possa protestar em paz, sem medo de ser assassinado. Existimos só pra deixar de existir. (MANIFIESTO DE LA PRIMERA LÍNEA, 2019, tradução nossa).

Portanto, não é exagero afirmar que de fato existe bastante de cinema nas manifestações políticas que tomaram conta da Colômbia. E de acordo com o que já foi explanado sobre os ideais dos rebeldes nos filmes, é bastante pertinente que tenham aderido ao símbolo como uma mensagem que querem passar. George Lucas já afirmou que a história da saga se desenrola em razão disso, “um grande império tecnológico indo atrás de um pequeno grupo de combatentes pela liberdade” (LUCAS *apud* IZOTON, 2021).

Figura 5 – A ESMAD e os Stormtroopers

Fontes: Colombia Reportse Ziggy Oskwarek (2021)

Nesta senda, se o Império é uma ditadura, Aliança Rebelde é uma democracia, especialmente se olharmos quem compõe esse grupo. Os rebeldes são pessoas diversas, de vários planetas, raças e pontos de vista. A apropriação do signo diz muito sobre quem são e seus ideais. Nesse diapasão, Hall (2016, p. 20) ensina que os significados culturais não estão só na nossa cabeça, para além disso, regulam nossa forma de exercer as práticas sociais, influenciam nossas condutas, a forma como nos organizamos, e consequentemente geram efeitos reais e concretos.

Nós entendemos quem somos porque sabemos que não somos os outros, seja pela nossa raça, pela nossa nacionalidade, nossa classe, nosso sexo, nosso credo ou qualquer outro que difira o eu do outro. “A identidade é, assim, marcada pela diferença” (Woodward, 2000). Ser cidadão desse mundo, afinal, é também possuir gostos e hábitos que fazem referência artística e comunicacional às informações que somos bombardeados e pelos nossos entretenimentos preferidos (CANCLINI, 1997. p. 175). Quando se trata de um filme a linguagem não se limita ao roteiro e às falas, mas também figurino, trilha sonora, tons, efeitos visuais, enquadramento, entonação, mensagem subjetiva. Tudo isso dá sentido ao que vemos.

A posição dos observadores, dos fãs, do público como um todo, os discursos, os elementos estéticos-formais incorporam certas posições ideológicas que produzem efeitos políticos. Isto posto, “ler politicamente a cultura também significa ver como as produções culturais da mídia reproduzem as lutas sociais existentes em suas imagens, espetáculos e narrativas.” (KELLNER, 2001, p. 76). Consequentemente, diante do que expusemos, notamos que os estudos culturais fazem esse exame de como

o público se apropria de uma mídia, e como suas figuras, símbolos e ideologias também refletem no mundo “real” e na cultura geral.

REFERÊNCIAS

CANCLINI, Nestor García. **Consumidores e cidadãos:** Conflitos multiculturais da globalização. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

COLOMBIA. Manifiesto da la Primera Línea. **Resumen Latinoamericano.** Disponível em: <<https://www.resumenlatinoamericano.org/2019/12/04/colombia-manifiesto-de-la-primera-linea/>> Acesso em: 13 jun. 2021.

DOCKTERMAN, Eliana. J.J. **Abrams Says Nazis Inspired the New Star Wars Villains.** Disponível em: <<https://time.com/4010014/j-j-abrams-star-wars-force-awakens-villain-nazi/>> Acesso em 18 jul. 2021.

DOGNES, Wes. **Imagens do Terceiro Reich na Primeira Ordem.** Disponível em: <http://www.starwarsintheclassroom.com/content/ss/history/first_order_third_reich.asp> Acesso em 20 jul. 2021

ESCUDOS azules alertan sobre un presunto montaje judicial en su contra por parte de la Policía. **El Telespectador.** Disponível em: <<https://www.elespectador.com/judicial/escudos-azules-alertan-sobre-un-presunto-montaje-judicial-en-su-contra-por-parte-de-la-policia-article/>>. Acesso em 12 jun. 2021.

HALL, Stuart. **Cultura e Representação.** Rio de Janeiro: PUC-Rio: Apicuri, 2016. Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2016.

IZOTON, Caique. **As Críticas Políticas de Star Wars:** do Império aos EUA. Youtube, 23 de junho de 2019. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=zAJ8iHZrIdc&t=4s>> Acesso em 24 jul. 2021.

JÁUREGUI, Tania Tapia. **La encrucijada de la Primera Línea.** Disponível em: <<https://cerosetenta.uniandes.edu.co/la-encrucijada-de-la-primera-linea/>>. Acesso em 13 jun. 2021.

KELLNER, Douglas. **Cultura da mídia**. Bauru: Editora Universitária do Sagrado Coração, 2001.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 1999.

NACE La Primera Línea para responder “al ataque indiscriminado” del Esmad. **La Opinión**. Disponível em: <<https://www.laopinion.com.co/colombia/nace-la-primer-linea-para-responder-al-ataque-indiscriminado-del-esmad>>. Acesso em 13 jun. 2021.

QUESADA, Juan Diego. **Os gritos de uma Colômbia que explode nas ruas**. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/internacional/2021-05-08/protestos-na-colombia-abrem-cri-se-sem-precidentes-e-sem-rota-de-saida.html>>. Acesso em 12 jun. 2021.

WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença**: uma introdução teórica e conceitual. Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

MULHERES CAMPONESAS E PARTICIPAÇÃO NA LUTA POR TERRA E TERRITÓRIO: ASSENTAMENTO OZIEL ALVES, PORTO FRANCO, (MA)

Alessandra da Conceição Morais

Rejane Cleide Medeiros de Almeida

INTRODUÇÃO

O texto estuda as memórias das mulheres camponesas no processo de luta pela a terra e território do assentamento Oziel Alves, Porto Franco/MA.

A relevância do tema mulheres camponesas e participação na luta por terra e território no Assentamento Oziel Alves, deve ao fato de que o trabalho visibiliza a participação das mulheres no contexto histórico para a criação do Assentamento Oziel Alves. A questão norteadora da pesquisa é qual é o papel da mulher na luta pela terra e no momento do pós- conquista da terra para a organização do território do Assentamento Oziel Alves?

O estudo visa também verificar como o movimento Sem Terra contribui para a formação política das mulheres na luta pela terra. Para tal, entendemos que o Movimento Sem-Terra (MST) é um dos movimentos que luta em busca de mudanças na nossa sociedade, de forma especial a Reforma Agrária. Ele nasceu no cenário político e econômico brasileiro na década de 1980 com o objetivo de construir mudanças sociais, políticas e econômicas no país. Ele objetiva a construção de uma sociedade mais justa na qual a classe trabalhadora tenha condições de trabalho, terra e produções de alimentos, além de saúde, educação e políticas públicas

que modifiquem a estruturas patriarcais, de desigualdades sociais, assim como o racismo que é estruturante da sociedade capitalista. Nossa hipótese é que as mulheres, enquanto sujeitas políticas, desempenham um papel importante nessa luta, protagonizando processos de participação política, social, econômica e cultural, e desempenham ações de ocupação e reivindicação junto ao Estado na busca por transformações na sociedade.

O Assentamento Oziel Alves está localizado na BR-334 próximo ao município de Porto Franco/MA e hoje conta com 22 famílias assentadas. Dentro desse recorte espacial, localiza-se o campo da pesquisa no qual as mulheres são assentadas da reforma agrária. Propondo reflexões acerca do tema “luta pela terra e território”, buscamos responder às questões da pesquisa, em relação à participação das mulheres no processo da conquista da terra, e compreender como essas mulheres atuavam e atuam nos debates e reivindicações desde a fase do acampamento no movimento até a fase de conquista da terra na organização do assentamento.

Conforme Fernandes (2000), nosso país é marcado por movimentos de lutas em prol de melhorias. A questão é que, em muitos movimentos, não se visibiliza a posição das mulheres na linha de frente. No MST, deparamo-nos com o posicionamento da mulher dentro do movimento, pois apesar de invisibilizadas pela história, as mulheres tiveram um papel de protagonistas crucial nas lutas travadas pelos trabalhadores rurais.

O protagonismo das mulheres na luta pela terra, portanto, é também uma das dimensões do Movimento Sem Terra. Entretanto, o papel que vêm desempenhando ao longo do processo histórico na luta pela terra no MST e as relações de gênero constituem-se em avanços, mas, contraditoriamente, em recuos, haja vista que as mulheres em luta buscam também sua inserção nas práticas sociais para a conquista da igualdade de gênero, seja nos espaços da luta social, do trabalho, quanto da política e isto não se configura facilmente (ALMEIDA, 2017, p. 198).

Nesses campos políticos, as forças sociais femininas buscam organizar-se para ter participação na formação política e lutar por direitos trabalhistas. Nesses espaços, são potencializadas as possibilidades de visi-

bilização e a necessidade do reconhecimento da força política e produtiva da mulher.

Ao observarmos todo o contexto histórico da luta pela terra, percebe-se que as mulheres camponesas sempre estiveram presentes, contribuindo para a conquista da terra e constituição do território, por meio de suas práticas e vivências. Com a criação do movimento das mulheres rurais, na década de 1980, ocorreram duas grandes reivindicações por meio desse movimento: a inclusão de mulheres nos sindicatos e a extensão dos benefícios de seguridade social, em que as mulheres trabalhadoras rurais passam a ter direito a licença-maternidade e aposentadoria.

A partir dessa questão, busco compreender a participação das mulheres na luta pela organização do assentamento e sua representação dentro desse território. O território onde se situa o assentamento é de área pouco extensa para os moradores, mas já possui sua estrutura, como casas, roças, unidade escolar, igrejas e comércios; são nesses espaços que se situam as mulheres camponesas e onde desempenham o papel na luta pela terra. Por meio de suas histórias de vida, busco compreender a forma como se dá o seu protagonismo neste processo de resistência e luta. Procurando entender a singularidade de cada história, não desconsiderando as aproximações existentes nas suas particularidades, tendo em vista que suas origens estão, dentre outras semelhanças, vinculadas ao mundo rural.

Para compreender o objetivo proposto, estudaremos os espaços sociais em que as mulheres vivem, acompanhando suas trajetórias e práticas políticas culturais no processo da luta pela terra e da consolidação do assentamento, sobretudo em outros espaços por elas ocupados.

Os movimentos sociais são fenômenos históricos presentes em várias regiões do país. São indivíduos, pessoas que lutam por seus objetivos, por seus direitos, ou seja, por uma sociedade mais justa. Cada movimento tem seus objetivos, tipos e valores: movimentos de luta por terra, moradia, direitos sociais (educação, saúde, transporte), direitos humanos, de negros, mulheres, ecológicos, pela paz, entre outros (GOHN, 2006). No caso dos movimentos de luta pela terra,

a formação dos Sem-Terra nos remete a um processo de fazer-se humano na história que está produzindo e sendo produzido em um movimento de luta social, também constituído como parte de um movimento sociocultural mais amplo; mesmo sem que os Sem-Terra tenham plena consciência disso, tal movimento extrapola seus interesses corporativos e projeta novos contornos para a vida em sociedade (CALDART, 2001, p. 207).

Gohn (2000) destaca que os movimentos sociais são ações sociais coletivas sociopolítico e cultural que juntas se organizam em um movimento para reivindicar seus direitos, suas demandas, suas pautas, suas necessidades. Sendo assim, com o passar do tempo, os movimentos sociais se tornaram históricos, sendo muitas vezes considerados tanto como anomias sociais como deturpadores da ordem estabelecida. Conforme Gohn (2000), eles são grupos de interesses econômicos, com organização, estratégias e objetivos definidos; originários de oportunidades políticas criadas pelo Estado e/ou pelas elites dominantes; movimentos de lutas de classes sociais e por identidades coletivas.

No caso do MST, ele constituiu-se como movimento social no Brasil tendo como um dos objetivos as questões do/a trabalhador/a no campo e sendo um dos seus principais objetivos a reforma agrária brasileira:

Os objetivos do MST para além da reforma agrária estão no bojo das discussões sobre as transformações sociais importantes ao Brasil, principalmente aquelas tocantes à inclusão social, sendo que, se por um lado existiram avanços e conquistas nesta luta há muito ainda por se fazer com relação à reforma agrária, assentamentos e infraestrutura disponível as famílias já assentadas (CAR-TILHA MOVIMENTO, 2016).

Na definição dos objetivos do MST, o fato de um acampamento se tornar assentamento não quer dizer que a luta acabou; ainda existem sérios desafios a serem vencidos: manter uma boa organização dentro do assentamento, ter água encanada, rede de energia, posto de saúde etc. Ou seja, um assentamento com uma estabilidade para os seus moradores.

Esses são uns dos desafios que os moradores do assentamento Oziel Alves enfrentaram depois da terra conquistada. Assim, a organização social e do território são partes indissociáveis da luta pela terra.

Em relação a uma leitura totalizante do território, Saquet (2007) ressalta que este significa que ele é um produto histórico, condições de processos sociais. Na visão do autor, que engloba todos os conceitos de território, analisamos os processos sociais do assentamento em questão, destacando os espaços ocupados pelas mulheres e suas formas de atuação para a construção de melhores condições de vida no assentamento.

A construção de um território se dá a partir da ação de grupos sociais. Essa ação pode ser no intuito de apropriação, produção ou dominação do espaço geográfico. Com a territorialização, constituída a partir de suas territorialidades, que são as atividades cotidianas que passam a ser desempenhadas no território (HAESBAERT, 2006).

Para Raffestin (1993), o território é uma produção a partir do espaço, mostrando as relações marcadas pelo poder que é exercida por pessoas ou grupos. As relações de poder, ao inserirem-se nas fissuras sociais, produzem a dominação e a resistência. Para as camponesas e os camponeses há a preocupação em imprimir um significado a esses lugares, marcá-los com sonhos e ações humanas, construí-los como novas sociedades e novas culturas.

A terra, para os camponeses e camponesas, não é apenas um objeto de trabalho, mas uma expressão de moralidade. Vê-se a terra não como natureza sobre a qual se projeta o trabalho de um grupo doméstico, mas como patrimônio da família, sobre a qual se faz o trabalho que constrói a família enquanto valor. Assentar-se na terra representa a possibilidade de transformação da vida em família, a partir do trabalho.

O MST é um movimento camponês formado por militantes de caráter popular que se organizam em grupos nas comunidades rurais, respeitando as diversidades camponesas. Mas ele também “se apresenta como um movimento que luta por transformações sociais que vão desde a educação, saúde, política, produção, agroecologia, entre outros fatores importantes da sociedade brasileira” (ALMEIDA, 2017, p. 62).

A luta e a conquista de um direito formam as pessoas para outras lutas e os benefícios da melhoria das condições de vida vai se estendendo a outros grupos e lugares. Mas nenhuma luta se luta só.

O MST apresenta característica de um movimento popular e político. Enquanto um movimento popular, caracteriza-se a partir da participação de todos na luta: desde crianças, idosos, adolescentes, mulheres, pois assim é a família camponesa. Outra característica popular do movimento é que pessoas tanto do campo como da cidade, que lutam pela reforma agrária podem participar (ALMEIDA, 2017, p. 62).

A participação das mulheres nos movimentos políticos e sociais, como o MST, revela- nos que, em todas as áreas da vida, o rompimento das dicotomias, como o individual e coletivo, entre homens e mulheres, entre jovens e velhos, entre campo e cidade, envolve as redes de relações humanas que redefinidas possibilita a criação de novas relações de poder.

MATERIAIS E MÉTODOS

Os caminhos metodológicos presentes neste estudo baseiam-se na pesquisa qualitativa, que “se ocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado” (MINAYO, 2010, p. 21). Nesse sentido, a metodologia qualitativa melhor se situa para a compreensão e discussão do tema debatido neste texto, em razão de que os fenômenos sociais não se quantificam e que a abordagem qualitativa melhor se aprofunda sobre as ações e relações humanas.

Por se tratar de uma pesquisa de abordagem qualitativa cujos sujeitos protagonistas são mulheres camponesas, optou-se pelo uso da história oral por “tratar-se da narrativa do conjunto de experiência de vida de uma pessoa” (MEIHY, 1992, p. 197). Nesse sentido, utilizamos a História Oral através da qual produziremos em parceria com as interlocutoras narrativas, em que as entrevistadas não só observam a si mesmas, mas também mostram como são vistos por outros sujeitos.

Portelli (1997) destaca que mais importante do que a objetividade dos fatos é a forma com que os protagonistas vivenciam os momentos relatados. Percebe-se que a maneira como as interlocutoras contam a história é, na realidade, se constitui em resultados das memórias de trajetórias de lutas, s, ou seja, “as memórias do lugar constituem relações que são sociais e especiais” (SANTOS, 2017, p. 21).

A partir dessas narrativas orais pretendemos destacar as histórias de vida das mulheres assentadas, com ênfase na sua participação na luta pela terra conquistada, buscando compreender a trajetória de vida de assentadas, a partir das suas narrativas, com foco nos desafios e conflitos enfrentados na conquista deste território.

Como instrumentos de pesquisa, utilizamos o roteiro de entrevistas, buscando estruturar os objetivos e a problemática levantada neste estudo, que se realizarão por meio de entrevistas com as moradoras dessa comunidade, que tem uma representatividade dentro do assentamento.

O relacionamento investigador/investigado deve ser visto como comunicação de informação num determinado espaço sociopolítico configurado em formas que varia segundo as populações, os problemas investigados, sua relação com o poder e os interesses que estão em jogo. Neste contexto, mais do que a precisão de qualquer tipo de mediação, o que importa é a pertinência das questões e das respostas formuladas na interação entre os dois pontos (THIOLLENT, 1980, p. 23).

No decorrer da entrevista, pretendo realizar uma integração entre pesquisadora e interlocutoras, ou seja, não levando somente em conta o conteúdo das falas, mas também aspectos não verbais, como pausas, expressões faciais, risos, o que, apesar de não obter a formação de uma resposta, às questões levantadas naquele momento, mostraram importantes maneiras de interação entre o entrevistador e o entrevistado.

Por fim buscamos a partir de uma perspectiva interdisciplinar de pesquisa, promovendo o diálogo entre as diferentes áreas do conhecimento, romper com as hierarquias dos saberes. Tendo em vista que “a interdisciplinaridade traduz-se na constante emergência de novas disci-

plinas que não são mais do que a estabilização institucional e epistemológica de rotinas e cruzamento de disciplinas” (POMBO, 2006, p. 210).

Portanto, procurando entender as diversas atuações das mulheres no interior do assentamento, estudando por meio de análises das narrativas os papéis desempenhados por mulheres dentro do assentamento, os cargos ocupados na organização que, por vezes, integram relações sociais desiguais entre o masculino e o feminino.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com os dados já obtidos, por meio das leituras sobre o tema, observações de campo e entrevistas realizadas vemos que a luta das mulheres vem acontecendo há muito tempo.

Comecei em 2004. Era porque eu tinha necessidade, porque eu morava nas terras alheia, na casa alheia, aí me asujeitei a fazer esses tipos de coisa e ganhei a terra, e tou dentro dela. Pra mim, aliás, foi só pra mim não, pra nós, foi muito assim cansativo, nós sofremos muito pra conseguir, era um vai e vem, era mudança de 10 em 10 dias, era mudança, não foi muito bom não, porque nós se cansamos muito e sofremos muito pra conseguir essa terra aqui, mas não me arrependo, eu podia tá arrependida se tivesse na casa dos outros aguentando abuso. Valeu e como valeu a luta (Entrevista oral Ledí Lima, Assentamento Oziel Alves, 2021).

A entrevistada relata que a necessidade de entrar para o movimento seria devido às más condições de vida, a busca por uma terra para produção e uma casa própria; são diversos, portanto os fatores que levam essas mulheres camponesas a adentrar ao movimento.

Uma luta que, para elas, valeu a pena, a conquista da terra era o objetivo principal dessas mulheres camponesas, fizeram partes das vigilâncias, da organização e da luta na linha de frente. As mulheres estavam presentes em todos os espaços e momentos da luta.

Como relata dona Francisca Silva: “Assim na noite das vigílias que a gente tinha que vigiar né, cada mulher ia com seu grupo, vigiar a noite todinha, as que não tinha marido ia, agora as que tinha marido, o marido ia. Nesse tempo existia mais mulher, mais desistiram” (Entrevista Oral, Francisca Silva, 2021). As participações das mulheres estavam presentes em várias frentes de lutas e hoje essas mulheres continuam resistindo todos os dias.

As mulheres estão presentes nos trabalhos domésticos e nos trabalhos das roças, como mostra a imagem. Dona Ledí que é uma das mulheres camponesas que trabalha na sua roça durante quase todos os dias, realizando limpeza, plantação e colhendo os frutos da terra. Ela demonstra em suas falas durante a entrevista o gosto de poder trabalhar na sua terra e desfrutar do seu trabalho.

Figura 01: Plantações nas roças



Fonte: Moraes, Alessandra (2021).

Com base na imagem, podemos ver algumas plantações realizadas pelas mulheres camponesas no Assentamento Oziel Alves. Nos dois lados da estrada temos plantações de milho e na outra imagem plantação de feijão. Estes são trabalhos realizados pelas mulheres camponesas depois de assentadas, pois elas também realizam trabalhos em casa, como a produção de farinha e produção de frutas nos quintais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Deere (2004) destaca que “é uma luta que levou doze (12) anos para alguns movimentos sociais defenderem os direitos das mulheres à terra”. Após seu reconhecimento, as mulheres têm ocupado diversos espaços, como no sindicato, na política, na educação etc. Mesmo com muitas dificuldades, as mulheres continuam lutando para obter maior reconhecimento e igualdade de gênero.

Com o surgimento do MST, as mulheres têm ganhado bastante visibilidade na luta por terra, tanto na linha de frente, como ao lado do marido, filho, assim como sozinhas. As mulheres do Assentamento Oziel Alves são casadas, mães solteiras e viúvas, todas dona de casa, cada uma delas se faz presentes nas lutas pela terra e, depois de assentadas, passam a produzir na roça, realizam serviços domésticos e estão com os companheiros e filhos nos lotes, realizando a produção de alimentos, como milho, feijão, banana e macaxeira, que é uma das plantações mais realizadas pelas moradoras do Assentamento Oziel Alves. Como relataram as mulheres, em seus quintais, algumas realizam a plantação de plantas medicinais como erva cidreira, hortelã e muitas também plantaram boldo devido à covid-19. Além dessas plantações, elas também fazem uso de canteiros para hortaliças e produzem frutas como caju, manga e outros.

A pesquisa indica que as mulheres camponesas do Assentamento Oziel enfrentaram os policiais, fazendeiros, políticos e o INCRA na luta pela terra. Trazem, em suas memórias, a luta, o medo, a dor, a alegria, a vitória; são mulheres que desafiaram os poderes estabelecidos para conquistar o direito à terra, o direito de plantar e de colher, e de trabalhar

na roça e, especialmente de participar dos locais públicos de fazer política. Essas mulheres ainda enfrentam uma luta por uma boa estrutura do assentamento e, hoje, depois de assentadas, a organização mudou, mas continuam a buscar por seu reconhecimento dentro da comunidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. C. M. Práxis política do movimento dos trabalhadores rurais Sem-Terra (MST) - TO: trajetória de organização e formação política. 2017. 231 f. **Tese (Doutorado em Sociologia)** - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.

DEERE, C. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, vol. 12, n. 1, 2004.

ESMERALDO, G. G. S. L. O protagonismo político de mulheres rurais por seu reconhecimento econômico e social. *In*: PESANHA, D. N.; MEDEIROS, L. S. (org.). **Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niterói: Alternativa, 2013. p. 237-256.

FERNANDES, C. A. **(Re)tratos discursivos do sem-terra**. Uberlândia: EDUFU, 2007.

FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil**. São Paulo: Vozes, 2000.

HAESBAERT, R. **Territórios alternativos**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

HALL, S. **Cultura e Representação**. Rio de Janeiro: PUC-Rio: Apicuri, 2016.

MELO, D. M. Subjetividade e gênero no MST: observações sobre documentos publicado entre 1979 e 2000. *In*: GOHN, M. G. (org.). **Movimentos sociais no início do século XXI**. Cap. 5, p. 113-143. Petrópolis: Vozes, 2010.

MEIHY, J. C. S. B. **Manual de história oral**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

MINAYO, C. S. et al. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**, Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. MST.O desenvolvimento do MST: Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/mst.htm>.

POMBO, O. Práticas Interdisciplinares. **Sociologias**, Rio Grande do Sul: Porto Alegre, Ano 08, n. 15, jan/jul 2006, p. 208-249.

SAQUET, M. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SANTOS, M. P. **Nerópolis do avesso**: Repositório de memórias e narrativas do lugar. UFG. 2017.

THIOLLENT, M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo: Polis, 1980.

A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NOS ESPAÇOS AUTOGESTIONÁRIOS DA ASSOCIAÇÃO QUILOMBOLA DA COMUNIDADE COCALINHO

Cristiane Dias da Silva

Vinicius Gomes de Aguiar

INTRODUÇÃO

A presente reflexão se trata de um recorte do projeto de pesquisa de mestrado junto ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território – PPGCULT da Universidade Federal do Norte do Tocantins – UFNT. O referido projeto intitulava-se: Atuação das Mulheres na Comunidade Quilombola de Cocalinho Município de Santa Fé do Araguaia - TO um Comum Feminino. O objetivo geral é compreender como se efetua a participação das mulheres quilombolas dentro da Associação da Comunidade Cocalinho. Como objetivos específicos tivemos: apresentar um histórico da comunidade quilombola Cocalinho e sua relação com o Norte do Tocantins; compreender a participação das mulheres quilombolas na associação de Cocalinho; verificar como a associação desenvolve projetos e festividades na comunidade, e como as mulheres atuam no planejamento e na sua execução. Ou seja, nossa preocupação se volta para o protagonismo feminino no âmbito da comunidade.

A justificativa para a escolha do tema se bifurca nas experiências de uma das autoras do texto (*Cristiane Dias da Silva*) Ela foi moradora da comunidade de Cocalinho entre 1997 e 2003; em seguida, engajou-se nas causas feministas, fazendo parte do Núcleo de Mulheres Olga Benário, concluindo o curso de Tecnologia em Gestão de Cooperativas (UFT). Tais

vivências foram basilares para despertar esse olhar para o envolvimento das mulheres nas causas públicas e sociais e, observando a realidade, creditamos a elas sua importância frente ao processo de reconhecimento de Cocalinho como quilombo, assim como a criação da associação.

Este estudo propõe a reflexão sobre mulheres quilombolas enquanto integrantes de uma associação quilombola, na mesma medida em que trata da visão de mulheres sobre elas e, em especial, nos espaços autogestionários. Foi traçado um percurso resumido do ambiente da mulher quilombola nos espaços de poder e como é sua participação, entrelaçado com os debates sobre gênero, a começar pela mulher no espaço público e privado, culminando na maneira que se dá a participação das mulheres quilombolas nos espaços da Associação.

Buscamos identificar a forma como essas mulheres se organizam, por quais tarefas elas são responsáveis, como as mesmas são percebidas e se percebem em meio a essa construção política. Compreender a importância dessas mulheres nos espaços de poder e assim identificar a visibilidade ou a invisibilidades delas nesse cenário, uma vez que a pesquisa é em uma associação quilombola. Desta forma analisaremos os aspectos culturais da comunidade para verificar de que forma acontece a participação das mulheres, constatando uma abordagem da inserção da mulher no meio rural, nos espaços públicos, privados e na comunidade quilombola como um todo. Com este estudo sairemos dos muros da universidade em busca de novos saberes e em busca de conhecimento da cultura e costumes de um povo.

A autogestão, segundo Misoczky (2004) consiste na gestão dos meios de produção e organização social em que todas as entidades de base (indivíduos, grupos, movimentos populares) têm direitos e participação iguais, pautando-se nos princípios da liberdade e da igualdade.

A autogestão é um modelo diferente de gestão, dentro de um espaço institucional. O espaço autogestionário, segundo Vieira (2005), envolve formação

Ninguém acorda ou acordará de um dia para o outro “autogestionário”; é necessário um processo de reflexão crítica, que ocorra

paralelamente ao desenvolvimento dos processos de trabalho, a fim de rompermos com a alienação e estranhamento na organização e elaboração dos processos do trabalho e da organização da sociedade como um todo, (VIEIRA, 2005).

Observaremos os costumes e tradição desses povos para obter um bom resultado de pesquisa com relevância social para a comunidade. O trabalho de pesquisa foi executado, buscando verificar a participação das mulheres quilombolas de forma mostrar que suas vidas são pautadas pela articulação entre lutas, tradição cultural, crenças e pela resistência para a conquista pelo território onde habitam.

ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL POR MEIO DA AUTOGESTÃO E DO COMUM

Autogestão é um modelo de gestão utilizado em cooperativas, associações e em outras instituições, pois com a autogestão todos os envolvidos participam com poder de decisão. Na autogestão, os integrantes são seus próprios chefes, ou seja, não há a figura de um chefe. Desta forma, os representantes da organização têm que decidirem em comum acordo como proceder para que a organização siga o caminho que seja bom para todos os envolvidos. Assim, afirma Singer (2012).

As ordens e instruções devem fluir de baixo para cima e as demandas e informações de cima para baixo. Os níveis mais altos, na autogestão, são delegados pelos mais baixos e são responsáveis perante os mesmos. A autoridade maior é a assembleia de todos os sócios, que deve adotar as diretrizes a serem cumpridas pelos níveis intermediários e altos da administração. (SINGER, 2012, p. 18.)

Uma vez que em uma organização autogerida não há presença do patrão e todos os envolvidos participam simultaneamente da gestão da empresa, todas as decisões sobre o empreendimento são tomadas coletivamente (TIRIBA, 2008). Isso significa que, além do trabalhador atuar nos processos produtivos, ele também deve gerir coletivamente e democraticamente seu próprio negócio. Por autogestão, Nascimento (2003) define:

[...] a autogestão é mais um “ideal” de democracia econômica e gestão coletiva que caracterizam um novo modo de produção. Contudo, este “ideal” se expressa em formas distintas nos diversos momentos da história, como possibilidades concretas dos trabalhadores constituírem suas utopias de uma sociedade igualitária e socialista. Isto significa uma radicalização da economia solidária, no sentido dos trabalhadores se reapropriarem daquilo que o capital lhes expropriou ao longo da história (NASCIMENTO, 2003, p. 01).

Em uma empresa autogerida, os indivíduos exercem a participação coletiva na direção e coordenação do empreendimento, definindo estratégias e tomando decisões em grupo. Trata-se de uma gestão democrática que garantir que as organizações sejam administradas pelos próprios trabalhadores, sem exploração ou subordinação, características estas, não encontradas nas empresas capitalistas. Nascimento (2003) explica que:

A autogestão é a construção permanente de um modelo de socialismo, em que as diversas alavancas do poder, os centros de decisão, de gestão e controle, e os mecanismos produtivos sociais, políticos e ideológicos, se encontram nas mãos dos produtores cidadãos, organizados livres e democraticamente, em formas associativas criadas pelos próprios produtores cidadãos, com base no princípio de que toda a organização deve ser estruturada da base para a cúpula e da periferia para o centro, nas quais se implante a vivência da democracia direta, a livre eleição e revogação, em qualquer momento das decisões, dos cargos e dos acordos. (NASCIMENTO, 2003, p. 03).

Assim a autogestão é uma construção permanente e, dessa forma, a participação das mulheres nos espaços autogestionários é defendida por Guérin (2005). Este autor acredita que a inserção das mulheres nestes espaços pode representar possibilidades para a conquista da igualdade de gênero. Tais experiências consistem em espaços intermediários entre público e privado e contribuem para o rompimento de algumas dificuldades impostas às mulheres.

A participação das mulheres nos espaços auto gestionários também é visto como uma forma de tirá-las do trabalho doméstico do cuidar

do lar, situações estas que muitas vezes colocam a mulher em situação de exploração. O trabalho auto gestor dá a possibilidade de experimentar um trabalho novo onde todas tenham o mesmo direito e que não fiquem em situação de submissão. Desta forma, Costa (2007) destaca que:

A organização dos empreendimentos econômicos solidários tem como uma dos principais pressupostos a autogestão. As relações de trabalho mais igualitárias, nas quais trabalhadores e trabalhadoras têm acesso à tomada de decisões, apresenta-se como um dos pilares do ideário da consolidação de iniciativas da economia solidária (COSTA, 2007, P. 08).

Nos espaços autogestionários, as mulheres têm o poder de participar das decisões e dos espaços de poder. Elas podem ter voz ativa e participar das votações e de todas as decisões que porventura acontecem nesse ambiente. O espaço autogestionário dá a oportunidade de tirar as mulheres da situação de invisibilidade.

Outro aspecto importante nesse processo de ver a participação das mulheres em espaços autogerido é o comum, pois nesse caso, as pessoas constroem juntas suas lutas e formas de resistências. Dardot e Laval (2012), afirma que:

Denominaremos “agir comum” a ação que institui o comum e dele se encarrega. “Agir comum”, não apenas “agir em comum”: não se trata do que fazemos juntos, que pode ser tanto uma viagem como um protesto, mas do modo de ação proveniente da coobrigação denotada pelo munus latino. Neste ponto, convém ter em conta a ideia de “tarefa” ou “atividade” contida no termo, que Esposito subordina erroneamente à ideia de “lei” ou “dever”. Em relação a isso, o sentido original de *communis* merece ser privilegiado, uma vez que não se tratava de designar coisas, mas homens compartilhando encargos ou tarefas: *communis* foi primeiro a designação do compartilhamento de uma tarefa entre homens (*communis* é “aquele que compartilha os encargos”) e, depois, a designação dessas coisas que eram compartilhadas entre todos (as *res communes*). Por isso, cumpre estabelecer como princípio que a coobrigação nasce do compartilhamento de uma mesma tarefa

ou atividade, não que ela seja primeira e fundadora por ser dada com a “existência”, a “condição” ou a “vida”. (DARDOT e LAVAL 2012, P. 286.)

Dessa forma, subentende-se que o comum vai ser definido pela prática, o fazer juntos, a ação praticada pelo grupo. O grupo coeso pode ser denominado como organizado a partir do comum, uma vez que as pessoas tem um objetivo em comum, partilham do mesmo pensamento de garantir seus direitos etc.

O termo comum é utilizado genericamente para representar as lutas atuais e alternativas práticas, a resistência dos povo dos Sul Dardot e Laval (2012) afirmam que:

É preciso afirmar que somente a atividade prática dos homens pode tornar as coisas comuns, do mesmo modo que somente essa atividade prática pode produzir um novo sujeito coletivo, em vez de afirmar que tal sujeito preexistia a essa atividade na qualidade de titular de direitos. Se existe “universalidade”, só pode tratar-se de uma universalidade prática, ou seja, a de todos os indivíduos que, em dado momento e em dadas condições, se encontram en-gajados numa mesma tarefa (DARDOT e LAVAL, 2012, p. 48).

Como afirma Karl Polanyi (2012):

o princípio de reciprocidade funcionará em benefício da sua mulher e dos filhos desta, recompensando assim em termos econômicos a sua virtude cívica. Ao proceder à exibição cerimonial de géneros alimentares, tanto no seu próprio quintal como em frente do celeiro do destinatário das suas dádivas, garante também que a sua qualidade de hortelão será conhecida de todos. É evidente que a economia do seu pedaço de terra e da sua família releva dessas relações sociais que se associam a uma gestão avisada e ao civismo. O princípio geral da reciprocidade contribui para salvar-guardar tanto a produção como o sustento da família (POLANYI 2021. p. 78.)

A relação de reciprocidade se dá por compartilharem obrigações, tarefas, afazeres em conjunto, recíprocos que estão em prol de ajuda mútua. Desta maneira, a economia substantiva está relacionada a uma economia em que o principal foco seja a satisfação humana. Pois dessa maneira, ela nos possibilita entender que nas comunidades tradicionais objeto de estudo em questão essa relação econômica vem para auxiliar na afirmação das práticas já realizadas pelos povos tradicionais, uma vez que esses povos têm uma relação de extrema importância com a natureza, pois é de onde eles extraem seu sustento e consegue sobreviver economicamente.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para essa investigação, optamos por realizar uma pesquisa qualitativa descritiva em uma associação quilombola situada no município de Santa Fé do Araguaia, o quilombo de Cocalinho, localizado na região norte do estado do Tocantins. A pesquisa descritiva busca identificar, compreender e descrever determinada realidade. De acordo com Marconi e Lakatos (2011), essa pesquisa faz o delineamento do que acontece na realidade do cotidiano dentro da associação dos quilombolas de Cocalinho.

Como método de coleta de dados, utilizamos entrevistas estruturadas, que serão gravadas em áudio. Segundo Marconi e Lakatos (2011), essas entrevistas são aquelas em que o entrevistador segue um formulário previamente determinado e segue um plano estruturado a fim de alcançar os objetivos da pesquisa que realiza. Para definição das mulheres entrevistadas utilizou-se como recorte as mulheres quilombolas associadas à Associação.

A ASSOCIAÇÃO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE COCALINHO

A sede da Associação da Comunidade Quilombola de Cocalinho (ACQC) está localizada no prédio do Centro Cultural Quilombola de Cocalinho, Rua Maria Neusa s/nº, zona rural do município de Santa Fé do Araguaia. O Centro Cultural.

É o local onde são feitas as reuniões e realizados eventos dentre outras atividades; o local ainda possui dois banheiros, cozinha, sala e um grande salão, neste contendo exposições de fotos e algumas peças antigas. É no interior do Centro Cultural que funcionam as atividades da Associação (ARAUJO, 2021, p. 39).

A associação foi criada no dia 11 de outubro de 2006, mesmo ano que a comunidade foi reconhecida pela Fundação Cultural Palmares (FCP), com o intuito de ser um órgão de representação do povo quilombola. O processo de adaptação dos moradores com a nova realidade foi demorado, como nos contou a interlocutora Maria do Espírito Santo.

A [criação da] Associação da Comunidade Quilombola de Co-calinho, teve um processo bastante negativo no início, pois com o reconhecimento da Fundação Cultural Palmares, em 2006, e a falta de entendimento por algumas pessoas da comunidade, surgiu um pensamento de que voltaria a ser como era antes. O negro no tronco, as chibatadas... Todo aquele processo vivido pelos negros no passado. Então ao participar de alguns Fóruns, encontros com outras comunidades, pude trazer algumas experiências vividas por outras comunidades e assim tentar motivar o povo que ser quilombola seria uma forma de reconhecer todo sofrimento vivido pelos negros escravos. Então surgiu a ideia de criar uma associação, para buscar projetos e assim ver a melhoria da comunidade (...). Muito empolgada com objetivo de melhorar a qualidade de vida do meu povo, convidei a comunidade para uma reunião e dali criar a tão sonhada associação. Esperei as pessoas da comunidade, mais ninguém compareceu. Marquei a segunda [reunião], apareceu apenas três pessoas, mas [o *quórum*] não dava pra fundar uma associação. (...) Mais uma vez tentei fazer o trabalho de formiguinha, (...) de casa em casa. Na terceira reunião já apareceu mais pessoas (...) [e] conseguimos criar a associação (Maria do Espírito Santos, Entrevista oral, 2022).

Apesar da resistência nesse primeiro momento, a criação da associação contou com o apoio de moradores dispostos a tentar mudar o pensamento daqueles que resistiam. O grupo passou a mobilizar e tirar dúvidas quanto ao processo, o porquê da criação e seus benefícios.

Eu, Maria do Espírito Santo, Maria Aparecida, Lima, Aldenora, finado José Pereira, professor Zé Carlos, fazíamos reuniões frequentemente explicando para eles como que era. Vinha o professor Luciano, vinha muita gente para explicar, dar suporte e ajudar na conscientização da comunidade (Maria Luiza, 2022, informação verbal).

Desta maneira, conseguiram sensibilizar a população da comunidade para a criação da associação, sendo este um órgão de representatividade para eles, e que por meio dela conseguiram a titularidade de seu território.

ESPAÇOS DENTRO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE COCALINHO EM QUE AS MULHERES ESTÃO INSERIDAS

As mulheres quilombolas estão presentes em todos os espaços organizativos da Associação Quilombola da Comunidade de Cocalinho. As interlocutoras da pesquisa apresentada foram Maria das Graças, Maria Aparecida, Maria Luiza, Maria do Socorro, Francisca Maria (dona Chica), Francisca (Chiquinha), Maria da Cruz, Maria do Espírito Santo e dona Lúcia. No entanto, a participação feminina se dá de forma mais ampla. O fluxograma elucida melhor onde elas estão alocadas dentro da comunidade de Cocalinho.

Ilustração I - Locais das mulheres Quilombolas dentro da Comunidade de Cocalinho em Santa Fé do Araguaia - TO



Fonte: Resultado desquisa (2022)

Durante a pesquisa, observamos que a grande maioria das mãos envolvidas nos projetos da comunidade são femininas, como a presidente da associação, a diretora da escola, a organizadora da missa e do time de futebol. Isso apenas demonstra que

Defender que as mulheres devem assumir a liderança na coletivização do trabalho reprodutivo e da moradia não é naturalizar o trabalho doméstico como uma vocação feminina; é recusar-se a apagar as experiências coletivas, o conhecimento e as lutas que as mulheres acumularam no que se refere ao trabalho reprodutivo, cuja história tem sido uma parte essencial da nossa resistência ao capitalismo (FEDERICI, 2019, p. 232)

Para além de ser considerado um “trabalho atribuído naturalmente à mulher”, não apagar sua importância na lida coletiva é possibi-

litar que elas, a seu modo, contribuam de forma significativa para que as sociedades sejam mais igualitárias e por que não dizer humanizadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observou-se que na Comunidade Quilombola de Cocalinho a participação das mulheres dentro da comunidade, aí incluída sua associação, acontece de maneira significativa, posto que as mulheres estão presentes desde a primeira reunião com os moradores para a constituição da Associação da Comunidade Quilombola de Cocalinho até a conquista de políticas públicas para as famílias e os mais jovens.

No momento que antecede a constituição da Associação, houve um embate entre aqueles que queriam e aqueles que resistiam ao reconhecimento. O traquejo das mulheres residentes foi fundamental para convencer os moradores mais velhos, que resistiam com medo do retornarem ao período da escravidão. O apoio da maioria era fundamental para criar a associação. Após várias reuniões, foi criada a associação da Comunidade Quilombola de Cocalinho.

Neste sentido, princípios autogestionários e comunais estão na base da construção da comunidade e da associação. As atribuições femininas na associação quilombola da comunidade em questão ficaram muito evidentes; elas estão presentes não somente na gestão administrativa da associação, como também se envolvem na condução e organização de eventos, tornando-se figuras basilares na sua manutenção. Mas de modo especial, são elas que mobilizam o comum e o autogestionário através de sua luta pela construção coletiva de espaços e institucionalidades coletivas dentro da comunidade.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Fernanda Neves de. Trajetórias socioespaciais das estudantes da comunidade quilombola de Cocalinho a Universidade Federal do Tocantins. **Mo-**

nografia de graduação. Universidade Federal do Tocantins. Curso de Geografia. Araguaína, 2021.

BRANDÃO, T. F. B., Barbosa, L. C. B. G., & Bergamasco, S. M. P. P. (2023). Organização social e gestão associativa rural entre mulheres no semiárido sergipano. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, 61(2), e 249024. <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.249024>.

COSTA, Bianca A. Lima; NEVES, Magda de Almeida. **Empreendimentos de reciclagem: as mulheres na economia solidária.** Minas Gerais, 2007.

CARLOS, José Sebe B. Meihy, **História Oral. Como Fazer, Como Pensar** out, 2011. DARDOT, Pierre e LAVAL, Christian Comum, ensaio sobre a revolução no século XXI pág 48, pág 286, 2012.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução:** trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

GUÉRIN, Isabelle. Introdução Geral. In: **As mulheres e a economia solidária.** São Paulo: Edições Loyola, 2005, p. 11-30.

KARL, Polanyi “**A subsistência do homem**”, e ensaios correlatos, pág 63, pág 78, 2012.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa:** planejamento e execução de pesquisa, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. São Paulo: Atlas, 2011.

NASCIMENTO. Claudio. **Autogestão e o “novo cooperativismo”.** Seminário Nacional de Autogestão. Jonville-SC, 2003.

MISOCZKY, Maria Ceci Araújo; OLIVEIRA, Romualdo Paz de; PASSOS, Rafael Pavan. **Reflexões sobre a autogestão a partir da experiência da Cidade das Cidades.** Organização e Sociedade, Salvador, v. 11, ed. especial, p. 183-196, 2004.

SINGER. Paul. **Introdução à economia solidária.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2012.

TIRIBA, Lia Vargas. **Economia popular e produção de uma nova cultura do trabalho**: contradições e desafios frente à crise do capitalismo, 2008.

VIEIRA, F. M. **Coerência e aderência da Economia Solidária**: um estudo de caso dos coletivos de produção do MST em Mato Grosso do Sul. Disponível em <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12138/tde-28082006-155039/publico/TeseEconomiaSolidariaVieira.pdf>. Acesso em: 08 de fevereiro de 2021.

FONTES ORAIS

Maria Luiza Ribeiro da Silva. Entrevista oral realizada em 14 de abril de 2022.
Maria do Espírito Santos. Entrevista oral realizada em 10 de fevereiro de 2022.



WEBJORNALISMO E CULTURA LESBOFÓBICA: EFEITOS DA SOBERANIA MASCULINA NO MUNICÍPIO DE ARAGUAÍNA

Gilson Gomes Coelho

Plábio Marcos Martins Desidério

INTRODUÇÃO

Ao longo do tempo, a partir do surgimento da internet, o fazer jornalístico — assim como outras práticas culturais — passou a se expandir para além do típico jornalismo da imprensa escrita, para outras formas notoriamente mais flexíveis, simples e rápidas de confecção de notícias, muitas vezes necessárias para suprir a falta qualificada de recursos humanos em sua produção; trazendo, como um ganho substancial, a otimização da interação com entre os leitores da notícia, como ocorre no webjornalismo — a base para estudar o conteúdo de noticiários desta investigação — e pode ser entendido, então, como o jornalismo que se faz na Web e para a Web. Outras denominações usadas por vários autores são Ciberjornalismo, Jornalismo Online e Jornalismo em Linha.

Dalmonte (2009, p. 121), partindo da mesma concepção, acrescenta que o Webjornalismo

[...] é caracterizado não como um novo jornalismo, marcado por ruptura e negação de uma tradição, e sim como a renovação de antigas práticas. A partir das características atribuídas a esse jornalismo, pode-se verificar o papel preponderante das continuidades e potencializações observadas, em detrimento de rupturas ou negação da práxis jornalística em outros suportes.

Este meio de comunicação nos ajuda a pensar em como os processos e práticas cotidianas dão substancialidade para entendermos as mudanças e a manutenção de alguns processos de sociabilidade com grupos LGBT. A esse leque de elementos que organizam as práticas da cotidiana de grupos humanos, Hall (2016), chamou de cultura.

Partindo desse pressuposto, percebe-se, então, que os violentos processos decorrentes da LGBTfobia estão intimamente relacionadas com a noção de cultura, em que “linguagem” se apresenta como substrato de base para trazer a materialidade da vida, onde as relações de dominação são pactuadas através do que Hall (2016) entende como cultura hegemônica, sendo a mídia, inclusive, um instrumento de transmissão de saberes tidos como validados e universais que acompanham o percurso histórico e as modificações decorrentes dele.

A LGBTfobia é um termo amplo que abarca, na mesma expressão, um conjunto de ações ou mecanismos produzidos socialmente para oprimir, violentar ou discriminar pessoas que estão fora dos contornos legitimados de orientação sexual e gênero, ou seja, da cisheteronormatividade¹.

Antes, cabe ressaltar que, neste estudo, será aplicada a sigla LGBT e não outras variantes, apenas por ser a oficialmente utilizada no Brasil, desde 2008 (SIMÕES; FACCHINI, 2009) que, em sua representação, abarca constituições distintas de orientação sexual: lésbicas, gays e bissexuais, como também de identidades de gênero, de transexuais e travestis, representadas pela letra T.

Conforme dito, embora estejam unificadas na mesma sigla, temos aí duas questões distintas: orientação sexual e gênero. Segundo Jesus (2015), a primeira diz respeito ao desejo e/ou atração no campo do afeto e da sexualidade e, a segunda, às características esperadas no desempenho e representação de papéis, como se os mesmos devessem acontecer de modo compulsório ou automático, assegurado por uma suposta biologia vaginal ou peniana; sendo, portanto, “[...] o significado social que o sexo assume em determinada cultura” (BUTLER, 2019, p. 21).

1 Segundo Jesus (2015) este termo é utilizado para nomear a aderência compulsória entre sexo e gênero.

Embora exista uma correlação entre orientação sexual e gênero, destaca-se o fato de que ambas são construções sociais distintas e potentes para produzir estigmas sociais. A noção conceitual de estigma é a mesma proposta pelo sociólogo canadense Erving Goffman (2004), no que tange à existência de um ou mais atributos de natureza depreciativa e, por isso, quando identificados em uma pessoa, tais atributos acrescentam, à identidade, referências negativas, como conotações pejorativas de desvalor e rebaixamento, chegando a retirar concretamente das pessoas a condição de cidadania e humanidade que podem ser percebidas objetivamente na realidade pelo desabastecimento de direitos humanos.

Levando em consideração que através da linguagem os significados circulam e produzem a cultura, entendemos ser pertinente utilizar como referencial metodológico, a substancialidade possibilitada pela Análise do Discurso de corrente francesa, a qual nos permitiu analisar — em sua forma discursiva — os sentidos que podem revelar expressões de um regime de poder hegemônico, o qual não oferece possibilidades concretas às pessoas não cisgêneras e/ ou não heterossexuais de vivenciarem democraticamente a cidade, especificamente em 02 noticiários divulgados através do webjornalismo, que circularam na cidade de Araguaína nos anos de 2016 e 2021, município brasileiro localizado no norte do estado do Tocantins, com aproximadamente 186.245 habitantes (IBGE, 2021) e que traziam como pauta central a ocorrência de violência lesbofóbica. Assim, a expressão “Lesbofobia” é empregada para descrever um vasto grupo de violências, destinado às orientações sexuais femininas, onde há investimento de natureza afetiva e sexual entre pessoas do mesmo gênero.

Com isso, como elemento de pesquisa, a seguinte questão: a lesbofobia é capaz de delimitar modos distintos de sociabilidade no território investigado?

Embora seja evidente a importância do webjornalismo como meio de comunicação utilizado para diversos fins, não é incomum que seja utilizado para alimentar injustiças e manter a invisibilidade de alguns grupos socialmente marginalizados, em especial ao grupo das pessoas que transitam dentro da sigla LGBT — Lésbicas, Gays, Bissexuais, Tran-

sexuais e Travestis —, pois segundo Assis, Freire e Ayres (2021, p.11), o trato discriminatório e a pouca importância aos casos de violência vinculados a essa população em um veículo de comunicação, acaba sendo um segundo tipo de violência.

Neste mesmo sentido, as autoras ainda apontam que, em muitos casos, os crimes de ódio ou pautas que estejam alinhadas em prol do interesse das pessoas do grupo estudado sejam tratados sem a devida importância; ou, ainda, influenciados por interesses particulares, tanto da equipe jornalística, quanto das pessoas envolvidas que, ideologicamente, defendem e se engajam para resguardar — a qualquer custo — o enquadramento binário em torno do sexo e do gênero.

[...] A homo-lesbo-transfobia ainda é, infelizmente, uma questão atual no Brasil. O crescimento da influência das religiões conservadoras sobre o sistema político tem imposto uma série de bloqueios e até retrocessos para lutas de igualdade e reconhecimento (GREEN; QUINALHA, 2014.p.23)

Diante da problemática apresentada, essa pesquisa se mostra imprescindível em termos de investigação científica. Há uma escassez de estudos direcionados à compreensão dos mecanismos de dominação produzidos no território a fim de manterem inalteradas algumas injustiças sociais; e o posicionamento desvantajoso de alguns grupos sociais na estrutura social, como se tais lugares e posições fossem naturais e não produzidas, diante das formas escamoteadas e propositais de dominação, no entanto, contamos com a pesquisa realizada por Pinho, Silva e Gaspareto Neto (2020), dentre uma das poucas similares sobre essa questão. Ao analisar reportagens produzidas no portal de notícias mais acessado do estado do Tocantins — que trazia como enfoque central, questões relacionadas à comunidade LGBT — revelou-se falhas graves na cobertura jornalística, tais como: uso errôneo de conceitos e terminologias no tratamento das questões de gênero e sexualidade, ridicularização, trato pejorativo e falta de ética no trato e qualidade das informações noticiadas. Sobre essa questão, os autores advertem:

[...] A forma como as notícias são enquadradas, muitas vezes sob a ótica do grotesco e da violência, contribui ainda mais para a formação de estereótipos sociais acerca das periferias e grupos que vivem nelas. Isso porque ao abordar as comunidades periféricas de maneira unidirecional, reproduzindo o discurso dominante para a subalternização do cidadão, a mídia com frequência não oferece espaço para a visibilização das interfaces de comunidades em constante estado de transformação, produzindo a espetacularização da notícia e a desinformação (PINHO; SILVA; GASPARETO NETO, 2020, p. 5-6).

Por esse motivo, sendo o webjornalismo um poderoso instrumento de difusão de informação e um veículo capaz de difundir e persuadir o pensamento coletivo; para este trabalho, portanto, a Análise do Discurso de Corrente Francesa (ADF) foi considerada a proposta metodológica mais adequada para investigar os sentidos e visões de mundo — individuais e coletivos — que, por interesses diversos, se opõem à possibilidade de garantir democraticamente os direitos humanos à sociedade brasileira; posicionamento necessário para a manutenção do que entendemos por cidadania.

METODOLOGIA

Como a linguagem é produtora de sentidos, utilizamos a expressão “pauta” na intenção de destacar que é através do funcionamento dela que se forma a cultura. Para isso, o aparato teórico e metodológico da Análise do Discurso, abordagem valiosa para conduzir pesquisas de natureza qualitativa, onde o “principal material empírico são textos, sejam documentos oficiais, entrevistas, reportagens, textos publicitários, dentre tantos outros tipos de texto passíveis de serem materiais de pesquisa” (RESENDE; RAMALHO, 2011, p. 73) e, no intuito de analisar as reportagens e o conteúdo Lesbofóbico, utilizamos a vertente de corrente francesa, pois, segundo Orlandi (2013), o enfoque principal é a produção de ideologias que fomentam a produção do universo de representações e, a partir disso, formas de pensamento e de ação no campo da coletividade.

Em suma:

A Análise de Discurso, fundada por Michel Pêcheux nos meados dos anos 60 do século XX, na França, pode ser lida, se não de uma forma direta e explícita, de forma indireta e implícita, como uma das respostas produzidas ao acontecimento de Maio de 68. A conjuntura sócio-histórica da França, em especial, da Paris de 1968, era composta de uma espécie de fúria estudantil contra os valores tradicionais e a favor da “liberdade” (de pensamento, de expressão), em prol da conquista dos direitos das minorias (trabalhadores, mulheres, homossexuais, não-brancos, etc.), da reforma do ensino nas Universidades, etc., em confluência com a postura crítica dos formadores de opinião, pensadores dos mais diversos campos do saber que sustentavam algo de novo, especialmente nas Universidades, e que faziam uma contraposição aos Psicologismos, Sociologismos, Logicismos e empirismos gerais da ciência positivista vigente na época (PATTI, et. al., 2017, p. 222).

Em relação ao que é expresso no discurso, Orlandi (2013) diz que inconsciente e ideologia se fundem. Portanto, vislumbra-se com isso, compreender um pouco melhor como as ideologias construídas em torno da lesbofobia foram alimentadas e mantidas no pensamento social.

Como forma de organização e sistematização das análises das duas reportagens, buscamos apurar os sentidos atribuídos pelos veículos de imprensa ao produzirem os conteúdos estudados. Desse modo, foram extraídos trechos das reportagens que se interconectavam com o tema principal: a Lesbofobia. Como estratégia de investigação, foi utilizado o buscador “Google”, no intervalo de um ano, iniciando-se em 30 de janeiro de 2021 e finalizado em 30 de janeiro de 2022. A busca do material deu-se através do uso de sinônimos referentes aos tipos e variações de situações no espectro da LGBTfobia e que fizesse menção à cidade de Araguaína. No total, foram encontradas e lidas — na íntegra — somente duas reportagens, apresentadas em ordem cronológica na tabela a seguir:

Tabela 1 – Lista das reportagens analisadas

N.	Autores	Ano	Título	Objeto
1	Metrópoles	2016	Pai é suspeito de estuprar filha lésbica para fazê-la “virar mulher” e gostar de homem	Lesbofobia
2	T1 Leitor	2021	Jovem quer justiça após ser agredida em bar de Araguaína por ser lésbica	Lesbofobia

Fonte: os autores.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em uma cultura estruturada a partir da dominação soberana dos homens sobre as mulheres, muitos discursos infundados são difundidos no sentido de desqualificar as lesbianidades, seja com base em experiências frustradas no âmbito sexual/afetivo com homens ou, ainda, por vivências traumáticas “seja na infância, seja na adolescência ou vida adulta, geralmente no âmbito sexual: abuso sexual, violência sexual, estupro; e, por último, a proposição da mulher pouco atraente que os homens não quiseram” (TOLEDO; TEIXEIRA FILHO, 2010, p.730-731).

Os autores consideram que a ruptura com a dicotomia homem/mulher subverte o lugar da mulher — daquela que deve estar à disposição de um homem — visto que abandonam a condição de objetos quando não dirigem investimentos à figura do homem, culturalmente colocado no lugar de superioridade e vão para o lugar de corpos desejantes, abalando a dominação masculina, a partir do momento que rompem com os moldes impostos do que é ser mulher e passam a

[...] falar abertamente sobre masturbação, sexo, apontando a possibilidade de separação entre amor e sexo é mais um dos quesitos

que constitui a categoria “menos mulher”, pois o desejo carnal é do homem, sendo o sexo por sexo um comportamento, exclusivamente, masculino, enquanto a “verdadeira mulher” é nutrida pelo amor e docilidade. Ante o exposto, vivenciar a lesbianidade acaba por agravar todos os elementos da referida categoria, estando agora diante da menina- macho enquanto representação e performance, fechando assim o compilado (OLIVEIRA, 2020, p. 316).

Comumente, algumas produções discursivas do cotidiano reforçam a dominação masculina, tais como: “quando se fala de um casal heterossexual, dificilmente se fala “o homem da ...”, mas “a mulher do ...”. A categoria mulher, perante o homem, é propriedade, é objetificada” (TOLEDO; TEIXEIRA FILHO, 2010, p.744).

Outra forma de objetificação do corpo lésbico se expressa pela mercantilização da pornografia, considerada por Zanello (2020) como uma tecnologia de gênero, utilizada em nossa cultura sexista, marcada pelo binarismo sexual. No caso do pornô lésbico, este “é igualmente produzido para o consumo do homem heterossexual, não representando práticas sexuais lésbicas reais” (RIBEIRO, 2020, p. 590), no intuito de atender a virilidade sexual — posta como incontrolável — de homens heterossexuais, ou seja, através da indústria cultural, os corpos lésbicos na pornografia são colocados na condição de mercadoria, voltados a atender os fetiches e necessidades sexuais do macho dominante.

A respeito disso, Oliveira (2020, p.317) diz o seguinte:

[...] “a indústria pornográfica fomenta a deslegitimação desses relacionamentos, pois exhibe de maneira grotesca o “ato sexual”, com a presença, muitas vezes, de um homem em cena. É relevante apontar que a fetichização desses corpos se faz mais presente quando estão imersos nos padrões estabelecidos [...]. Sintetizando, constata-se que as marcas deixadas pelo social nessas mulheres as qualificam, aqui, como invertidas ou abomináveis, ali, como “machonas” ou uma “mulher não verdadeira”, além de as classificarem enquanto lugar, por excelência, de satisfação sexual masculina, tendo a legitimidade de sua existência subtraída” (OLIVEIRA, 2020, p. 317).

Segundo a reportagem divulgada em 13/01/2016, o “estupro corretivo” — executado pelo próprio pai, direcionado à filha, uma adolescente que na época tinha 14 anos — foi utilizado como alternativa para que a filha virasse mulher e voltasse a gostar de homem.

Figura 1. Lesbofobia

Pai é suspeito de estuprar filha lésbica para fazê-la “virar mulher” e gostar de homem

O caso foi registrado em Araguaína, no Tocantins. A adolescente, de 14 anos, foi encaminhada para uma casa de acolhimento. O homem segue em liberdade

Fonte: <https://www.metropoles.com/brasil/pai-e-suspeito-de-estuprar-filha-lesbica-para-faze-la-virar-mulher-e-gostar-de-homem?amp>

Sobre isso, Souza e Nichning (2020, p. 181-182) dizem o seguinte:

[...] a cultura de estupro e a heterossexualidade compulsória criam meios que facilitam o surgimento do estupro corretivo como uma maneira de “ajustar” socialmente esta mulher que é “errada”, uma vez que, a sociedade sendo patriarcal e heterossexual, a mulher lésbica é totalmente uma desviante, se tornando duplamente vulnerável, pois está totalmente à margem do “padrão” e da “norma”. A correção é colocada como “aprender” a gostar das práticas sexuais com homens, ou heterossexuais, transparecendo que as mulheres lésbicas somente praticam atos sexuais entre mulheres porque não aprenderam de outra forma e, a partir do momento que há uma imposição violenta do sexo heteronormativo, as mulheres irão “aprender” a sexualidade correta e desejada, que se destina à procriação, o destino das mulheres.

Em nossa cultura — uma cultura patriarcal —, as lesbianidades são questionadas e tidas como falhas não aceitáveis não se ser verdadeiramente mulher, já que as mulheres lésbicas rompem com essa dicotomia por não estarem no lugar da permissividade, docilidade e à disposição de um homem.

O estupro — enquadrado como crime hediondo no Brasil — tem sido utilizado como alternativa violenta a fim de “recuperar” mulheres destoantes da heterossexualidade. Na cultura patriarcal ele é, também, resultado de toda uma ideologia difundida de que ao homem cabe regatar

a domesticidade feminina e realocar a mulher em sua condição inerente de subalternidade (SOUZA; NICHNING, 2020).

Frisamos que os enfrentamentos da lesbofobia são diferentes da homofobia. Afrontar um homem seria subverter o papel daquilo que a cultura misógina coloca como “mulher de verdade”, reiterado pelo lugar de passividade e silenciamento, pois “as relações lésbicas não lidam apenas com os entraves que a sexualidade não-heterossexual gera; mas; também, com toda bagagem histórica de misoginia” (OLIVEIRA, 2020, p. 316).

Na cultura patriarcal, uma mulher que argumenta sobre os posicionamentos masculinos tende a gerar aversão nos homens, conforme pode ser observado na reportagem divulgada em 04/02/2021. Num ambiente de descontração, uma jovem se irrita com um homem desconhecido que, sem sua permissão, a filmava dançando. Pelo prisma do machismo, a vítima deveria “corresponder aos padrões de gênero esperados de seu sexo: ser fisicamente atraente, feminina, e, por isso, desejável (TOLDO. TEIXEIRA FILHO, 2010, p.734).

Figura 2. Lesbofobia em um bar de Araguaína



Filmar alguém sem o devido consentimento da pessoa filmada se configura como violência psicológica; entendida, na perspectiva de Albuquerque, *et. al.* (2016, p. 101) como aquela que pode agrupar “agressões verbais ou gestuais com o objetivo de aterrorizar, rejeitar, humilhar a vítima, restringir sua liberdade ou, ainda, isolá-la do convívio social.”

Figura 3. Lesbofobia divulgada pelo webjornalismo

No dia seguinte, 31, Elisnei gravou vídeos onde diz: “rapaz, vai sair uns dois ou três vídeos meus aí, vai sair que eu sei. Eu brigando com um magote de lésbica, um punhado de lésbica no bar do Carlím, eu na minha razão. Aqui é macho, eu não aceito mulher querer ser homem perto de mim, eu não aceito” e divulgou na internet. As filmagens chegaram até a vítima, que registrou outro B.O.

Emanuella afirma que não conhece o agressor. “Eu não conheço esse rapaz, nunca troquei nenhuma palavra com ele. Os vídeos estão aí para provar o quão alterado ele estava. Isso não vai ficar assim, irei tomar todas as providências cabíveis, estou entrando em contato com meus advogados. É difícil, a gente acha que nunca vai acontecer com a gente, mas só quem sofre sabe o quanto é difícil estar em um lugar e as pessoas não te respeitarem. Sempre estão te julgando pela forma que você é, se eu tenho cabelo curto não me faz mais mulher ou menos mulher”, desabafou em um áudio compartilhado no Whatsapp.

Fonte: <https://www.t1noticias.com.br/index.php/cidades/jovem-quer-justica-apos-ser-agredida-em-bar-de-araguaina-por-ser-lesbica/116070/>

Embora o rapaz envolvido tenha pedido desculpas pelo ocorrido, filmar sem consentimento uma mulher dançando — uma atitude violenta —, em sua perspectiva, ao que parece, é tido como comportamento natural e triunfal. Fica claro que seu intuito foi o de desqualificar a vítima. Isso, pela ótica de Hall (2016), tem relação direta com os significados culturais decorrentes de uma cultura patriarcal, onde o masculino detém o poder e a dominação sobre os corpos femininos (TOLEDO; TEIXEIRA FILHO, 2010; SOUZA; NICHNING, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Existir, na esfera pública, sempre foi um desafio para a população LGBT. Como se percebe, isso também ainda não é possível em Araguaína, devido a ideologia equivocada em torno da essencialização do sexo e do gênero, mantenedores do patriarcado fortemente operante por detentores do poder local, como “os homens, brancos, ricos, heterossexuais, cristãos” (MARLEY, 2017, p. 37).

Enquanto a heterossexualidade for mantida como condição compulsória — ao reforçar e normalizar subjetividades e comportamentos —,

servirá de base obrigatória. Para Marley (2017, p. 37), “universaliza o conhecimento, a história, a cultura, os símbolos, interpretando e reafirmando esse dogma, produzindo assim, as diferenças entre sexos/gêneros”. Portanto, o lugar de superioridade conferido à heterossexualidade, em relação de causa e efeito, produzirá, obrigatoriamente, a inferiorização de qualquer existência alternativa e, por isso, as violências e desigualdades sociais passam a ser vistas como acontecimentos naturais, legitimados pela aversão e pelo ódio.

Assim, é possível afirmar que a Lesbofobia está presente no conteúdo da escrita das reportagens. Fica evidente, ainda, que as violências apresentadas nas reportagens são totalmente descontextualizadas do lugar desigual em que as vítimas foram colocadas pelo capitalismo; imprimindo, com isso, a ideia de que não há responsabilidade do Estado, apenas responsabilidade de natureza pessoal; como se não houvesse, de fato, um recrutamento intencional de alocar as pessoas em postos sociais diferentes.

O discurso, portanto, é investigado a partir da perspectiva de sujeitos inseridas num mundo — dentro de um contexto sócio-histórico — específico. Portanto, os significados produzidos só podem ser realmente compreendidos quando sua análise é interpelada por um olhar atento aos aspectos culturais, socioeconômicos e políticos, que fundam a produção de ideologias dominantes e opressoras, que firmam não só a identidade individual, mas também organizam as relações sociais e determinados padrões de sociabilidade tão assimétricos, revelando que dentro o espectro das violências produzidas pela LGBTfobia no território de Araguaína, as identidades femininas são as mais afetadas por serem mantidas estruturalmente pelo patriarcado, em condição de desvantagem e, por isso mais suscetíveis às violências nos espaços públicos e privados da cidade.

Se o social e a subjetividade se entrelaçam, é necessário que o biologicismo dos privilégios seja refletido na cisheteronormatividade, sendo prioritário que isso ocorra dentro da política local, pois é a partir da política que se pode produzir inclusão social, modificar práticas institucionais e reconfigurar padrões relacionais.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Grayce Alencar et al. Violência psicológica em lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no interior do Ceará, Brasil. **Saúde em debate**, v. 40, p. 100-111, 2016.

ASSIS, Ingrid Pereira de ; FREIRE, Karla Cristina Ferro; AYRES, Melina, de La Barrera. O silenciamento da comunidade LGBTTTQ+ no telejornalismo. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, v. 18, n. 1, 2021.

BUTLER, Judith. **Corpos que importam: os limites discursivos do “sexo”**. n-1 Edições, 2019.

DALMONTE, Edson Fernando. **Pensar o discurso no webjornalismo: temporalidade, paratexto e comunidades de experiência**. Edufba, 2009.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade**. Tradução: Mathias Lambert, v. 4, 2004.

GREEN, James Naylor; QUINALHA, Renan Honório (Ed.). **Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência ea busca da verdade**. EdUFSCar, 2014.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE – **Perfil dos municípios brasileiros**. 2021 / IBGE, Coordenação de Geografia. - Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/ara-guaina>. Acesso em: 11 out. 2021.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Homofobia: identificar e prevenir**. Rio de Janeiro: Metanoia, 2015.

MARLEY, Luanna. A cidade para Katianes e Dandaras: Retratos da LGBTFOBIA no cenário brasileiro. In: SANTOS, P. S. S. et al. (org.). **Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico – IBDU**. A libertação sexual de mulheres que amam mulheres: um ensaio sobre o direito feminino à cidade Direito à Cidade: Vivências e Olhares de identidade de gênero e diversidade afetiva & sexual. São Paulo: Editora IBDU, 2017. cap. 4, p. 34-43.

OLIVEIRA, Ana Carolina Silva. Os entraves subjacentes à existência da mulher-cis negra e lésbica: um estudo autobiográfico. In: SOUZA, Humberto da Cunha Alves de; JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo; REIS, Toni. Estudos sobre diversidade sexual e de gênero: atualidades, temas, objetos. 1. ed. Curitiba: IBDSEX, 2020. p. 313 – 318.

OLIVEIRA, Fabio Alves Gomes; CARVALHO, Henrique Rabello de; JESUS, Jaqueline Gomes de. LGBTI+ em tempos de pandemia da Covid-19. **Diversitates International Journal**, v. 12, n. 1, p. 60-94, 2020.

ORLANDI, Eni. Puccinelli. Análise de discurso: princípios e procedimentos. 11º. 2013.

PATTI, Ane Ribeiro et al. Pelos entremeios da análise do discurso: nos fios de Michel Pêcheux. **Revista Psicologia Política**, v. 17, n. 39, p. 220-231, 2017.

PINHO, Alice Agnes Spíndola Mota; DA SILVA, Andréia Fernandes; NETO, Zeninho Luiz Gasparetto. Webjornalismo e a construção de sentidos: uma análise das notícias sobre a população LGBT no G1 Tocantins. **Revista Observatório**, v. 6, n. 6, p. a8pt-a8pt, 2020.

RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane. **Análise de discurso (para a) crítica**. São Paulo: Pontes, 2011.

RIBEIRO, Bruno. Pós-pornografia: repensando o imaginário sexual do contexto LGBTI+. In: SOUZA, Humberto da Cunha Alves de; JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo; REIS, Toni. **Estudos sobre diversidade sexual e de gênero**: atualidades, temas, objetos. 1ed. Curitiba: IBDSEX, 2020. p.588-592.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris**: do movimento homossexual ao LGBT. Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

SOUZA, Kleire Anny Pires de; NICHNING, Claudia Regina. Violências contra mulheres lésbicas: estupro e lesbofobia na contemporaneidade. In: SOUZA, Humberto da Cunha Alves de; JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo; REIS, Toni. **Estudos sobre diversidade sexual e de gênero**: atualidades, temas, objetos. 1ed. Curitiba: IBDSEX, 2020. p.178-188.

TOLEDO, Livia Gonsalves; TEIXEIRA FILHO, Fernando Silva. Lesbianidades e as referências legitimadoras da sexualidade. **Estudos e pesquisas em psicologia**, v. 10, n. 3, p. 729-749, 2010.

ZANELLO, Valeska. **Saúde mental, gênero e dispositivos**: cultura e processos de subjetivação. Editora Appris, 2020.



O PAPEL CULTURAL NA REVITIMIZAÇÃO DA MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA

Josilene Rodrigues Monteiro

Maria Santana Ferreira dos Santos Milhomem

INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher é um tema atual e necessário haja vista as notícias veiculadas praticamente todos os dias nas mídias sociais e meios de comunicação relatando esse tipo de violência, que devido ao seu crescimento exponencial, corre o risco de ser naturalizado e cair no campo comum ou natural.

A violência contra a mulher, perpassa por vários ciclos e formas, iniciando com as consideradas menos graves como as agressões verbais e psicológicas, passando pelas mais graves, a violência física, chegando até mesmo aos assassinatos. Diante disso, torna-se necessário buscar entender porque apesar de tanta informação, tantas leis visam proteger a mulher, atos bárbaros ainda persistem. Questiona-se ainda: mesmo com todos os mecanismos de proteção disponibilizados pelo Estado no que se refere ao enfrentamento da violência contra a mulher como Delegacias de proteção mulher, a Lei do Feminino, a Lei Maria da Penha, alterações no código penal, majorando as penas contra o estupro bem como a novíssima Lei 14.225/2021, batizada de Mariana Ferrer, a violência de gênero é tão recorrente no nosso país.

Além da violência principal, a mulher sofre também pela revitimização. Essa situação pode estar relacionada a atitudes e comportamentos no atendimento às vítimas, tais como: desrespeitar o tempo da

mulher; transmitir falsas expectativas, culpá-la pela violência sofrida, generalizar histórias individuais da vítima, entre outros.

Nesse sentido, se faz necessário a prevenção da revitimização por meio de um atendimento humano e integral, que valorize e respeite a opinião das mulheres. Pesquisas apontam que o Brasil é um dos países mais perigosos para as mulheres, diante disso, faz-se necessário aprofundarmos os estudos no campo cultural, para identificarmos o porquê de todas as redes de proteção serem insuficientes para combater a violência contra mulher, e compreendermos como a revitimização nos casos de violência contra a mulher está ligada à cultura: a violência perpetrada contra as mulheres em razão de gênero é um problema social e estrutural.

Assim, o objetivo geral deste estudo é identificar a influência cultural no processo de revitimização das mulheres vítimas de violência e os impactos nas suas vidas. Desta forma, tem como objetivos específicos a) definir as diversas formas de violência sofridas pelas mulheres, focando principalmente no âmbito cultural; b) analisar o processo de revitimização e como ele se torna uma nova forma de violência simbólica contra a mulher; c) detectar mecanismos de redução do impacto da revitimização da mulher no ciclo de violência; d) verificar o que influencia a decisão da mulher na hora de denunciar a violência sofrida e por fim, verificar se no Município de Araguaína a rede de apoio ao enfrentamento a violência contra a mulher funciona de forma efetiva e qual tem sido o seu papel na diminuição dos impactos causados pela violência as mulheres atendidas.

REFERENCIAL TEÓRICO

Segundo Osterne (2011), para entender o problema da violência dos homens contra as mulheres, do ponto de vista de gênero, é necessário analisar os processos socialização e sociabilidade de homens e mulheres, incluindo o que significa ser homem e mulher na sociedade.

O centro da divisão dos gêneros é o aparecimento de uma distribuição desigual de responsabilidade na cultura da existência social. A sociedade impõe uma determinação de responsabilidades independente

das vontades das pessoas, com critérios sexistas, classistas e racistas. O lugar que é atribuído socialmente a cada indivíduo, dependerá da forma como este terá acesso à sua sobrevivência como sexo, classe e raça, sendo que esta relação com a realidade comporta uma visão particular da mesma, de modo que a construção do gênero se dá por meio das relações sociais, pois seres humanos se identificam como pessoa em relação ao outro. (PITICELLI, 2009).

Conforme Marilena Chauí (2011), violência pode ser caracterizada através das relações sociais marcadas pela opressão. Ao tratar sobre violência contra as mulheres, é importante que se considere o cenário de violência estrutural. O patriarcado cria relações de hierarquização entre seres socialmente diferentes, de modo que as relações sociais se tornam hierárquicas e desiguais dentro das quais o masculino se sobrepõe ao feminino. Neste sistema, as diferenças biológicas são empregadas com finalidade de colocar as mulheres em posição de submissão (SAFFIOTI, 2001). Neste contexto, de relações hierárquicas e desiguais, a violência de gênero contra as mulheres é prática naturalizada, ocorrendo em diferentes esferas. A violência de gênero é ferramenta do patriarcado, no qual os homens detêm o poder, de modo a determinar a conduta das outras categorias sociais, usando da violência para dominar e explorar, bem como, para punir por conduta que se desvia da lógica dominação e exploração (SAFFIOTI, 2001).

Para compreendermos melhor a influência cultural nas relações de poder entre homens e mulheres e a naturalização dessa prática, observamos sob a perspectiva de Hall (2004). Um sujeito social é formado a partir das relações sociais e por meio da relação sujeito e sociedade, suas identidades e símbolos, valores e práticas em interação, formam a cultura do grupo social. Desta forma, o sujeito ainda tem o seu “verdadeiro eu” de si, mas este “eu” é formado e modificado com o diálogo contínuo com o mundo social, a cultura e outras identidades fornecidas por esses mundos (HALL, 2004).

Em sua obra *A interpretação da cultura*, Geertz (1989) defende o conceito de cultura como sendo essencialmente semiótico. Ao seguir o mesmo pensamento de Max Weber, Geertz afirma que o homem é um

animal preso em suas próprias teias de significados, ao presumir a cultura como sendo essas teias; leva a cultura ao grau de ciência interpretativa, a procura do significado, e não uma ciência experimental em busca de leis.

Já Roy (2008) associa o conceito de cultura ao pensamento antropológico e define cultura como uma maneira de falar sobre o homem e sobre casos particulares do homem, vistos por uma determinada perspectiva.

Assim, ao considerar cada cultura como uma manifestação única do fenômeno humano, e que não há um método infalível para classificar ou ordenar as culturas em tipos naturais. Presume-se que cada cultura é equivalente a qualquer outra. Essa perspectiva é conhecida como “relatividade cultural” (ROY, 2008, p. 29).

Ao mesmo tempo, é importante notar que todos nós pertencemos a uma cultura, o que torna a objetividade relativa na compreensão de outras culturas. Portanto, o estudo da cultura envolve a criação de uma relação intelectual entre duas variedades do fenômeno humano, buscando uma compreensão que inclua ambas as perspectivas (ROY, 2008, p.29).

A ideia de “relação” é crucial aqui, pois é mais apropriada para reconciliar duas entidades ou pontos de vista equivalentes, em contraste com noções como “análise” ou “exame”, que buscam uma objetividade absoluta. (ROY, 2008, p.29). Desta forma, conforme afirma Alencar (2017), a cultura tem um peso fundamental na legitimação ou não de certas condutas sociais. Dentro dessa perspectiva, pode-se afirmar que nas mais diversas sociedades, a violência contra a mulher está mais ou menos apoiada na perspectiva de valorização do coeficiente de igualdade entre os gêneros. Frente a isto, é relevante a realização de estudos que se proponham desvendar a base cultural e os impasses da dinâmica de vida pós-moderna que ainda desafiam a formação de uma sociedade sem desigualdade de gênero e sem violência doméstica (ALENCAR, 2017).

Para Angelin & Martins (2017), é necessário que as pessoas entendam a posição e o significado do corpo feminino no mundo e as razões pelas quais inúmeras mulheres são submetidas a violência todos os dias. Para isso é preciso reconsiderar a partir da perspectiva de que a identidade feminina é historicamente construída, o que é comprovado pela função biológica do corpo. Feminino, este é um lugar marcado pela

experiência, seja material ou subjetivo. Para Foucault, o corpo é a superfície de inscrições dos acontecimentos” (FOUCAULT, 2012). Já para Sthoher (2006), o corpo possui uma geografia, um território singular que se inter-relaciona com o mundo e produz reações e ações.

Ao falar das estruturas de poder, Quijano (2005), ainda conceitua os padrões de poder, como um sistema, no qual o “atual padrão de poder mundial” é o primeiro conhecido da história.

Quijano (2005) divide esse padrão de poder em quatro partes: o primeiro mostra que cada um dos âmbitos da existência social está articulado a todas as formas historicamente conhecidas de controle das relações sociais correspondentes, configurando em cada área uma única estrutura com relações sistemáticas entre seus componentes e do mesmo modo em seu conjunto. segundo, cada uma dessas estruturas de cada âmbito de existência social está sob a hegemonia de uma instituição produzida dentro do processo de formação e desenvolvimento deste mesmo padrão de poder. Assim, no controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos, está a empresa capitalista; no controle do sexo, de seus recursos e produtos, a família burguesa; no controle da autoridade, seus recursos e produtos, o Estado-nação; no controle da intersubjetividade, o eurocentrismo. Três, cada uma dessas instituições existe em relação de interdependência com cada uma das outras. Por isso o padrão de poder está configurado como um sistema. E quarto, este padrão de poder mundial é o primeiro que cobre a totalidade da população do planeta.

No mesmo sentido é o entendimento de Harris (2009) no qual a compreensão cultural é uma coleção de aprendizado de tradições e estilos de vida socialmente aprendidos dos membros da sociedade. Esses padrões orientam, repetem o pensamento, o sentimento e o comportamento, ou seja, o comportamento deles.

METODOLOGIA

Para realização da pesquisa estão sendo utilizadas pesquisas bibliográficas e documental. Inicialmente serão realizadas as pesquisas de

aprofundamento teórico com objetivo de compreender as mais diversas formas de violências contra a mulher, e como essas atitudes vêm se perpetuando através do tempo.

Utilizando também como fonte de pesquisa o estudo de caso de mulheres que sofreram violência, em Araguaína-TO, a partir de dados públicos divulgados pela mídia local. Quanto ao método de abordagem do trabalho será o dedutivo, em que serão aprofundados os estudos sobre os fundamentos gerais do tema onde será realizada a generalização qualitativa dos resultados obtidos, sob a forma descritiva.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Como resultados parciais obtidos com a pesquisa temos que após o aprofundamento dos estudos teóricos sobre os temas a serem discutidos, é possível perceber a importância e relevância da rede de apoio à mulher nos casos de violência, de forma que o funcionamento da rede conforme dispõe a legislação é essencial para o combate a violência contra a mulher, bem como para evitar que a mulher sofra com a revitimização, e impeça que ela denuncie o agressor.

Do ponto de vista local, um dos intuitos da pesquisa foi analisar se no Município de Araguaína possui rede de apoio e como essas redes funcionam. Durante a realização da pesquisa, foi possível constatar que atualmente no Município as intuições trabalham de forma isolada, de modo que não existe a rede, o que prejudica sobremaneira a efetividade das ações de combate a violência.

Outro ponto que foi observado é que no município de Araguaína, as instituições são muito fechadas, não abrindo espaço para pesquisa. Os dados, divulgados de forma geral, muitas vezes não retratam o quadro atual da violência que ao longo do último ano só cresceu.

A prefeitura possui o Centro de Apoio Especializado, que é destinado entre outras atribuições a receber mulheres vítimas de violência para o acompanhamento multiprofissional, no entanto não foi possível identificar dados sobre esses atendimentos.

De qualquer forma, a delegacia da mulher e vara da violência estão lotadas de casos, como mostra pesquisa prévia. Foram obtidos os dados de atendimento de ocorrências de violência no Município do período de janeiro de 2021 a setembro de 2021 em que a PM atendeu 240 ocorrências, espalhados por toda a cidade, de modo que foi possível perceber que não há um foco específico da violência contra a mulher em Araguaína, mas que a violência acontece em todos os bairros. O que dá ideia de violência especialmente generalizada. Outro ponto de destaque na pesquisa é que na data em que ela foi realizada, já havia acontecido três feminicídios na cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O intuito deste ensaio é discutir o conceito de revitimização nos casos de violência sexual contra a mulher. Este termo começou a ter destaque no Brasil por volta de 2018. O tema da Revitimização da violência sofrida pelas mulheres, implica a compreensão de que perante uma violência primária sofrida (estupro), a vítima se verifica sofrendo outra violência ou violência continuada, momento quando revive o crime sofrido diversas vezes, mesmo que cessada a agressão original. O conceito de revitimização também pode ser conhecido e associado com a violência institucional, que ocorre no momento em que o órgão que deveria zelar pela segurança da vítima acaba gerando um novo sofrimento com burocracias, tornando o que deveria ser o acolhimento algo doloroso.

Outro ponto apresentado no texto foram alguns dados em relação à violência contra a mulher e fica evidente as inúmeras dificuldades que o município de Araguaína vem enfrentando, como: a falta de uma rede de apoio atuante, disponibilização dos dados como forma de transparência e a falta de articulação entre as instituições que atuam no combate e proteção da mulher vítima de violência sexual.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Wladimir Cerveira de. **Etnografando a resolução de conflitos: o que os Juizados de Violência Doméstica podem nos ensinar sobre cultura de violência de gênero no Brasil**. 2017. V ENADIR. GT. 07 - Mulheres, criminalização e violência. Disponível em: <http://www.enadir2017.sinteseeventos.com.br>. Acesso em: 10 de jun de 2020.

ANGELIN, Rosângela; MARTINS, Paulo Adroir Magalhães. **Cultura da violência contra os corpos das mulheres: do feminicídio aos direitos humanos**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017.

CHAUÍ, M. **Contra a Violência**, 2011, Disponível em: < <http://portais.tjce.jus.br/esmec/wp-content/uploads/2011/06/contr-a-violenciamarilena-chaui.doc>> Acesso em: 04 de dezembro de 2021.

DINIZ, Maria Helena. **Dicionário Jurídico**. São Paulo: Saraiva. 1998.

FERREIRA, Larissa Dias; ANDRADE, Aldair Oliveira de. **A violência contra a mulher no município de Parintins-Amazonas**. Atlante Cuadernos de Educación y Desarrollo, n. febrero, 2019.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder. Organização, introdução e Revisão Técnica: Roberto Machado**, 30. Reimpressão, Rio de Janeiro, Edições Graal, 2012.

GEERTZ, Clifford. **Parte I Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura**. In: **A Interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1989.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 9 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

ROY, Wagner. **A invenção da Cultura**. São Paulo: Ubu Editora, 2017, Capítulo 1 e 2. SERPA, Angelo (org). **Espaços Culturais: vivências, imaginações e representações**. Salvador: EDUFBA, 2008.

SAFFIOTI, Heleieth. **Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero**. Cadernos Pagu, São Paulo, 2001

SANTIAGO, Rosilene Almeida; COELHO, Maria Thereza Ávila Dantas. **A violência contra a mulher numa perspectiva histórica e cultural**. 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/5234/1/A%20VIOL%c3%8aN-CIA%20CONTRA%20A%20MULHER%20NUMA%20PERSPECTIVA%20HIST%c3%93RICA%20E%20CULTURAL.pdf>. Acesso em: 10 jun de 2020.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América**. 2005.

OSTERNE, Maria do Socorro Ferreira. **A violência contra a mulher na dimensão cultural da prevalência do masculino**. O público e o privado, v. 9, n. 18 jul. dez, p. 129-145, 2011.

PISTICELLI, Adriana. **Gênero: a história de um conceito**. Berlendis & Vertecchia, 2009.



MEMÓRIAS DE TRAJETÓRIAS DE MULHERES CAMPONESAS NA LUTA PELA TERRA DO ASSENTAMENTO COLORADO, RIACHINHO (TO)

Dislaine Dias Dos Santos

Rejane Cleide Medeiros De Almeida

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem por objetivo compreender a participação das mulheres na luta pela terra na região do Bico Papagaio, Tocantins. Na década de 1980, os conflitos nessa região foram intensos. A perspectiva da pesquisa é verificar como as mulheres camponesas participaram dessa luta, qual seu papel e atuação nas ações junto ao Estado para serem assentadas. A metodologia é História oral através da técnica história de vida. Foram entrevistadas cinco mulheres (05) do Assentamento Colorido em Riachinho, Tocantins. A pergunta da pesquisa constitui-se em: qual a participação das mulheres no processo de luta e organização do Assentamento Colorado? A pesquisa indica que as mulheres participaram das reuniões para organização do assentamento, nas aberturas de veredas para definir os lotes e nas plantações das roças, produzindo territorialidades.

MATERIAIS E MÉTODOS

Enquanto abordagem de pesquisa adotamos a perspectiva da pesquisa qualitativa no qual “[...] dirige-se à análise de casos concretos em suas peculiaridades locais e temporais, partindo das expressões e atividades das pessoas em seus contextos locais” (FLICK, 2009, p. 37). Certamente,

a pesquisa qualitativa é basicamente aquela que busca entender um fenômeno específico em profundidade, ao invés de estatísticas, regras e outras generalizações, trabalha com descrições, comparações e interpretações.

Como procedimentos metodológicos realizamos o levantamento bibliográfico e documental, assim como entrevistas semiestruturadas, visando buscar a representação da participação da mulher na luta por terra no assentamento P.A Colorado, localizado na região norte do Estado Tocantins, verificando como as mulheres do campo se identificam diante da sua realidade.

A pesquisa de campo se constituiu pelo método de história oral com técnica em história de vida, utilizando como base teórica as obras de Portelli (1997) e Alberti (1996) subsidiadas pelas obras de Thompson (1992). As entrevistas foram feitas de forma semiestruturada, ou seja, com um roteiro, uma pauta, no entanto, mantendo a possibilidade de que as entrevistadas expressassem livremente suas opiniões e depoimentos, de forma que quase não sejam interrompidas e foram analisadas por meio das narrativas das mulheres, os preconceitos que elas sofrem por serem do campo, trazer uma relação de identidade construída e reconstruída pela sociedade.

Entendendo a entrevista como uma ferramenta e parte da proposta da pesquisa. Compreendo que “o entrevistador faz poucas perguntas diretas e deixa o entrevistado falar livremente à medida que se refere às pautas assinaladas. Quando este se afasta delas, o entrevistador intervém, embora de maneira suficientemente sutil, para preservar a espontaneidade do processo”. (GIL, 1999, p.117). Entende-se assim que o momento da entrevista foi crucial para a materialidade do desvelar do objeto de pesquisa, que foi construído em função da sutileza e respeito às entrevistadas pela pesquisadora, refletindo nos resultados apontados pela pesquisa. Contudo, os roteiros de entrevista foram elaborados de forma objetiva, contendo as perguntas norteadoras para cumprir os objetivos da pesquisa, sendo desenvolvidas com as mulheres do campo que tiveram ou ainda têm participação na conquista do assentamento rural P. A. Colorado; considerando a participação das mulheres rurais que não foram pioneiras, mas que tem influências no campo rural evidenciando

que todas as participantes podem recusar sua participação em qualquer etapa da pesquisa.

A escolha de entrevistar essas mulheres se deu da seguinte forma: primeiro seria trabalhado apenas as pioneiras do assentamento, ou seja, as primeiras quatro mulheres que tiveram participação desde a ocupação do território, porém ao longo das entrevistas de campo para identificar quem foram essas mulheres, foi constatado que apenas duas mulheres ainda estão vivas e morando no assentamento, atualmente. A escolha das três outras mulheres que chegaram pós ocupação do assentamento se deu mediante as pioneiras em conversa aberta citarem seus nomes como referência ao assentamento, uma vez que essas mulheres contribuíram e ainda contribuem para a história de formação local, mesmo chegando anos depois da ocupação e constituição do assentamento.

MULHERES DO CAMPO: CONCEPÇÕES DE IDENTIDADE E TERRITÓRIO

Nos últimos anos, as mulheres vêm lutando por um papel mais ativo nas questões políticas, econômicas e culturais do país. Sobre isto, Lacoste (2007) salienta que questões de representações espaciais podem ser meios e instrumentos políticos, isso é, todo aporte que é voltado para o domínio, estratégias e decisões geram mazelas políticas tanto sociais, como privadas. As mulheres querem ter domínio sobre seu corpo, sua história e suas próprias decisões, tanto políticas como conjugais. Nesse sentido, a questão de ser mulher na nossa sociedade atual se desdobra em rotular a mesma como frágil, incapaz de tomar decisões sem um companheiro ao seu lado.

Assim, desde o início dos tempos, a mulher foi programada para ser a metade complementar do homem produtivo; são treinadas desde cedo a serem adaptáveis e estimuladas a arranjar um pai protetor e, ao mesmo tempo, são também estimuladas a serem protetoras desses mesmos homens enquanto crianças. A menina recebe desde cedo mensagens que levam a não se considerar como ser valioso para a espécie humana, a não ser sob o ponto de vista da reprodução [...] (MORGADO, 1987 p. 12).

Porém este rótulo de reprodução não foi contestado pelas mulheres e diversas formas de resistências ao longo da história. Nesse sentido, muitas mulheres eram contra essa suposta marca, assim como as “[...] pioneiras feministas do século XIX que defendiam a emancipação feminina como questão democrática, e propunham a transformação de valores e normas que negavam às mulheres a capacidade de gestão de sua vida pessoal e de participação no fluxo de decisões coletivas” (FERREIRA e BONAN, 2005).

Um dos marcos conseguidos pelas lutas dessas mulheres foi a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, órgão cujo objetivo é promover políticas que visem eliminar a discriminação contra a mulher e assegurar sua participação nas atividades políticas, econômicas e culturais do país. Isso ampliou significativamente o processo de controle social sobre as políticas públicas para as mulheres” (CNDM, 2014).

Quando analisamos o contexto histórico do Brasil, podemos verificar que suas trajetórias foram marcadas por diversos acontecimentos. Porém para entendermos uma pessoa e utilizar suas narrativas acerca do seu cotidiano, primeiro devemos entender sua trajetória, para compreender seu lugar e seu espaço. A diferença entre uma e outra está relacionada em virtude de o espaço caracterizar a parte física e a espacialidade de se deter a interação do homem com o espaço (CIRQUEIRA, 2010). Já quando tratamos de lugar podemos discutir em duas visões, sendo que a primeira está ligada, na visão da geografia, dialética marxista, que discute o lugar relacionado ao cotidiano, diante disso podemos constatar que o lugar simboliza o estar ligado com o mundo. Ele não é apenas um corpo vazio, mas sim aquele que irá dar sentido ao contexto sócio-histórico-espacial de qualquer corpo.

Já o significado de lugar na concepção de geografia humanista está voltado a partir da constituição dos sentidos das representações simbólicas dos indivíduos (CIRQUEIRA, 2010). O lugar é a criação dos sentidos e dos pensamentos, com isso podemos definir a trajetória socioespacial como a história de vida de um indivíduo e suas experiências dentro de uma temporalidade. (CIRQUEIRA, 2010), Para que possamos compreender o lugar em que está se passando o contexto espacial das

mulheres em foco, a mulher do campo, precisamos entender o território, pois “não existe etnia ou grupo cultural que, de uma maneira ou de outra, não se tenha investido físico e culturalmente num território” (RAFFESTIN, 1993, p.286).

Diante desse pressuposto, ao fazermos uma análise histórica sobre a formação do conceito de território, Raffestin (1993) nos informa que o primeiro conceito surgiu em 1920:

Foi com a etologia que o conceito de território apareceu no domínio científico. A primeira definição remonta a 1920, com Howard, um ornitólogo inglês que passava longas horas estudando a vida social das *toutinegras*. A partir daí, ele deduziu diversos conceitos revolucionários para a época. Os pássaros têm uma sociedade territorial: os conflitos entre indivíduos se assentam na delimitação de um território exclusivo, cuja posse determina, a seguir, a hierarquia social e o acesso às fêmeas (RAFFESTIN *apud* HOWARD 1996. 1977, p. 286).

Percebemos que o conceito território pode ser relacionado a vários grupos de formas diferentes, pois a territorialidade animal se baseia na forma de dominância do local, ou seja, de forma “fechada” (RAFFESTIN, 1993), já para domínios de território na concepção do homem e da mulher é diferente, pois

[...] ele não é obrigatoriamente fechado, não é sempre um tecido espacial unido nem induz a um comportamento necessário estável. A experiência da Oceania revela que, antes de ser uma fronteira, um território é, sobretudo, um conjunto de lugares hierarquizados, conectados a uma rede de itinerários. A etnia se cria e se fortalece pela profundidade de sua ancoragem no solo e pelo grau de correspondência mais ou menos elaborada que mantém com um espaço - que ela dividiu em áreas, originando uma malha - e polariza de acordo com suas próprias finalidades e representações simbólicas. No interior desse espaço- território, os grupos etnias vivem certa relação entre o enraizamento e as viagens; essa relação, estabelecidas a partir de uma dosagem de duas noções contrárias, é evidentemente bastante variável, de acordo com os

estatutos sociais, os gêneros de vida, as épocas e os tipo de sociedade. (RAFFESTIN, 1993, p. 287).

Esse comportamento territorial se baseia então na relação do indivíduo, sua relação social e cultural com o local, dando ênfases a seus hábitos e suas questões biológicas. O território se forma a partir da territorialização no espaço, pois espaços e territórios são “uma ação conduzida por um ato sintagmático (ato que realiza um programa) em qualquer nível” (RAFFESTIN, 1993, p.143), ou seja, é forma de territorialização de um espaço, formando assim, o território a partir do espaço. Essa modificação no espaço inicia uma relação do homem com o território, inicia – se então o prefácio da ro do poder, o domínio pelo território a soberania entre os homens.

Isso nos remete a ligação entre o processo de troca e comunicação. O ato de territorializar implica uma interação direta do homem com o local, modificando o mesmo com relações de trabalho, família e autoridade, dentre outros. Nesse momento, estamos trabalhando com o território simbólico, aquele que dará início a um processo, a desterritorialização. Sobre isto, Haesbaert (2007) afirma que,

Simplificadamente, podemos afirmar que a desterritorialização é o movimento pelo qual se abandona o território [...] no primeiro movimento, os agenciamentos se desterritorializam e, no segundo, eles se reterritorializam como novos agenciamentos maquínicos de corpos e coletivos de enunciação. O movimento concomitante e indissociável entre desterritorialização e reterritorialização está expresso no “ primeiro teorema” da desterritorialização ou “proposição maquínica” (HAESBAERT. 2007, p. 127).

Esse processo implica não apenas na saída de uma pessoa de um determinado local, mas sua cultura, seu costume é arrancado do local e recolocado em outro. A partir desses momentos, tentamos identificar o conceito de identidade da mulher do campo, pois toda pessoa possui identidade, que pode ser formada ou não a partir do ambiente em que o indivíduo se localiza.

Nossa perspectiva de análise, sobre a trajetória de vida de cada mulher camponesa, se entrelaça com a participação política em organizações e movimentos sociais, constituindo uma “teia” de significados para a identidade dessas mulheres” (CRUZ, 2010).

Era, era todas ativas, todas as muier junto, na hora que tinha reunião tava todo mundo junto com os homi, na reunião era na casa do colorado, que tinha a sede lá de nós todos, de todo mundo, aí a reunião era lá, tinha negócio de dizer que era só os homi não as muier junto de ponta a ponta. (Dona Raimunda, Entrevista oral, 2021).

A entrevista de dona Raimunda aponta para a participação das mulheres no processo da luta pela terra e, afirmação da identidade camponesa nessa luta.

Defendemos que a sua identidade está relacionada desde seu nascimento, pois a identidade é construída a partir do momento em que um indivíduo comece a ter contato com outros indivíduos. Nesse caso a identidade se forma a partir de relações sociais. Isto se alinha a sujeitos influenciadores como a cultura e os processos de sociabilidades.

Nosso argumento é que a identidade da mulher do campo se constrói de modo gradativo, em um processo que envolve múltiplas variáveis e relações (HALL, 2000).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através desta pesquisa foi possível analisar a participação das mulheres camponesas no assentamento Gleba Colorado, desde a ocupação até as conquistas das terras, assim como a conquista de estrada, água e luz dentro do assentamento. Mulheres estas donas de casa, mães e esposas que não estavam no meio dos tiroteios, porém buscavam formas de proteger sua família, de dar sustento para seus filhos, essas mesmas que plantavam, colhiam, produziam, porém são estas que a história sempre deixa de fora. Não, necessariamente precisam estar à frente do tiroteio para fazer parte da historicidade de formação de um local, pois sem a

participação dessas mulheres, sem suas resistências o assentamento não seria o mesmo.

É possível analisar que ao longo da história das mulheres do campo, as mesmas precisavam fazer grandes coisas ou morrer de forma socialmente esplêndida para que seus nomes pudessem aparecer em registros, não desvalorizando grandes mulheres que são símbolos de resistência e influenciam muitas gerações ao longo dos anos, porém deve-se destacar a essas mulheres que somam com conquista da terra, mas que seus nomes nunca são encontrados em grandes livros, e são elas as principais responsáveis pela luta no campo rural foram elas que perderam seus filhos, maridos, pais e irmãos, que dão suas vidas pela luta. Mesmo sem estudo, sem qualificação, elas detêm grandes conhecimentos.

Ao longo das entrevistas com essas mulheres foi possível perceber que algumas ainda são tímidas, próximas aos seus esposos na hora de falar, se sentem desconfortáveis e com receio de falar algo que possa estar errado na visão do marido. Foi possível perceber que quando as mulheres eram entrevistadas com a presença dos maridos elas se sentiram acudadas, e sempre recorriam ao seu esposo para confirmar o que estavam falando ou até mesmo pediam para o esposo falar, em muitos casos os próprios companheiros falavam que elas não sabiam de nada, pois nem lá estavam, uma forma de opressão que acabava deixando as mulheres, constrangidas. Entretanto ao longo das entrevistas, sem a presença do marido, elas falaram com mais liberdade, com mais segurança e até se emocionaram, lembrando daquela época que segundo essas mulheres, foram tempos difíceis, além de fome, o medo de perder seus companheiros era grande, porém tudo passou e hoje se sentem mais tranquilas.

O assentamento Gleba Colorado foi constituído sob medo de perder a vida, nem todos que estavam desde o início conseguiram permanecer até o final, muitos já não estão mais entre os vivos, porém suas memórias continuam presentes na vida de muitos. Ser um assentado com estrada boa, água, energia, transporte escolar, tudo de forma acessível, não imagina quanto homens e principalmente as mulheres deram sua vida pela construção do assentamento.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **O que o Documento Oral Faz?** Possibilidades para além da construção do passado. Disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6767/869.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 29/01/2021.

ALECAR, Bruna de. GALERA, Vinícios. **Mulheres se impoem no campo, mas ainda enfrentem preconceito.** Disponível em <https://revistagloborural.globo.com/Noticias/noticia/2016/03/mulheres-se-impoem-no-campo-mas-ainda-enfrentam-preconceito.html> Acessado em 10 de Dezembro de 2018.

CRUZ, Elizabeth Ferreira. **Mulheres Rurais: Identidade e Militância.** Fazendo Gênero 9 Diásporas, Diversidades, Deslocamentos . Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2010.

CIRQUEIRA, Diogo Marçal. Entre o corpo e a teoria [manuscrito]: a questão étnico- racial na obra e trajetória de Milton Santos. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós- Graduação do Instituto de Estudos Sócio-Ambientais. Goiânia: UFG. 201 ARAÚJO, Emanuel. PRIORE, Mary Del (org.). **Historias das Mulheres no Brasil.** 6. Ed. – São Paulo: Contexto, 2002.

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Estudos socioeconômicos e ambientais.** Disponível em <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/50779965/mapa-embrapa-e-ibge-apresentam-os-dados-sobre-mulheres-rurais#:~:text=rurais>. Acessado em 11/01/2021.

FERREIRA, Claudia. BONAN, Claudia.. **Mulheres e Movimento.** Aeroplano Editora e Consultoria Ltda. Rio de Janiero, 2005.

FERNADES, Otávia. **Mulheres do Campo.** Disponível em <https://tv.estadao.com.br/broadcast,top-agro-discriminacao-contras-as-mulheres-no-campo-e-maior-no-brasil-do-que-no-resto-do-mundo,933801>. Acessado em 10 de Dezembro de 2019.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa.** Tradução: Joice Elias Costa. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. 405 p.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HAESBAERT, Rogério. **Território e Multiterritorialidade**: Um debate. Revista GEOgraphia - Ano IX - No 17 Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro – 2007.

HAESBAERT. Rogério; BRUCE Glauco. “**A Desterritorialização na Obra de Deleuze e Guattari**”. Geographia: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF. Vol. 4 n. 7, 2002, p. 7-22. <http://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13419>.

HALL, Stuart. **Quem precisa de Identidade?** Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença. A perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Editora Vozes, p. 103 -133, [1996] 2000.

HALL,, Stuart. **A identidade Cultural na pós-mordenidade**. Tradução Tomáz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro – 10. Ed- Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

IBC, Instituto Brasileiro Coachung. **A mulher no mercado de trabalho**. Disponível em <https://www.ibccoaching.com.br/portal/mercado-trabalho/mulher-no-mercado-de-trabalho/>. Acesso em 17/02/2020.

LACOSTE, Yves. **A Geografia – isto serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. Papirus, ed,13, São Paulo: 2007.

MORGADO, Belkis Frony. **A marca do gado**. José Olympio Rio de Janeiro, 1987. POMBO, Olga. **Epistemologia da Interdisciplinaridade**. Revista do Centro de Educação e Letras. UNIOESTE: Campus de Foz do Iguaçu. Vol. 10 nº, 2008.

MORGADO, Belkis Frony, Olga. **Práticas Interdisciplinares**. Dossiê [Online]. Sociologia, Porto Alegre, ano 8. Nº 15. jan/jun 2006, p.208-249. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n15/a08v8n15.pdf>>. Acesso em 18 de março de 2018.

PORTELLI, Alessandro. **O que faz a Hitoria Oral Diferente**. Editora: Prof.História: São Paulo, 1997.

QUIJAMO, Anibal. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina**.

CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Buenos Aires, 2005.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. Editora Ática: São Paulo, 1993.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. – 4 ed.—São Paulo: Outras Expressões, 2007.

SILVA, Federici. **Calibã e a Bruxa**. Editora ELEFANTE. Tradução COLETIVO SYCORAX: SÃO PAULO, VERÇÃO DE 2017.

SNP. **Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres**. Disponível em <http://www.spm.gov.br/assuntos/conselho>. Acessado em 10 de Fevereiro de 2020.

THOMPSON, Paul. **A Voz do Passado Historia Oral**. Editora: Paz e Terra. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira: São Paulo: 1992.



O AGIR COMUM NO QUILOMBO: QUINTAIS PRODUTIVOS E ARTICULAÇÕES INSTITUCIONAIS NO QUILOMBO GROTÃO EM FILADÉLFIA/TO

Felipe Eduardo Lopes Oliveira

Dernival Venâncio Ramos Junior

INTRODUÇÃO

O Quilombo Grotão origina-se a partir da fuga de um grupo de pessoas escravizadas vindas do Maranhão ainda no século XIX, ao chegarem onde hoje está situado seu território, cercado pelo rio gameleira a leste e João Aires a oeste (ALMEIDA, 2011). Os quilombolas iniciaram rapidamente o processo de ocupação, visíveis pelos vestígios de moradas e grandes quintais com árvores frutíferas.

Após mais de 150 anos de vivência, o Grotão foi atingido pela onda de conflitos na região e acabam sendo expulsos do território em 2008, retornando a ele em 2009. Chama-nos a atenção a grande importância atribuída ao território pelos sujeitos que ali vivem, sendo considerado em vários aspectos como fundamental para a sobrevivência do grupo, que dinamiza o modo de vida da comunidade a partir da manutenção e cuidado com o Cerrado. Algumas áreas são consideradas, por eles, como “corações do território” pela importância produtiva, reprodutiva e memorial, uma vez que, foram áreas importantes também para gerações passadas do quilombo, sendo eternizadas através da nomeação do local, exemplo: o “canto dos Cassimiros”, córrego “Chico Grande” entre outros.

Não é só a importância dada ao território que nos provoca, mas questões sobre a utilização dos recursos naturais e construção de relações

com pessoas e entidades externas são discutidas em coletivo, orientadas sempre pelos mais velhos e lideranças. Diferenciando-se do modo convencional de tomada de decisões, as comunidades tradicionais carregam em si sabedorias que vão além do bem-estar humano, e perpassam também pelo equilíbrio ecológico t. Não basta ser bom para as pessoas, tem que ser bom para a terra, as águas, os animais e as florestas. Estes elementos são encarados como complementares e não hierárquicos, pois, nos parece fazer parte do princípio comum de cuidado e respeito mútuo (LITTLE, 2002).

Nesse sentido, a comunidade quilombola Grotão apresenta em sua forma de organização social, práticas coletivas ligadas aos saberes ancestrais que nos permite apontar, pelo menos, o esforço dos sujeitos em se organizarem de forma solidária, visando a manutenção e garantia do território e da vida comunitária.

A exemplo dessas práticas, observamos os quintais das casas compostos por uma diversidade vegetal e animal que aproveita a biodiversidade existente para garantir a produção alimentar e a reprodução familiar e grupal. Além disso, os quintais são importantes contribuintes para a soberania alimentar da comunidade. Esses quintais, chamados por Almeida e Gama (2014) de quintais agroflorestais (QAF), são utilizados pelos povos amazônicos e cerradeiros por muito tempo para o sustento e cuidados em geral das famílias.

Essas são práticas conhecidas por eles através da oralidade, repassadas pelos mais velhos e que denominaremos de agricultura tradicional. Arelado a isso, temos a agroecologia que visa fortalecer esses saberes, uma vez que ela se conceitua como princípios ecológicos no manejo de agroecossistemas sustentáveis, proporcionando a valorização máxima dessa complexidade. Em outras palavras: “baseia-se em melhorar a qualidade do solo para produzir plantas fortes e saudáveis, debilitando ao mesmo tempo as pragas ao promover organismos benéficos via diversificação do agroecossistema” (ALTIERI, 2010, p. 23-24).

Além do mais, enfatizamos que, diferente de como a literatura resolveu esculturar o que e como seria um quilombo, pretendemos seguir a linha de pensamento de Beatriz Nascimento ao afirmar que o quilombo

se forma pela necessidade de uma nova “reorganização social e contestação da ordem estabelecida” (NASCIMENTO, 2021, p. 129).

O que Nascimento (2021) nos diz é que o quilombo não se forma a partir da busca de liberdade, mas da necessidade de resistirem à imposição do trabalho escravo traçando estruturas organizacionais densas que corroboram para a reprodução de especificidades presentes nos quilombos, como é no caso do quilombo Grotão. Essas estruturas marcam suas posições de negação ao modelo civilizatório colonial, contrariam a ideia de que o quilombo se origina da superficialidade da fuga e vivem em constantes revoltas, além disso, custeiam formas de vida alternativa, baseadas nas regras comunitárias de colaboração e princípios políticos, em outras palavras a construção do comum.

Assim, este trabalho pretende analisar como estes quintais produtivos, da comunidade quilombola Grotão, através do princípio político do comum, contribui para a r-existência da comunidade na “luta” pelo território e reconhecimento do grupo. Após sua expulsão e retorno ao próprio espaço “encurtado”, como relatado por Domingues-Lopes e Silva:

Em outubro de 2008, as famílias foram despejadas, expulsas por força de uma liminar emitida pelo juiz Edson Paulo Lins, que atendeu a uma demanda judicial de um casal reivindicando a titularidade da terra, teve suas casas derrubadas e queimadas; e foram levadas para o Ginásio de Esporte do município de Filadélfia/TO onde passaram três meses, de 08.10.2008 a 08.01.2009, lutando e aguardando o retorno às suas terras. (DOMINGUES- LOPES; SILVA, 2009. p. 03).

Arelado a isso também pretendemos analisar as diversas articulações institucionais que a comunidade realizou durante esse tempo e os impactos causados diante dessas ações. Atualmente, a comunidade está desenvolvendo o projeto UBUNTU. Projeto que partiu do diálogo entre comunidade, Comissão Pastoral da Terra e Ministério Público do Trabalho. A CPT identificou em 2016 que havia muitos jovens e homens migrando para outras regiões em busca de trabalho, geralmente, no campo. Ganham mal e trabalhavam muito, por isso foi necessário trazer MPT para esta

discussão, o que rendeu um diálogo na comunidade buscando organizar alternativas de geração de renda dentro da própria comunidade, evitando a migração dos quilombolas.

Entretanto, o impacto que teve a introdução das cadeias produtivas relacionadas ao Projeto Ubuntu na comunidade e a forma que eles encaram a continuidade do projeto evidencia que, ao se depararem com ideias como produtividade, venda e inserção no mercado, algumas práticas acabaram sendo alteradas e o modo de vidas baseadas em outros marcos estarão comprometidos. Portanto, torna-se pertinente acompanharmos estes desdobramentos na comunidade, sobretudo, ao pensarmos em outras experiências da agricultura familiar que se tornaram pequenas agroindústrias.

Sabendo que, a região norte do Tocantins é rodeada por comunidades camponesas (assentamentos, ocupações, acampamentos, quilombolas e indígenas) e que essa é uma região marcada pela violência, sobretudo, por conta dos conflitos agrários, enfatizamos a importância de evidenciar esta realidade e quais as estratégias são utilizadas pelas comunidades para resistirem a essas violências e/ou reprodução delas no interior da própria comunidade. Limitamos esta análise à comunidade tradicional quilombola Grotão, mas sabemos que outras comunidades vivenciam situações semelhantes em suas estruturas organizacionais.

Por isso, a sistematização dessas práticas, nada mais é que o compromisso social que o pesquisador deve ter com as comunidades criminalizadas por não acompanharem a lógica civilizatória adotada pelo colonizador, através de projetos de desenvolvimento. Além de permitir que o pesquisador mergulhe profundamente em práticas alternativas ao neoliberalismo e a racionalidade acadêmica europeizada, reforçando a posição de muitos estudiosos do Sul Global que reconhecem o dinamismo e a riqueza epistêmica que por muito tempo foi interdita. O Quilombo Grotão foi, por muito tempo, silenciado. Entretanto, as relações construídas por eles e a busca por parcerias que pudessem ajudar na permanência do grupo no território tornou-se elemento fundamental para a defesa do quilombo.

Essa defesa pode ser traduzida pelo fortalecimento do modo de vida exercido na comunidade, a manutenção dos saberes tradicionais: a

forma de produção de alimentos, a religiosidade e as estratégias políticas, bem como afirmou Aguiar et al.:

De forma organizada, a comunidade tem buscado parcerias e definido estratégias para o fortalecimento do modo de vida, da formação educacional especialmente dos mais jovens, além da busca pelo acesso a tecnologias sociais que auxiliem no acesso aos recursos naturais locais, como a água por exemplo, além do uso da terra de forma sustentável, permitindo o aumento da produção de alimentos, sem deixar o sistema de produção tradicional como o cultivo de mandioca, feijão, fava, melancia jandaia, o processamento, para consumo próprio, de frutos do cerrado como Buriti e Macaúba, além da produção de farinha com receita tradicional (AGUIAR et al., 2020. p. 339).

Essa interação entre os saberes acadêmicos e não acadêmicos sem a determinação do moderno e/ou atrasado foi o que Boaventura de Sousa Santos chamou de ecologia dos Saberes (2006), possibilitando a partilha entre os sujeitos sobre suas experiências e conhecimentos sobre tal perspectiva, renunciando à hierarquia acadêmica, buscando o esforço é no sentido de insistir em ouvi-los em seus espaços coletivos de saberes e fazeres.

Portanto, traçamos alguns objetivos que pretendemos atingir com estas análises, a saber: Analisar os quintais produtivos da comunidade quilombola Grotão como espaços comuns de existência e re-existência a partir dos seus processos de luta pelo território, tendo em vista a utilização constante do Cerrado para confecções de objetos utilizados no cotidiano e a produção abundante de alimentos e remédios sendo o Cerrado considerado também um sistema produtivo para aquela comunidade; inventariar os quintais e os demais espaços de produção e reprodução enquanto espaços sociobiodiversos, pois a sistematização dessas informações são fundamentais para a reprodução desse modo de vida, além da promoção de troca de saberes entre essa e outras comunidades tradicionais. Além disso, compreender como o projeto UBUNTU impactou o modo de viver do Quilombo Grotão e seus desdobramentos na comunidade.

AS RELAÇÕES COTIDIANAS E O COMUM NO GROTÃO

Ao lembrarmos de uma das definições possíveis para o comum descrito por Dardot e Laval, onde dizia que “[...] o termo “comum” é particularmente apto a designar o princípio político da coobrigação para todos os que estejam engajados numa mesma atividade” (2017, p. 25), percebemos semelhanças com a metodologia adotada na produção de farinha do quilombo.

A ideia de que cada membro familiar tem obrigação de participar para poder usufruir dos resultados, assim como a divisão das tarefas no momento da “farinhada” pressupõe uma consciência organizacional de produção sem o compromisso com as agendas do capital e suas dinâmicas aceleradas, tendo o lucro como centro das relações sociais. Ao contrário, a farinha tornou-se uma base importante da soberania alimentar do Grotão que também constitui relações econômicas e sociais dessa comunidade na região. Pensamos essas ações coletivas como princípios e/ou construções do agir comum conectadas à paz quilombola apresentada por Beatriz Nascimento ao revisar a literatura brasileira acerca da vida nos quilombos. Assim ela escreve:

É certo que grande parte da literatura se ocupa em discorrer sobre razias, ataques físicos, queima de fazendas, roubo de gado etc. que os quilombos empreendem em suas circunvizinhanças. Mas também é certo que há referências outras dos vizinhos do quilombo, de que lá se encontram roças onde se cultiva variedade de produtos, os quais são trocados com alguns outros vizinhos, inclusive fazendas; há criação de animais domésticos, há o fabrico de ferramentas que também vão se tornar produto (meio de produção) de relações econômicas com os vizinhos. (2021, p. 133).

Para Beatriz do Nascimento, a história dos quilombos brasileiros foi marcada pelo aspecto violento e negativo, já que os relatos escritos sobre essas ocupações territoriais foram construídos de forma unilateral e pouco dizem sobre as formas de vida e as relações nela estabelecidas, uma vez que, a historiografia brasileira se pauta em ideologias brancas

e europeizadas. Entretanto, o negro só pode ser entendido a partir do “estudo profundo da ideologia nacional e das suas implicações num todo social, do qual, por força do preconceito racial (dentro daquela ideologia), é posto à margem” (NASCIMENTO, 2021, p.48).

Por isso, evidenciar os saberes e práticas do quilombo Grotão torna-se duplamente importante. Salienta a construção de estruturas internas que se constitui a comunidade e demonstra o seu caráter político em sua luta de resistência frente a expropriação do capital ao seu território.

Por isso, pensar o comum como um princípio político de práticas alternativas ao capitalismo, é descolar o sentido de propriedade (posse) do sentido privado ou estatal e reconfigurar o território (espaço físico) como espaço coletivo de definições e regras constituídas por determinado grupo. Nesse sentido, a comunidade quilombola Grotão, apresenta em sua forma de organização social, aspectos que nos permite apontar seus esforços coletivos em harmonia e preservação da diversidade de espécies animais e vegetais que contribui para a soberania alimentar e equilíbrio ecológico na comunidade.

É importante lembrar que, além de Dardot e Laval (2017), essas concepções do comum giram em torno do comportamento da comunidade e a forma como se estabelece as relações sociais, políticas e econômicas do grupo. No sentido da construção de relações econômicas nos aportamos nas contribuições de Karl Polanyi (2012) que critica, no início do século XX, a economia racional baseada em fatores econômicos para determinar ações e relações sociais. Foi em nome da economia racionalizada que as expansões agrícolas iniciaram suas formas de dominação e violência, garantindo o direito da propriedade privada, através da violência e expulsão de comunidades inteiras. O Grotão foi alvo dessa lógica de dominação violenta que os impacta negativamente até hoje, uma vez que, ainda são fortemente atingidos por ela.

Diante disso, as críticas e propostas de Polanyi (2012) ganham destaque nessas discussões, já que para ele estamos diante de uma falácia economicista, ao passo que, a esfera econômica estaria separada da sociedade e seria regida por uma instituição autoregulável, chamada mer-

cado, ditando as regras das sociedades, ou seja, o mercado determina as relações sociais.

Ao contrário disso, temos a economia substantiva que priorizando a interação do homem com a natureza influenciando e sendo influenciado pelas instituições de forma conjunta, tendo em vista a subsistência do homem, abandonando a falácia do medo da fome (empobrecidos) ou em favor do lucro (enriquecidos) e considerando a preservação ecológica (o meio), a fim de equilibrar as relações ‘ecosociais’.

Esse equilíbrio, que estamos chamando de ecosocial, tende a necessitar de um reconhecimento quanto às práticas em que ele se propõe. Ao contrário da lógica de imposição universal que o capitalismo apresenta, o modo de vida tradicional da comunidade Grotão está pautado na harmonia entre os vizinhos, as matas, os animais, as águas e os comunitários, em outras palavras, a universalidade que eles se baseiam é local.

Diante dessa harmonização buscada pela comunidade, há estratégias que preveem a implementação de articulações com parceiros diversos que possam contribuir com a defesa do território.

Enquanto pesquisadores, é importante desmembrarmos o que está por trás das relações entre os sujeitos, sabendo que estas relações não são neutras e constituem interesses diversos que conflitam e socializam em um mesmo território (HAESBAERT, 2005). A partir disto, surgem inquietações sobre como acontece as mobilizações dessas relações: Pela imposição de um lado ou existe equivalência nas relações entre esses sujeitos? Algumas experiências entre universidade, Comissão Pastoral da Terra e comunidade evidenciam a tentativa do trabalho coletivo buscando a desierarquização dos sujeitos, descritos assim por Ramos *et al.*

[...] diante das características e singularidades da comunidade em questão, o NEUZA se atenta as dinâmicas e complexidades envolvidas no território e no cotidiano da comunidade, bem como suas práticas agroecológicas. Assim, a atividade desenvolvida levou em consideração a importância da participação dos membros da comunidade, enquanto detentores de saberes tradicionais, compartilhados e experienciados pelo Núcleo (RAMOS *et al.*, 2019, p. 3).

Diferente da invasão cultural baseada na teoria antidualógica pautada por Paulo Freire (1983), esta atividade buscou legitimar os diferentes saberes, consistindo em admitir que epistemologias não acadêmicas foram enviesadas pela academia e determinados grupos dominantes (RAMOS *et al.*, 2019). Essa interação não cartesiana entre os sujeitos, pode ser identificada como ecologia dos saberes proposto por Boaventura de Sousa Santos (2007), possibilitando a partilha de experiências e conhecimentos por igual sobre tal perspectiva.

Ao passo que estas articulações e mobilizações de saberes vão acontecendo os diversos interesses vão aflorando, embora, seja consenso a conquista e manutenção do território quilombola. Entretanto, as relações que compõem a esfera interna e externa dos sujeitos com a comunidade são bastante complexas, tornando-se um desafio diário.

Até então, exibimos a superfície das articulações ocorridas até aqui, ainda temos um longo caminho a desvendar. Isto posto, vale mencionar que nem sempre as experiências são bem-sucedidas, ainda mais entre pessoas que estão se conhecendo e reconhecendo em um mesmo solo. Por isso, faz-se necessário aprofundarmos as discussões sobre as articulações existentes no quilombo e a utilização das tecnologias sociais adotadas pela comunidade a partir dessas relações.

Nesse sentido, basearemos nossa proposta em etapas que consigam dar conta do proposto em nossos objetivos. A revisão bibliográfica sobre estudos teóricos na comunidade é fundamental para dialogarmos constantemente com os aspectos já apresentados e atualizarmos esta bibliografia. Através de pesquisas em artigos, teses e dissertações com palavras relacionadas a quintais, quilombo, Grotão, relações com o comum, Cerrado como sistema produtivo e inserção de comunidades no mercado, faremos um recorte específico após a leitura dos trabalhos encontrados.

Além disso, visitas de campo serão realizadas no intuito de produzir dados utilizando-se do método de produção da história oral de vida e história oral temática. Convém ressaltarmos que as narrativas orais não são dadas sem intenções, elas buscam expressar o que foi realizado, mas também o que não se realizou, trazem à tona o que se pretendia ou

não, para tanto, a história oral nos possibilita ir além do que foi registrado (PORTELLI, 1996).

Entretanto, se a história oral nos apresenta etapas disciplinares para atingirmos nossos objetivos de pesquisa, ao mesmo tempo, ela nos coloca como revisores de nossas próprias metodologias, reinventamos-nos, ou seja, também somos confrontados, afinal são “encontros epistêmicos que se tornem um diálogo interepistêmico” (RAMOS, 2019. p. 368). Assim sendo, os diálogos de história de vida terão roteiro aberto sinalizando um pensar junto entre sujeitos e pesquisador/sujeito (id., 2019). Como afirmou Thompson (1998), essa abordagem possibilita uma visão mais compreensiva sobre o passado dos grupos, sobretudo, quando “As fontes orais estão sendo utilizadas para dar novas dimensões à história das comunidades [...]”. (1998, p. 135).

Utilizaremos entrevistas semiestruturadas que serão gravadas, transcritas e analisadas com a devida autorização dos sujeitos entrevistados. Buscaremos explicar os objetivos do trabalho aos sujeitos dispostos a dialogar, no intuito de não cairmos em armadilhas metodológicas.

Para tentarmos analisar os quintais agroflorestais, faremos o inventário deles. Encarados como espaços socioambientais, estes quintais agroflorestais concentram uma diversidade de espécies agrícolas e florestais, além da criação de pequenos animais (ALMEIDA; GAMA, 2014). Segundo Almeida e Gama (2014), os quintais são bastante utilizados por grupos urbanos e rurais vulneráveis, propiciando benefícios ecológicos, sociais e econômicos. Acreditamos que a dimensão política é atingida igualmente com o manejo dos quintais produtivos na comunidade quilombola Grotão. Sendo assim, o inventário tem por objetivo caracterizar a área utilizada, detalhamento das espécies vegetais e animais, bem como o manejo necessário. A observação direta e o preenchimento de fichas agroecológicas desenvolvidas pelo Núcleo de Pesquisa e Extensão em Saberes e Práticas Agroecológicas – NEUZA/UFNT serão fundamentais para finalizarmos o inventário. Seremos conduzidos pelo sujeito capaz de dar informações referentes aos quintais, sendo ele o indicador das funções de cada espécie apresentada.

Estes dados serão analisados, contextualizados e problematizados a luz dos objetivos proposto ao trabalho, não objetivando apenas a confirmação de tal, mas provocando novos debates e hipóteses acerca do modo de vida do Grotão e suas estratégias de resistência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apontamos aqui o que já foi realizado diante do proposto metodologicamente e dos objetivos almejados. A partir da instrumentalização teórica, novas perspectivas foram adotadas, como a linha de pensamento de Beatriz Nascimento ao questionar a formação dos quilombos brasileiros relatados pela literatura nacional.

Ao ver de Nascimento (2021), os quilombos não são formados por um desejo de se rebelar, mas por uma necessidade de se reorganizarem enquanto povos que contestam seus novos modos de vida. Além do mais, as revoltas e violência não são fatores predominantes dentro do quilombo, uma vez que, as relações de vizinhança próximo aos quilombos foram fundamentais para a construção das relações sociais e econômicas dessas ocupações territoriais.

Posto isso, diante das diversas visitas ao Grotão é possível perceber a relação entre a comunidade e os vizinhos que se constitui de conflitos e comunhões. Evidenciamos isso na troca de serviços braçais, nas participações em festas e celebrações religiosas, na venda e/ou troca de alimentos e animais, apontando assim a consolidação de relações sociais importantes para a constituição daquele grupo.

O cultivo da terra, produção de alimentos, construção de casas, coleta de frutas nativas e criação de animais em espaços coletivos são ações cotidianas, afirmadas por eles através da frase “é o nosso jeito, tem que acostumar”, apontando diretamente para a construção de alternativas ao modo de vida convencional baseado na individualidade, sobretudo, nas relações econômicas que determinam cada vez mais as relações sociais em nossa atualidade. Salientamos que essas práticas se aproximam da conceituação do comum, proposto por Dardot e Laval (2017) no qual

ver a práxis coletiva e cooperativa como fundamental para rompermos com a lógica capitalista atual.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Vinicius Gomes de et al. **Tecnologias Sociais no Território Comum: Articulação Institucional e Inclusão Social no Quilombo Grotão**. Revista da ABPN. v. 12, n. Ed. Especial – Caderno Temático: “Geografias Negras” abril de 2020, p. 336-360.

ALMEIDA, Larissa S. e GAMA, João Ricardo G. **Quintais agroflorestais: estrutura, composição florísticas e aspectos socioambientais em área de Assentamento Rural na Amazônia brasileira**. Ciência Florestal. Santa Maria: v. 24, n. 4, p. 1041-1053, out.- dez., 2014.

ALMEIDA, Roberto Alves. **Relatório antropológico de reconhecimento e delimitação do território da comunidade quilombola do Grotão**. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. **Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas – DFQ**. Brasília, 2011.

BONI, Valdete; BOSSET, Cleber José. **Agricultura familiar e campesinato: qual desenvolvimento rural?** Simposio de Estudios del Desarrollo. Nuevas rutas hacia el bienestar social, económico y ambiental. Universidad de Santiago de Chile, Chile, del 7 al 10 de enero de 2013, p. 1-20.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2017.

DOMINGUES-LOPES, Rita de Cássia; SILVA, Helena Mendes. **Memória e Parentesco: caminhos percorridos pela comunidade remanescente de quilombo Grotão – Tocantins**. Rio de Janeiro: Anais do XIV Congresso Brasileiro de Sociologia, 2009.

HAESBAERT, Rogério. Definindo território para entender a desterritorialização. In. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2006. p. 35-98.

LITTLE, Paul. Território sociais e povos tradicionais no Brasil: **Por uma antropologia da territorialidade**. Brasília: UnB, 2002. Texto disponível em: http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/PaulLittle_1.pdf. Acessado em 26 de maio de 2020.

PORTELLI, Alessandro. **O que faz a história oral diferente**. Projeto História, São Paulo, p.25-39, 14 fev. 1997.

PORTO-GONÇALVES, Carlos. **De Saberes y de Territorios: diversidad y emancipación a partir de la experiencia latino-americana**. Polis, Revista de la Universidad Bolivariana, Volumen 8, N° 22, 2009, p. 121-136.

_____. **A nova questão agrária e a reinvenção do campesinato: o caso do MST**. Revista Geografias. Belo Horizonte V. 01. 7-25 julho-dezembro de 2005.

RAMOS, Dornival V. **Encontros epistêmicos e a formação do pesquisador em História oral**. Revista História Oral. v. 22, n. 1, 2019, pp. 359-372. Disponível em <http://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=article&op=view&path%5B%5D=871&path%5B%5D=pdf>. Acessado em 20 de junho de 2020.

_____. et al. **Agroecology community and ecology of knowledge: a training experience based on the partnership between quilombo, pastoral land commission and university**. Participative: Open Science in Journal. Volume 1, Artigo 5, 2019.

SANTOS, Boaventura Souza. **O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: História Oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.



O ASPECTO CONSUMERISTA E ATUAÇÃO DO PROCON DE ARAGUAÍNA FRENTE AS DEMANDAS DOS CONSUMIDORES IDOSOS

Renata Aguiar de Vasconcelos

Elias da Silva

INTRODUÇÃO

O consumo de produtos e serviços é uma realidade vivida, e as demandas e problemas que surgem a partir das relações de consumo também. Nessas relações e nas práticas inerentes ao ato de consumir pode-se perceber diversas formas no que se refere às práticas culturais como territorialidades (i)materiais (SAQUET, 2007) inerentes ao segmento idoso de consumidores quanto às seguintes situações de verificação e análise: informações técnicas, origem, residência, faixa-etária, poder aquisitivo, e direitos.

A relação de consumo é composta pelo consumidor e pelo fornecedor, sendo que nesta relação o consumidor é considerado vulnerável, ou seja, encontra-se em um estado de perigo, conforme elencado o art. 4º do Código de Defesa do Consumidor (1990). Os consumidores se encontram amparados em nosso país por leis consumeristas e pelo PROCON (Programa de Proteção e Defesa do Consumidor) com intuito de intermediar as relações de consumo.

Conforme aponta GEERTZ (2009), o direito é algo que a princípio deve ser acessível a todos, propenso também ao saber local de modo geral. No entanto, o que se observa na prática é que mesmo com o auxílio de inúmeras normativas no que tange ao direito do consumidor, em contraste com a atuação de entidades como o PROCON, ainda é possível

perceber que o consumidor brasileiro se encontra vulnerável no que se refere ao mercado de consumo.

A cidade de Araguaína é sede regional de uma das agências do PROCON no estado do Tocantins cuja circunscrição é demonstrada no mapa 1. O recorte territorial do norte tocantinense, que inclui 15 municípios, é área de abrangência do registro de ações de consumidores impetradas junto ao PROCON de Araguaína. Essa cidade é, por isso, a base maior dos nossos levantamentos e abordagem, a qual abrange temporalmente o período de 2018 a 2020.

O fato de Araguaína ser a maior base de levantamento e análise nesta de pesquisa proposta, se justifica, considerando ser a maior concentração urbana regional, sendo segunda cidade tanto em população, quanto produção econômica de comércio, serviços públicos e privados do Tocantins, impondo-se, portanto, como polo regional; concentra o maior número de agências bancárias da região norte tocantinense, logo recebe o maior fluxo de demanda quanto aos empréstimos consignados a idosos.

Dentro dessa perspectiva, a presente pesquisa buscou analisar as demandas consumeristas dos consumidores idosos tanto da cidade de Araguaína como das outras 14 cidades, sedes dos demais municípios da circunscrição de atuação do PROCON, no que toca a empréstimos consignados junto às agências bancárias tanto de Araguaína quanto das demais cidades desta circunscrição. Para tanto, a presente pesquisa tomou como base os dados levantados e produzidos pelo PROCON de Araguaína sobre esse grupo de consumidores, bem como, evidenciamos os aspectos formais jurídicos de proteção ao consumidor e em especial aos consumidores idosos do universo da pesquisa.

Quando a relação de consumo envolve idoso ocorre um agravante, pois além de mais vulnerável, o idoso é hipossuficiente, sendo assim, exige maior proteção. Portanto, conforme a Lei 10.741/03 de 01 de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), idoso é toda pessoa com 60 (sessenta) anos ou mais. A partir deste marco etário, a pessoa considerada idosa adquire alguns benefícios, que na verdade são meios de colocá-los em patamar de igualdade com os demais cidadãos.

É importante destacar que o Código de Defesa do Consumidor, como o próprio nome diz, foi instituído para amparar aos consumidores, porém, é necessário observar, alguns consumidores de uma forma geral, quanto a suas necessidades, como os consumidores idosos, são considerados bastante vulneráveis como ressalta Marques (2012):

Existem no ordenamento pátrio uma série de leis especiais que regulam as situações de vulnerabilidade potencializada ou agravada, de grupos de pessoas (idosos, crianças e adolescentes, índios, estrangeiros, pessoas com necessidades especiais, doentes, etc.). A estes grupos de pessoas é destinado o conceito de hipervulnerabilidade, pois também atuam na sociedade como consumidores e merecendo proteção especial pela legislação. (MARQUES, 2012, p.41).

O idoso é um alvo fácil do mercado consumerista, pois, em geral, se encontra desprovido de informações referentes aos serviços e produtos, exigindo então a proteção do estado e da família contra abusos. Esta afirmação de caráter geral pode ser comprovada no âmbito de atuação do PROCON de Araguaína pela considerável movimentação de pessoas acima de 60 anos de idade com processos acionando este órgão em relação a contratos de empréstimos consignados junto às instituições bancárias.

Pretendemos com nossa pesquisa evidenciar os principais aspectos no âmbito das práticas culturais como territorialidades (i)materiais do segmento de consumidores idosos referente a empréstimos consignados no âmbito de atuação do PROCON de Araguaína. Nosso objeto de estudo referem-se às demandas da falta de informações técnicas, não clareza dos seus direitos, limitação quanto à origem e acesso, faixa-etária e poder aquisitivo considerando a questão da hipervulnerabilidade, situações que evidenciam um panorama geral em relação à proteção do segmento de idosos em âmbito local/regional.

Este conjunto de situações verificáveis de análise deve nortear nossa pesquisa tanto do ponto de vista das informações de forma quantitativa quanto qualitativa. Como variáveis a serem consideradas propomos com a aproximação das práticas culturais e territorialidades (i)materiais-

já que são essas as situações motivadoras nas práticas de acionamento junto ao PROCON de Araguaína e sua área de circunscrição regional..

Como recorte temporal da investigação, os casos referentes a empréstimos consignados dos anos de 2018 a 2020 em nossos dados a priori verificam-se relatos com teor de ansiedades, vulnerabilidades, conflitualidades, perdas de territorialidades (i)materiais associadas à aquisição de novas necessidades de reinvenção da vida e do novo tecnológico frente ao contexto de imperativos da atual ordem social, agravada, ainda mais, pela COVID 19 que cerceou os acessos, tanto físicos quanto virtuais, considerando o baixo grau de urbanização ainda predominante na região da Araguaína e a necessidade de novas aprendizagens tecnológicas para todos os segmentos da sociedade, particularmente mais necessários para os idosos.

METODOLOGIA

A metodologia adotada está composta a partir da relação quanti e qualitativa. Analisaremos os quantitativos de idosos no período 2019 e 2020 que contraíram empréstimos consignados junto a agências bancárias tanto de Araguaína como de outras cidades da região de circunscrição jurídica do PROCON, levantando informações em relação à origem e residência, ao grau de instrução escolar, faixa-etária, número e nomes de agência bancárias, etc, permitindo estabelecer em que medida houve a relação de afetação da Pandemia do Novocoronavírus em 2020 em relação a 2019.

Quanto ao aspecto qualitativo, devido ao grande número de ocorrência, abordamos de forma aleatória alguns consumidores idosos na intenção de coletarmos impressões quanto às suas práticas no que se refere aos dilemas sofridos por este segmento no que tange aos déficits de informações necessárias ao manuseio de equipamentos bancários como caixas eletrônicos, informações contidas nos contratos de consignados; quanto às impressões referentes ao PROCON quanto ao grau de satisfação e/ou insatisfação na esfera do atendimento e garantia dos seus direitos; por fim, quanto às impressões deste segmento em relação ao acesso

aparentemente fácil, oferecido pelo sistema bancário e à defasagem dos conhecimentos adquiridos ao longo da vida em relação aos exigidos, em se tratando das novas tecnologias que aparentam como aparelhos, procurando quantificar suas práticas relativas inerentes ao sistema bancário.

Conforme ressalta Geertz (2009), o direito em si deve ser propenso às sensibilidades e aos saberes locais. Tendo, portanto, a premissa do local, utilizaremos de pesquisa documental no âmbito do PROCON de Araguaína, procurando averiguar a quantidade de consumidores idosos afetados por demandas de consignados. Utilizamos informações escritas, diálogos por meio de ligações telefônicas, considerando os protocolos e códigos de conduta social ainda presentes em função da pandemia do novo coronavírus desde 2020.

Desta forma, trilhamos pela via da interdisciplinaridade (POMBO, 2008), considerando as convergências de aspectos históricos, culturais, geográficos, do direito, na intenção de produzir a reflexão acerca das demandas consumeristas dos idosos de Araguaína no âmbito de proteção dos seus direitos exercidos junto ao PROCON. Esses sujeitos idosos, que compõem também um fluxo migratório, e nesse sentido uma relação com o território cujo processo abrange a reinvenção em suas práticas, de novas identidades e territorialidades. Assim, cumpre-nos pensar as suas novas apropriações de territorialidades (i)materiais no âmbito do consumo, informação e direitos referentes às suas características quanto à origem, faixa-etária, residência e direito do consumidor no âmbito das novas aquisições de vida.

Neste sentido, dialogamos com Raffestin (1993), Haesbaert (2000) e Saquet (2007) que trabalham com os conceitos de território e territorialidades (i)materiais abrangendo tanto aspectos clássicos da constituição deste conceito quanto à (i)materialidade no âmbito das posses humanas individuais que se vinculam às práticas relativas ao consumo. Também dialogamos com Bauman (2008) e Santos (2007), que consideramos serem oportunos quanto aos fundamentos inerentes à sociedade pós-moderna, capitalista bem como à esfera da cidadania versus consumo.

ASPECTOS CONSUMERISTAS DA ATUALIDADE

Ao abordamos quanto as relações de consumo e no que se refere as demandas consumeristas observamos que estamos inseridos em uma sociedade consumista a qual é descrita por Bauman (2008) como uma sociedade que simplesmente se resume em consumir:

Bombardeados de todos os lados com sugestões de que precisam se equipar com um ou outro produto fornecido pelas lojas se quiserem ter a capacidade de alcançar e manter a posição social que desejam, desempenhar suas obrigações sociais e proteger a auto-estima – assim como serem vistos e reconhecidos por fazerem tudo isso -, consumidores de ambos os sexos, todas as idades e posições sociais irão sentir-se inadequados, deficientes e abaixo do padrão a não ser que respondam com prontidão a esses apelos. (Bauman, 2008, p. 74).

Ademais, Milton Santos destaca que no Brasil não existe cidadão, pois este se tornou unicamente consumidor, resultado de impactos no decorrer da história do país em situação jamais verificável em qualquer outro país, como relata:

Em nenhum outro país foram assim contemporâneos e concomitantes processos como a desruralização, as migrações brutais desenraizadoras, a urbanização galopante e concentradora, a expansão do consumo de massa, o crescimento econômico delirante, a concentração da mídia escrita, falada e televisionada, a degradação das escolas, a instalação de um regime repressivo com a supressão dos direitos elementares dos indivíduos, a substituição rápida e brutal, o triunfo, ainda que superficial, de uma filosofia de vida que privilegia os meios materiais e se despreocupa com os aspectos finalistas da existência e entroniza o egoísmo como lei superior, porque é o instrumento da busca da ascensão social. Em lugar do *cidadão* formou-se um *cidadão*, que aceita ser chamado de *usuário*. (SANTOS, 2007, p. 25).

Desta forma, observa-se que vivemos em uma sociedade que se encontra constantemente consumindo. Por isso, iremos evidenciar as demandas consumeristas e seus elementos culturais, onde conforme afirma Hall (2015, p. 133) a cultura é a “soma das descrições disponíveis pelas quais as sociedades dão sentido e refletem as suas experiências comuns”. Analisando então as experiências do segmento de idosos a respeito de direitos violados enquanto consumidores, suas demandas consumeristas se aproximam da concepção de Hall (2015) considerando como soma as suas práticas antigas e de referências de vida às novas pulsações por consumo, com apelo de facilidade e conforto que a cultura globalizada do dinheiro, acaba por lhes tornar vítimas.

As empresas que atuam no mercado de consumo, visando em seu proveito trabalhar para que as pessoas possam ver que precisam e que necessitam de seus serviços e produtos, não somente aquilo que realmente se precisa, mas fazem com que mesmo as pessoas que já possuem queiram adquirir e querer mais. “O consumo, pelo fato de possuir um sentido, é uma atividade de manipulação sistemática de signos” (BAUDRILLARD, 1993, p. 206). Sendo esse um exercício de relações de poder no âmbito de afirmação de Foucault (1979) que compõem as relações sociais existentes, no que se refere ao poder que não está semente vinculado ao Estado, mas, a todo o tipo de relação, pois, toda relação possui poder exercido.

Sob esta atuação é a forma em que as empresas exercem poder diante do consumidor, e o poder, como sugere Raffestin (1993, p. 64), se dá por uma situação de processo relacional. Desta forma, a “[...] relação é o ponto de surgimento do poder, e isso fundamenta a sua multidimensionalidade. A intencionalidade revela a importância das finalidades, e a resistência exprime o caráter dissimétrico que quase sempre caracteriza as relações” (RAFFESTIN, 1993, p. 53).

No âmbito das relações de consumo verificamos o exercício do poder das empresas em relação aos consumidores vulneráveis e essa vulnerabilidade se dá de forma ainda mais acentuada quando se trata de consumidores idosos. Observa-se que para o filósofo Foucault (1979) o poder não é algo que possa se adquirir ou compartilhar, não é algo que se guarde ou se deixa escapar, não se encontra concentrado em uma classe

ou instituição, o poder se encontra nas relações, sendo o poder exercido: “(...) poder não se dá, não se troca nem se retorna, mas se exerce, só existe em ação, como também, da afirmação que o poder não é principalmente manutenção e produção das relações econômicas, mas acima de tudo uma relação de força (...)” (FOUCAULT, 1979, p. 99).

Foucault (1979) ressalta em *Microfísica do poder* que os indivíduos em suas individualidades possuem capacidades de articular, planejar, assim como de influenciar em suas geopolíticas pessoais. Para tanto, não importa quem tem mais ou menos poder e sim quem o exerce. Compreende-se a partir da ideia de Foucault (1979) que a sociedade em si funciona como um conjunto de relações, o qual o poder não é definido por uma apropriação, mas sim em suas manobras, funcionamentos e táticas, desenvolvendo então seu exercício.

Deste modo, observa-se que os consumidores idosos que recorrem ao PROCON, por terem seus direitos violados, buscam retomar seus direitos e exercerem seu poder. Nesse caso, o poder de requerer seus direitos que foram outrora violados. Verifica-se que o território nessas demandas tem natureza simbólica (HAESBAERT, 2007, p. 28), ou sentido de territorialidades (i)materiais passando a ser além de um local em que se vive, espaços de reconstruções identitárias em função das demandas de interesses sociais nos quais “os objetivos do controle social através da sua territorialização variam conforme a sociedade ou cultura, o grupo e, muitas vezes, com o próprio indivíduo” (HAESBAERT, 2007, p. 22).

Ressalta ainda Haesbaert (2000, p.198) sobre a desterritorialização no mundo contemporâneo que “assim como a modernidade não pode ser definida sem sua contra face, o tradicional, a desterritorialização está indissociavelmente ligada com a (re)territorialização, pois na prática proliferam interseções e as ambiguidades.” Portanto, referente ao grupo de idosos aqui pautados, esses que por sua vez possuem um ritmo lento, fruto de desterritorialização como suas perdas de conhecimento causadas pela velocidade das redes, também se des-re-territorializam ao migrarem para as cidades em períodos recentes, muito deles vindo do campo ou de outras cidades menores, alguns impelidos e expulsos pela modernização do campo e a concentração fundiária, tendo então que se

(re)territorializar, tendo em vista as redes de modernização com uma tecnologia avançada.

CONSUMIDOR IDOSO PERANTE A TECNOLOGIA

É possível perceber que a população idosa se encontra vulnerável a fraudes oriundas do mercado de consumo. Assim, em Araguaína e demais municípios, ocorre a regra geral do Brasil, desrespeitando os direitos dos consumidores, sendo, portanto, sintonizados com as fraudes do mercado consumidor. Assim, em Araguaína e demais municípios, bem como, o que ocorre também em outros lugares em nosso país, desrespeitando os direitos dos consumidores, sendo essa prática algo cultural não somente em nossa cidade, mas também em todo o território brasileiro.

O direito da pessoa idosa se encontra reunidos no Estatuto do Idoso Lei nº10.741 aprovado em 2003. Após quase dez anos que sua tramitação no Congresso Nacional, o referido Estatuto regulamenta os direitos que as pessoas com idade superior a 60 (sessenta), totalizando 118 artigos que buscam amparar o idoso, com enfoque em direitos específicos para pessoas com idade superior a 80 (oitenta) anos. Esta lei tem o objetivo de estabelecer, ampliar, regulamentar e esclarecer os direitos das pessoas idosas no país.

Destacamos ainda que anterior ao Estatuto do Idoso houve uma conquista para a sociedade instituída na Constituição Federal de 1998, em seu artigo 230 que depõem que “a família, a sociedade e o Estado tem o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando a sua participação na comunidade, defendendo a sua dignidade e bem estar e garantindo-lhes o direito à vida.” (BRASIL, 1988). Portanto, o idoso possui um tratamento especial no Brasil desde 1998, porém, foi especificamente detalhado somente no Estatuto no ano em 2003, garantindo a proteção incondicional do idoso.

Assim, os idosos ganharam importante amparo de seus direitos no Estatuto do idoso como consumidor, o que se encontra amparado no artigo 20º: “O idoso tem direito à educação, cultura, esporte, lazer, diver-

sões, espetáculos, produtos e serviços que respeitem sua peculiar condição de idade.” (BRASIL, 2003), em que o idoso possui direito a produtos e serviços que respeitem sua condição diferenciada.

No que se refere a vulnerabilidade especial que o consumidor idoso possui, esta é decorrente de vários fatores que o acompanham, como demonstra Cavalcante (2019) “como problemas de saúde, condição física, dificuldade de ler e interpretar contratos, termos técnicos de difícil compreensão, e fraudes.” (p.10). Desta forma, o consumidor idoso é considerado hiper vulnerável nas relações de consumo dentro do cenário consumerista atual.

O Ministério da Saúde (OMS) informou que a quantidade de pessoas idosas com idade superior a 60 anos chegará a 2 bilhões de pessoas até 2050, podendo estar entre o sexto ou quinto da população mundial. Isto posto, observamos que a sociedade brasileira irá precisar se adequar a esses idosos que serão a grande maioria.

Conforme os anos se passam, a sociedade brasileira se modifica e assume novas formas, trazendo consigo novos aspectos e formas em se portar como no caso dos avanços da tecnologia, como por exemplo os meios de comunicação que crescem rapidamente; consequentemente nos encontramos sendo bombardeados de informações que se espalha de forma veloz, sendo assim, com a estimativa de vida cada vez maior e com tantos afazeres, aparenta que se encontram com menos tempo, onde as relações se tornaram mais difíceis.

[...]O idoso que já defasado de visão e de percepção entra nesse ambiente está muito mais suscetível a erros e fraudes, principalmente com o bombardeio de informações online; típicos desses meios; devendo tudo ser feito rapidamente a fim de que a compra seja efetuada, unindo isso aos sites que muitas vezes já são programados pelas empresas a fim de induzir o consumidor a erro. (PINTO, 2017, p. 27).

Como aborda Pinto (2017), os idosos que tentam se adequar as tecnologias se encontram muito mais suscetíveis a fraudes, tendo em vista o avanço tecnológico que dificulta que esses idosos de fato consigam se adap-

tar. O que iremos abordar com mais ênfase sobre as dificuldades que os idosos possuem em tentar se adaptar aos mecanismos tecnológicos atuais.

Em consonância com o que foi anteriormente colocado, verifica-se que com as inovações tecnológicas e todas as implicações inerentes aos processos de mudanças, os idosos têm passado por dificuldades para se adequarem às novas facetas do mercado de consumo. No ciclo da inovação e difusão da informação, o sucesso da difusão de uma inovação gera uma espécie de desterritorialização (i)material e o prosseguimento da difusão “conduz a uma reterritorialização e assim a uma nova territorialização a um novo conjunto de relações frente à exterioridade, à alteridade” (HAESBAERT, 2000, p. 173).

Sobre os processos de desterritorialização e reterritorialização, Haesbaert (2000, p. 198) aponta que “assim como a modernidade não pode ser definida sem sua contraface, o tradicional, a desterritorialização está indissociavelmente ligada com a (re)territorialização, pois na prática proliferam as intersecções e as ambiguidades”. Tais fatores podem ser percebidos ao observarmos que os consumidores idosos buscam adquirir os seus direitos e, desta forma, vemos esse processo de desterritorialização e reterritorialização quando os idosos que moram no campo precisam se deslocar para a cidade em busca do PROCON, ou um idoso que mora em cidades vizinhas que precisa se deslocar para Araguaína para reivindicar os seus direitos.

Ademais, os idosos em virtude de padrões de consumo e ao não domínio de ferramentas tecnológicas inerentes a esse novo estilo de consumo, são envolvidos nos aspectos da sua desterritorialização (i)material. Corroborando com nossa pesquisa, Raffestin (1993) destaca que o território é criado a partir de um ator sintagmático - no nosso contexto se dá na atuação do Estado por meio do PROCON -que em seus vários níveis de jurisdição territorial no âmbito do estado brasileiro, sua circunscrição regional de Araguaína, o torna um ator sintagmático quanto às interações do segmento idoso de nossa abordagem.

No intuito de promoção do desenvolvimento socio territorial desse segmento, o PROCON procura dirimir suas demandas no mer-

cado consumidor de empréstimos consignados ação contra as agências bancárias e em favor dos consumidores aqui pesquisados.

O PROCON E SUA ATUAÇÃO EM DEFESA DOS IDOSOS

O PROCON é um órgão do Poder executivo podendo ser estadual ou municipal, que tem como propósito a defesa dos direitos dos consumidores, responsável por ajudar a mediar os conflitos entre os consumidores e os fornecedores de produtos e serviços. As principais atribuições do órgão são atendimento, fiscalização e monitoramento das relações de consumo entre as partes. Bessa (2006) define PROCON da seguinte forma:

PROCON é a designação simplificada, com algumas pequenas variações, dos órgãos estaduais e municipais de defesa do consumidor. Sua principal atribuição é aplicar, diretamente, penalidades às empresas que violam direitos do consumidor. É fundamental que exista plena harmonia e articulação entre o PROCON do Estado e dos seus municípios, cabe ao PROCON estadual realizar o verdadeiro trabalho de coordenação e integração dos PROCONS municipais, de modo a evitar posições contraditórias ou até mesmo duplicidade de ações diante da mesma violação a direito do consumidor (BESSA, 2006, p. 51).

Em março de 1992 foi criado o PROCON no estado do Tocantins, obedecendo a determinação constitucional com o escopo de educar, orientar e defender os consumidores do Tocantins em relação aos abusos ocorridos nas relações de consumo, sendo esse órgão estadual ligado à Secretaria de Cidadania e Justiça. Foram abertos três núcleos de atendimento: Araguaína, Gurupi e Palmas. Atualmente o PROCON/TO recebeu expansão territorial que vem crescendo, desde 2004, para outros municípios, com o escopo centralizado no atendimento eficaz de demandas em todo o território estadual.

O PROCON/TO possui onze núcleos regionais de atendimento, sendo os mesmos no centro de Palmas e Taquaralto (bairro mais distan-

te), Araguaína, Gurupi, Dianópolis, Porto Nacional, Guaraí, Colinas do Tocantins, Tocantinópolis, Araguatins e Paraíso do Tocantins. No ano de 2011, surge a Superintendência Pró-Direitos e Deveres nas Relações de Consumo, com as Diretorias Jurídica e Pedagógica e as Coordenações de Fiscalização, Julgamento, Educacional, Setor Econômico, Informática e Dívida Ativa.

Nesse mesmo ano, no mês de julho, o PROCON passou a integrar a Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos e, em 2015, o órgão passou a ser denominado de Diretoria de Proteção aos Direitos do Consumidor – PROCON/TO e a estrutura também mudou, estando atualmente estruturada em gerências, sendo essas de: Atendimento ao Consumidor, Educação para o Consumo (anteriormente Pesquisa e Cálculo), Gerência Jurídica e do Contencioso Administrativo e Fiscalização. Entre os meses de maio e junho de 2015, o órgão passou a ser denominado Superintendência de Proteção aos Direitos do Consumidor - PROCON Tocantins.

Em 2016, a Secretaria a qual o órgão está vinculado passou a ser denominada de Secretaria de Cidadania e Justiça. De acordo com os artigos 105 e 106 da Lei nº 8.078, o SINDEC é uma política pública que, por meio de soluções tecnológicas, integra o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC) e fortalece a ação coordenada e harmônica entre seus órgãos. Diante do exposto, podemos conceber o PROCON como uma territorialidade legal no âmbito das políticas estatais, cuja jurisdição regional de Araguaína, atende ao escopo de suas atribuições a várias situações referentes aos direitos do consumidor, conforme Portaria do PROCON/TO nº 004/2016.

O PROCON por meio de seus atendimentos e decisões beneficia aos idosos na medida em que, no âmbito do atendimento, muitas das vezes o problema dos idosos são resolvidos por meio do atendimento preliminar e em outras situações o problema não é resolvido no atendimento preliminar e nem em audiência de conciliação, sendo assim, segue para o julgamento administrativo. Embora as decisões administrativas convertam unicamente em multa aplicada à empresa e revertida ao Estado, a respectiva decisão pode servir como base para um processo judicial favorável ao idoso.

Referente ao levantamento de processos dos anos de 2018 a 2020 do seguimento de consignados em atendimento a idosos no PROCON de Araguaína o ano de 2018 obteve 93,97% de atendimento de idosos, em 2019 obteve 54,71% de atendimento a esse segmento e em 2020 foram 44,04% dos atendimentos. Observa-se que no último ano houve uma baixa nos atendimentos, o que se atribui ao período pandêmico da COVID 19, bem como, devido as ações de educação para o consumo. Em 2019 houve um aumento de atendimentos, sendo que, após fazerem palestras levando informações a este segmento de consumidores, estes idosos buscaram mais o órgão para garantir seus direitos.

Fizemos uma entrevista com um servidor do PROCON que enfatizou sobre a importância do órgão em defesa dos consumidores idosos, e ressaltou um aspecto negativo da tecnologia, afirmando que esta expôs ainda mais facilmente este segmento a verdadeiras “armadilhas” do processo quanto à aquisição de dinheiro para complementarem seus pequenos rendimentos e proventos, o que se faz necessário o reforço do papel do PROCON na vigilância em defesa dos seus direitos. Observamos que existe uma margem de superendividamento por parte dos idosos em que por muitas vezes resulta com que esse idoso receba menos do que lhe permita seu sustento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verificamos que os idosos como consumidores por conta de questões cognitivas, bem como, por serem bastante vulneráveis nas relações de consumo, passam a ser um alvo fácil para essas instituições do setor financeiro que em alguns casos agem de má fé, visando somente o lucro em cima de um produto ou prestação de serviço para esse público. As ações registradas no PROCON giram em torno de questões financeiras, ligadas a aos empréstimos consignados, observando que vários são feitos de forma indevida, conforme verificamos nos processos junto ao PROCON de Araguaína.

Observou-se ainda a dificuldade que estes idosos passam em busca de garantir seus direitos frente as inovações tecnológicas, as quais acarretam lesões financeiras por conta da violação de seus direitos. Os deslocamentos que estes idosos precisam fazer para exigir que direitos sejam respeitados e cumpridos, o qual alguns precisam de deslocar de outras cidades, ou de zonas rurais, num movimento de desapropriação e reapropriação momentâneas de suas territorialidades (i)materiais em busca de resolução de suas demandas consumeristas, particularmente quanto a empréstimos consignados contraídos de agências bancárias e/ou correspondentes financeiros.

REFERÊNCIAS

BAUDRILLARD, J. **O sistema dos objetos**. São Paulo: Perspectiva, 1993.

BAUMAMN, Zygmunt. **Vida de consumo**: transformação de pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro, 2008.

BRASIL. Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. **Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 set. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8078.htm>. Acesso em 12 jan. 2021.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GEERTZ, Clifford James. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. Tradução de Vera Mello Joscelyne. 7 ed. Petrópolis, RJ. Ed. Vozes, 2009.

HAESBAERT, Rogerio. **A desterritorialização: Entre as redes e os aglomerados de exclusão**. In: CASTRO, I. E., et. al, Geografia: Conceitos e temas. 2ª. Ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 165-206.



ABORDAGENS ACERCA DA TERRITORIALIZAÇÃO E EXPANSÃO DOS BOMBEIROS MILITARES DO TOCANTINS

Rodrigo Reis Figueira

Braz Batista Vaz

INTRODUÇÃO

Este texto é parte da pesquisa de mestrado intitulada *A territorialização do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins – CBMTO: implementação e estruturação*, na qual realizamos a análise do processo de territorialização e expansão de uma das corporações militares mais recentes do Brasil, o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins – CBMTO.

Traçamos como um dos objetivos o estudo, a compreensão e o registro do processo de desenvolvimento institucional do Corpo de Bombeiros do Estado do Tocantins, destacando a sua expansão nos níveis geográfico (territorialização) e simbólico (formação cultural). Iniciado com abordagens gerais, o trabalho teve como foco afunilar os acontecimentos até o estabelecimento da instituição na cidade de Araguaína.

Este estudo, provocado a partir da percepção da ausência de registros mais formais e científicos que versassem sobre a implementação e estruturação institucional que faz parte da história do Estado do Tocantins: a implantação e atuação do Corpo de Bombeiros, especialmente no norte do Estado. O trabalho, de cunho documental, utilizou-se do método científico dedutivo e estatístico, analisando fatos e fenômenos para exploração, estudos e registros da história, dos dados e do desenvolvimento do órgão supracitado, verificando, a partir de relatórios de serviços, ocorrências, decretos, diários oficiais, leis e reportagens de jornais, a trajetória da instituição, em perspectiva interdisciplinar.

Para detalhar melhor os registros, o estudo bibliográfico e documental se deu na exploração de documentos oficiais do acervo do Estado, principalmente dos principais órgãos envolvidos (Polícia Militar do Estado do Tocantins – PMTO e CBMTO) que nortearam e auxiliaram na organização cronológica da pesquisa. Os dados obtidos nas imersões documentais e aqui apresentados foram compilados e analisados.

Para tais estudos – embasados teoricamente nas produções de autores que nos trazem luz às noções de territorialização, Estado, poder, sociedade, direitos humanos –, utilizamos Pierre Bourdieu (1989), Marcos Saquet (2013), Max Weber (2004), Dalmo de Abreu Dallari (2004) e Rogério Haesbaert (2004). Apresentamos neste texto partes do resultado alcançado: a produção de um registro do processo de implantação, expansão e estruturação do Corpo de Bombeiros em Araguaína.

EMBASAMENTO TEÓRICO

A pesquisa observou a territorialização que, além dos aspectos geográficos, em virtude de considerar toda a implementação e evolução dessa instituição também abrange conceitos mais amplos dessa definição. Como nos explicita Saquet (2007), “o território, assim, resulta como conteúdo, meio e processo de relações sociais. Essas relações sociais que são, ao mesmo tempo, materiais, substantivam o território” (SAQUET, 2007, p. 8).

A partir dessa reflexão, explicamos o desmembramento de parte da Corporação da PMTO para constituir o CBMTO a partir de hipóteses sobre territorialização, desterritorialização e reterritorialização. Conforme Haesbaert (2004), “trata-se de uma perspectiva interessante, uma vez que a Geografia e a Ciência Política sempre trabalham com a ideia de Estado territorial(izador), ligado ao controle político, jurídico, administrativo e militar, e articulado através de determinado território” (HAESBAERT, 2004 p. 137).

Nesse sentido, podemos aqui compreender que tal (des)(re)territorialização ocorreu dentro de um mesmo campo, que nesse caso é o militar. Campo, na concepção do sociólogo francês Pierre Bourdieu, “é

um espaço de relações objetivas entre indivíduos, coletividades ou instituições, que competem pela dominação de um cabedal específico” (Bourdieu, 1984 *apud* Cherques, 2006).

Devido às atitudes e às atuações positivas advindas da sua missão inicial, que é salvar vidas, os bombeiros constroem um processo de territorialização que se constitui pela soma das relações sociais e materiais, práticas e simbólicas, operacionais e educativas com a sociedade.

Tais particularidades, inerentes à instituição, geram uma distinta simbologia que auxilia significativamente na construção da imagem social singular que a corporação possui.

O CBMTO tem, desde a sua criação, uma função voltada para o atendimento de uma demanda diferenciada, salvar sem escolher a quem, estar presente nos piores momentos de risco à vida, ajudar sem julgar etc.

Para desempenhar tal função, além de incluir treinamentos intensos, por exemplo para as práticas de salvamento, tem como missão sempre colocar em primeiro lugar a vida da vítima. Essa missão de proteger perpassa ainda pela sua atuação socioeducativa nos trabalhos de palestras, treinamentos preventivos, participação em projetos escolares e sociais etc.

Os atendimentos realizados pelo CBMTO em urgências e emergências envolvem pessoas que estão inseridas em situações de risco. Geralmente, os atendidos e envolvidos nos sinistros são pessoas que, na grande maioria das vezes, estão em um momento de sofrimento, sensação de perda e estresse. Nesse sentido, iremos ao encontro da ideia de que o agente bombeiro militar terá que ter um bom entendimento, prático e teórico, de direitos humanos, pois lidará com um momento de fragilidade de outra pessoa, que na maioria dos casos, nem conhece.

O bombeiro militar deverá ter um preparo psicológico, técnico e ter conhecimento da legalidade da sua atuação, considerando as inúmeras variações dos tipos de ocorrências atendidas. Podemos, então, perceber que mesmo representando o Estado, devido sua prestação de um serviço público, o agente deverá saber manipular seu respeito à pessoa humana devido a garantia do respeito à dignidade e liberdade da condição humana.

O conhecimento sobre direitos humanos e cidadania deverá ser adquirido na formação específica para bombeiros militar, que pode variar com duração de 10 meses, no caso de CFSD (Curso de Formação de Soldado) e entre dois e três anos no caso do CFO (Curso de Formação de Oficiais). A partir desse contexto, verifica-se possível utilizarmos o conceito de *habitus*, aplicando ao campo militar, que, de acordo com Pierre Bourdieu, traz uma ideia sobre esse processo de formação onde “a noção de *habitus* exprime sobretudo a recusa a toda uma série de alternativas nas quais a ciência social se encerrou, a da consciência (ou do sujeito) e do inconsciente, a do finalismo e do mecanismo, etc” (BOURDIEU, 1989, p. 60).

Weber (2004), noutro prisma, fala que uma influência carismática surge a partir de situações extraordinárias, ponto a partir do qual percebemos confluência do que o autor afirma com o escopo das ações e atividades desenvolvidas pelo Corpo de Bombeiros, ao tomarmos, então, a perspectiva de autoridade carismática para compreender a formação e desenvolvimento da instituição. Isso, pois, “a criação de uma dominação carismática, no sentido “puro” aqui exposto, é sempre resultado de situações extraordinárias externas, especialmente políticas ou econômicas, ou internas, psíquicas, particularmente religiosas, ou de ambas em conjunto” (WEBER, 2004, p. 331).

Percebemos, portanto, tratar-se de uma instituição constituída a partir de características que vão desde a representatividade de autoridade carismática singular até a representação da atuação do Estado por meio de um órgão militar e de atendimento direto com a população. É uma organização que salva, previne, conscientiza, bem como, promove geração de renda ao erário público com suas taxas de vistorias de edificações.

O que a faz, também, ser considerada uma autoridade, é a autonomia de exercer funções na segurança pública conforme definido no Artigo 144 da Constituição Federal:

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

I – polícia federal;

II – polícia rodoviária federal; III – polícia ferroviária federal;
IV – polícias civis;
V – polícias militares e **corpos de bombeiros militares**;
VI – polícias penais federal, estaduais e distrital. (Incluído pela EC n. 104/2019) (...)
§ 5º Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos **corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.**” (BRASIL, 1988; Destaque nosso)

Deste modo, relacionamos a problemática ao que se pede, ou seja, estudar para compreender a existência e desenvolvimento do Corpo de Bombeiros dentro de sua territorialidade e constituição de elementos de poder a partir de sua especificidade.

Para isso, além dos teóricos supracitados, recorreremos a contribuições de Hallyny Mendes (2017), que é oficial do CBMTO e defendeu em seu mestrado a criação do NIEDH (Núcleo Interdisciplinar de Educação em Direitos Humanos) dentro do CBMTO, de Carlos Eduardo Riberi Lobo (2002), um pesquisador sobre a evolução dos Corpos de Bombeiros do Brasil, entre outros pesquisadores que têm pesquisado sobre a atuação e evolução das corporações militares no Brasil.

ASPECTOS METODOLÓGICOS E MATERIAIS DE PESQUISA

Toda essa história singular pode ser cientificamente observada seguindo procedimentos metodológicos de caráter quantitativo e qualitativo, através da coleta de informações em documentos oficiais, leis, decretos e reportagens para uma compilação, organização e análise, perfazendo a pesquisa documental. Como nos orienta Triviños, (1987):

As informações que se colhem, geralmente, são interpretadas e isto pode originar a exigência de novas buscas de dados. (...) As hipóteses colocadas podem ser deixadas de lado e surgir outras, no achado de novas informações, que solicitam encontrar outros caminhos. Desta maneira, o pesquisador tem a obrigação, se não

quer sofrer frustrações, de estar preparado para mudar suas expectativas frente a seu estudo. (TRIVIÑOS, p. 131).

Uma das composições do trabalho de pesquisa se deu com a realização de entrevistas temáticas por meio de questionários estruturados com os militares mais antigos da corporação, muitos já aposentados, para composição de narrativa sobre os primeiros equipamentos, primeiros cursos e primeiras ocorrências. Desses militares há sempre muito o que ser ouvido, são eles que guardam grandes informações acerca do início da existência da corporação e, especialmente, de todos os períodos de singulares dificuldades nos atendimentos, da falta, ainda em maiores escalas, da existência de equipamentos e mão de obra qualificada etc. A importância de entrevista com servidores mais experientes se dá conforme a ideia de Alves- Mazzotti (2002):

Caracteristicamente multimetodológicas, isto é, usam uma grande variedade de procedimentos e instrumentos de coleta de dados. Podemos dizer, entretanto, que a observação (participante ou não), a entrevista em profundidade e a análise de documentos são os mais utilizados, embora possam ser contemplados por outras técnicas. (ALVES-MAZZOTI, p. 163).

Na sequência da construção do trabalho, para a realização de uma pesquisa interdisciplinar, o estudo se deu com a colheita de informações históricas, estatísticas, de noticiários, depoimentos etc., por regiões, para uma mensuração e definição da territorialização do CBMTO. Em razão disso, a pesquisa se configura dentro dos moldes de uma construção e análise historiográfica.

A pesquisa bibliográfica e análise da literatura se faz relevante para a prospecção de informações, reflexões, conceitos e discussões que favoreçam um embasamento coerente e eficaz da realidade observada. Segundo Gil (2008), destacamos que “[...] a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla [...]. Sendo a pesquisa bibliográfica a pesquisa baseada em material já publicado” (GIL, 2008, p. 50).

Percorrendo esses percursos metodológicos e embasamentos teóricos, acreditamos que o estudo, análise e compreensão desse processo territorialização será percebido, se fundamentará e contribuirá historicamente e socialmente para a pesquisa do tema em tela, afinal, como nos afirma Saquet (2007), “território é um espaço natural, social e historicamente organizado e produzido e a paisagem é o nível visível e percebido deste processo” (p. 142).

BREVE RELATO DA IMPLEMENTAÇÃO INSTITUCIONAL

Por ocasião de promulgações da nova Constituição Federal, foram criados três Estados na federação brasileira, sendo um deles o Tocantins (desmembrado da região Norte do Estado de Goiás), como descreve o Ato das Disposições:

Art. 13. É criado o Estado do Tocantins, pelo desmembramento da área descrita neste artigo, dando-se sua instalação no quadragésimo sexto dia após a eleição prevista no § 3º, mas não antes de 1º de janeiro de 1989.

§1º O Estado do Tocantins integra a Região Norte e limita-se com o Estado de Goiás pelas divisas norte dos Municípios de São Miguel do Araguaia, Porangatu, Formoso, Minaçu, Cavalcante, Monte Alegre de Goiás e Campos Belos, conservando a leste, norte e oeste as divisas atuais de Goiás com os Estados da Bahia, Piauí, Maranhão, Pará e Mato Grosso. (BRASIL, 1988).

A partir da criação do mais novo estado do Brasil, surgiu a necessidade de sua organização estrutural, administrativa e política e, assim, implementação de secretarias, instituições e órgãos diversos, componentes do novo estado. Uma das primeiras instituições implementadas foi a Polícia Militar do Estado do Tocantins – PM-TO que, a princípio, herdou viaturas, equipamentos, servidores e até mesmo o regulamento disciplinar do estado de Goiás.

Como parte integrante da instituição da polícia militar, em 1992 foi criada – através do Decreto nº 6672/92, atendendo a demandas da so-

cidade a Companhia Independente de Bombeiros (1ª CIBM) para atuar em pequenos incêndios e salvamentos urbanos.

Um ano após, em 1993, a PMTO abriu um processo seletivo para um curso de formação com estrutura curricular para Bombeiros Militares, com oferta de 50 vagas para Soldados Bombeiros. Os selecionados foram matriculados no primeiro Curso de Formação de Soldados Bombeiro Militar (CFSD/BM) que teve início no mês de maio do mesmo ano e conclusão oficializada na portaria do Boletim Geral 010, em 14 de janeiro de 1994.

A breve história do CBMTO relatada na página eletrônica oficial do Estado do Tocantins afirma que:

Em 1994 a 1ª CIBM ampliou seu efetivo e formou sua primeira turma de soldados bombeiros do Estado, com 49 formandos. A Companhia possuía agora um efetivo de 62 homens e um número reduzido de graduados, sendo apenas dois oficiais. O Major Elias José da Silva foi o primeiro comandante do Corpo de Bombeiros do Tocantins. (CBMTO, 2020)

Todo esse processo de formação da primeira turma é um marco na construção histórica da atuação desses profissionais no estado do Tocantins. Sobre essa expansão na atuação, vemos que “ainda em 1994, a convite da Prefeitura da capital, o Corpo de Bombeiros iniciou o serviço de salvamento aquático”, mas em relação às condições de equipamentos, “a unidade contava somente com um barco de cinco metros, com motor de 25 hp, e não possuía qualquer tipo de equipamento autônomo para mergulho” (CBMTO, 2020).

Seguindo os anos e as demandas de organização e desenvolvimento do novo Estado, surge nova proposta de implementação de uma corporação de bombeiros militar independente da corporação policial. Essa separação ocorreu em 2006, concretizando a independência da corporação que, ao desmembrar-se da PMTO, iniciou um novo ciclo de expansão institucional, administrativa e logística no estado do Tocantins.

No ano de 2001, para poder suprir as demandas em que havia a necessidade do trabalho do Bombeiro Militar devido ao crescimento do

estado foi criado o Curso de Adaptação de Bombeiro (CAB) dentro da PMTO. No mesmo ano, ingressaram no curso 49 militares que, após 60 dias de treinamento específico para bombeiro, ingressaram na 1ª CIBM. No dia 24 de setembro do ano de 2004, mesmo pertencendo a PM. Após participação no certame e concluir o curso de formação exclusivo para bombeiros, 30 alunos concluíram o 2º Curso de Formação de Soldados Bombeiro Militares realizado no Estado do Tocantins. No ano seguinte, em 2005, mais 41 militares da PM também realizaram o CAB, aumentando consideravelmente o efetivo especializado como Bombeiro Militar. Mesmo com a realização do curso, alguns militares não permanecem atuando como bombeiro, optando por trabalhar em sua função de origem na PMTO.

Quanto a equipamentos para atuação, em 2002, com a compra de 03 (três) Auto Bomba Tanque (ABT) – caminhões utilizados para combater a incêndios urbanos, três unidades de Auto Salvamento (AS) –, viaturas com equipamentos para salvamentos diversos em altura e terrestre, e 03 (três) Unidades de Resgates (UR) – e ambulâncias equipadas para atendimento pré-hospitalar – APH, retoma-se esse avanço no desenvolvimento da instituição, oportunizando produzir e certificar ainda mais uma legitimação ideológica de atuação dos agentes Bombeiros Militares. Um conjunto de viaturas contendo 01 ABT, 01 AS e 01 UR foram enviados para os pelotões subordinados da CIBM/PM nas cidades de Palmas (Região Central), Araguaína (Região Norte) e Gurupi (Região Sul), o que operacionalizou e otimizou o atendimento real dos bombeiros lotados nas cidades citadas. Podemos, então, ir ao encontro da ideia de Haesbaert (2005) que destaca a variação conforme o contexto histórico e geográfico no desenvolvimento da territorialização:

Assim, as sociedades tradicionais conjugavam a construção material (“funcional”) do território como abrigo e base de “recursos” com uma profunda identificação que recheava o espaço de referentes simbólicos fundamentais à manutenção de sua cultura. (HAESBAERT, 2005. p. 6778)

Por conseguinte, com a chegada de Viaturas Operacionais, potencializou-se o processo de territorialização do CBMTO, pois ampliaram-se consideravelmente as condições de atendimento de ocorrências que fazem parte da atuação do bombeiro militar.

Em 09 de março de 2004, através do decreto nº 2.013, o governador elevou a 1ª CIBM a Primeiro Batalhão Bombeiro Militar (1º BBM), tendo como consequência a transformação do 3º Pelotão, situado em Araguaína, em Terceira Companhia Bombeiros Militar (3ª CIA BM) subordinada ao 1º BBM.

Seguindo os anos e as demandas de organização e desenvolvimento do novo Estado, vê-se como próximos passos a necessidade de implementação de uma corporação de bombeiros militar independente da corporação policial. Assim, inicia-se uma significativa mudança administrativa no CBMTO. Em 25 de setembro de 2005, foi publicada a Emenda Constitucional nº 15 que traz no texto as primeiras orientações dessa separação quando diz: “altera os artigos que especifica da Constituição do Estado de modo a criar o Corpo de Bombeiros Militar, desmembrando-o da Polícia Militar do Estado, e adota outras providências” (TOCANTINS, 2005).

Ainda assim, a instituição manteve-se um vínculo com PM através do artigo 13 da referida emenda, ocorrendo o real desmembramento somente no dia 04 de abril de 2006, data em que foi publicada a Lei Complementar de nº 45, de 03 abril de 2006, com a criação da Organização Básica do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins.

Essa separação ocorreu em 2006, concretizando a independência da corporação que, ao desmembrar-se da PMTO, iniciou um novo ciclo de expansão administrativa e logística no Estado do Tocantins. A organização administrativa do novo órgão é descrita nos artigos 5º a 8º da referida Lei Complementar, ficando assim definido:

Art. 5º. A estrutura organizacional do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins é a seguinte:

- I – Órgãos de Direção; II – Órgãos de Apoio;
- III – Órgãos de Execução.

Art. 6º. Os Órgãos de Direção realizam o comando e a administração da Corporação, competindo-lhes:

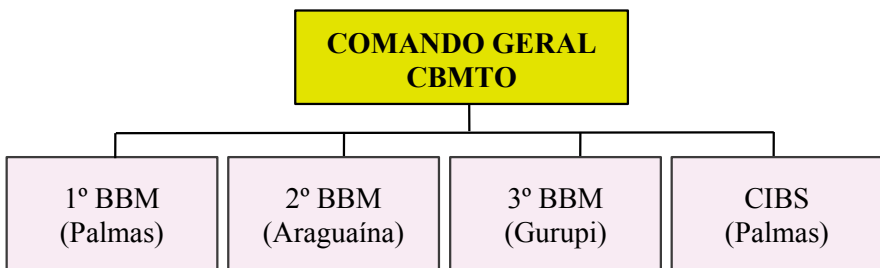
- I – o planejamento geral estratégico, para a organização e o desenvolvimento pleno das missões da Corporação;
- II – o auxílio por meio de diretrizes, ordens, normas técnicas ou Normas Gerais de Ação – NGA aos Órgãos de Apoio e de Execução;
- III – a coordenação, o controle e a fiscalização da atuação dos Órgãos de Apoio e Execução.

Art. 7º. Os Órgãos de Apoio realizam as atividades-meio da Corporação, atendendo às necessidades de pessoal, material e ensino, telecomunicações e telemática do Corpo de Bombeiros Militar, atuando em cumprimento às estratégias planejadas, diretrizes, ordens e normas gerais de ação dos órgãos de direção, ligando-se diretamente a estes.

Art. 8º. Os Órgãos de Execução são constituídos pelas unidades operacionais e realizam as atividades-fim do CBMTO, cumprindo as missões ou a destinação da Corporação, executando dentro do planejamento as diretrizes, ordens e normas emanadas dos Órgãos de Direção amparados pelos Órgãos de Apoio. (TOCAN-TINS, 2006).

O principal órgão dentro da estrutura organizacional é o Comando Geral, tendo em vista que todos os outros órgãos são subordinados a ele. Na figura abaixo, resumimos o organograma operacional para passar um melhor entendimento sobre o funcionamento organizacional do CBMTO.

Organograma 01 – Organograma atual resumido (Operacional) do CBMTO



Fonte: Autor, 2021.

Neste organograma, temos as divisões dos batalhões subordinados agora diretamente ao Comando Geral do CBMTO, que por sua vez cada um tem suas respectivas companhias, podemos também notar uma Companhia Independente de Busca e Salvamento¹ subordinada direto ao Comando Geral do CBMTO. As Companhias e suas localidades descreveremos na tabela abaixo.

Tabela 01: Batalhões e suas respectivas CIA's

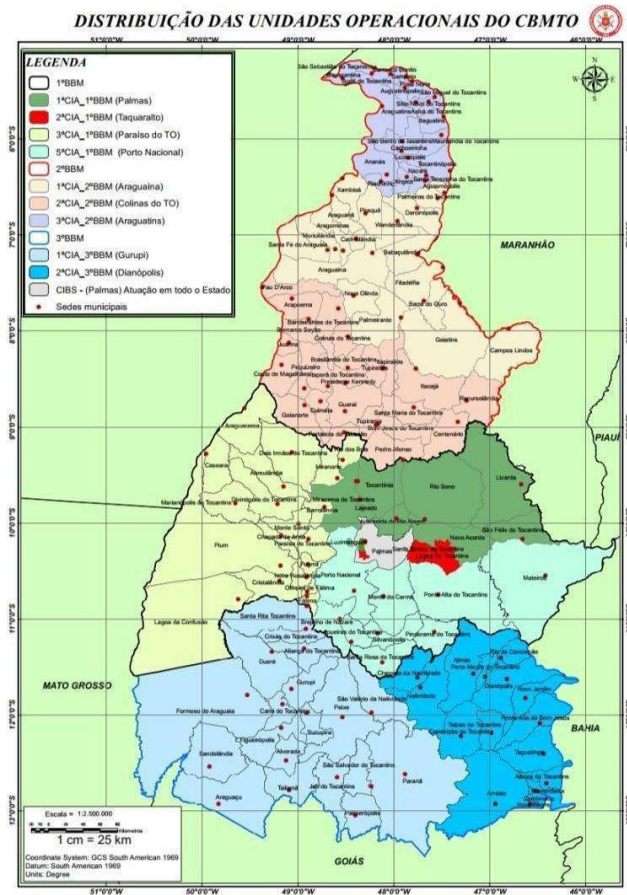
1º BBM (Palmas)	1ª CIA (Palmas)
	2ª CIA (Taquaralto)
	3ª CIA (Paraíso do TO)
	5ª CIA (Porto Nacional)
2º BBM (Araguaína)	1ª CIA (Araguaína)
	2ª CIA (Colinas do TO)
	3ª CIA (Araguatins)
3º BBM (Gurupi)	1ª CIA (Gurupi)
	2ª CIA (Dianópolis)

Fonte: Autor, 2021.

1 A Companhia Independente é subordinada diretamente ao Comando Geral, neste caso a de Busca e Salvamento.

Informação relevante é a divisão da área de atuação de cada unidade. Podemos conferir na Figura 01 a posição geográfica no mapa onde se divide as áreas de atuação de cada unidade militar do CBMTO.

Mapa 01 – Mapa de atuação das unidades operacionais do estado



Fonte: CBMTO, 2021.

É evidente, pois, que aqui se tem um resumo histórico. No entanto, esse resumo também se dá nos estudos, nos registros, nas pesquisas, nas análises sobre a organização e na publicidade referente a toda implementação, evolução e, especialmente, a ampla missão cidadã, educativa e operacional do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins. Existem

muitas lacunas nos registros, sobre a organização, história, territorialização e cultura desta corporação, lacunas essas que validam a oportunidade de estudos, de análises e de produção científica que se volta para toda a trajetória do CBMTO. É esta, portanto, a pretensão inicial deste texto.

RESULTADOS PRELIMINARES

Em 14 de fevereiro de 2019 foi implantado nas centrais de atendimentos dos bombeiros militares o SIOCB, uma importante ferramenta digital que substituiu o papel quanto ao preenchimento de dados das ocorrências diárias. Esse instrumento digital foi um dos dispositivos que utilizamos para a coleta de dados² que nos embasaram nessa construção. Os dados foram coletados com autorização e ciência do comando, através do acesso com login e senha do autor em razão da sua condição de servidor do CBMTO.

A coleta foi realizada a partir da síntese de informações já dispostas na intranet³ que se referem aos anos 2018 e 2019 e em um banco de dados alimentado pelos militares de cada unidade, onde os encarregados de alimentar o sistema, coletavam os dados de formulário de papel, preenchidos pelos que atenderam a ocorrência, e os transferiram para o banco de dados contido na intranet. Os dados de ocorrências dos anos 2020 e 2021 já se encontram todos registrados diretamente no SIOCB, possibilitando o preenchimento da ocorrência *in loco*, um significativo avanço tecnológico e funcional.

O sistema de dados contempla quatro principais áreas de atuação, a saber, Atendimento Pré-Hospitalar, Atividades Preventivas, Busca e Salvamento, Incêndios e eventos com Produtos Perigosos. Verifica-se a partir dessa informação, que o Corpo de Bombeiro Militar atua muito

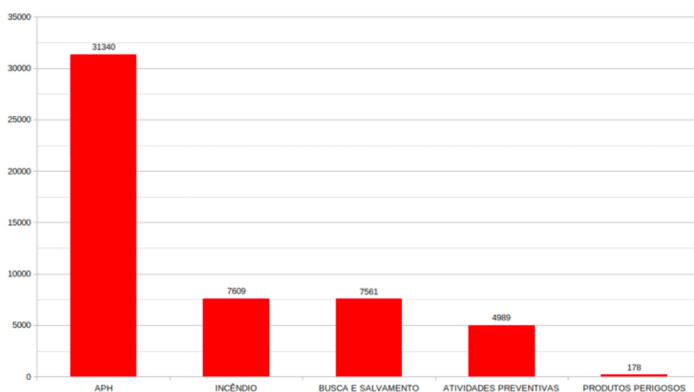
2 Coleta de dados formalmente autorizada pela Diretoria de Ensino e Pesquisa do CBMTO.

3 Rede interna de comunicação de computadores, com limites internos de uma instituição, na qual são utilizados os mesmos programas e protocolos de comunicação empregados na Internet

além do combate a incêndios – ao contrário do que é propagado pelo senso comum.

Assim, registramos que, para nossas análises, coletamos dados do período entre o mês de janeiro de 2018 a dezembro de 2021, período no qual foram atendidas um total de 51.677 ocorrências em todo o Estado do Tocantins, sendo que a área de predominância em número de ocorrências foi a de APH, correspondendo à 60,65% dos atendimentos. Para uma visualização mais efetiva, recorreremos ao gráfico nº 01:

Gráfico 01: Ocorrências atendidas no estado do Tocantins, de Janeiro de 2018 a Dezembro de 2021.



Fonte: Autor, 2021

Destacamos que, no decorrer da coleta de dados, houve uma atualização do SIOCB no ano de 2020, com acréscimo de algumas funções. Dentre as atualizações, implantou-se o registro para a ocorrência identificada como Defesa Civil. Apesar de ser uma atividade-fim do CB-MTO, não era descrita efetivamente como ocorrência, sendo apenas uma atuação e função característica registrada em outros documentos. Verificamos que, a partir de então, nos anos 2020 e 2021 foram registrados 1.331 atendimentos do tipo, conforme dados coletados.

Outra atuação do CBMTO de relevante importância é a de vistorias para regulamentar estruturas que precisam de um projeto contra incêndio e pânico. Desses registros, no mesmo período selecionado para

nossas coletas, verificamos que foram realizadas 22.558 vistorias em todo o Estado do Tocantins.

Somando todas as atuações nos diversos tipos citados, apuramos um total de 75.566 atendimentos nos quatro anos (2018, 2019, 2020 e 2021), com uma média simples de pouco mais de 18.800 (dezoito mil e oitocentos) atendimentos por ano, o que nos traz a dimensão da atuação e desenvolvimento das atividades da corporação no Estado. Dentre os principais resultados obtidos, alcançamos registros do processo de desmembramento, da implementação, da estruturação e da expansão do Corpo de Bombeiros, bem como, exploramos e expomos em dados, entrevistas e análises a dimensão das demandas da sociedade atendidas pelos profissionais diariamente nos plantões contínuos da instituição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O CBMTO, mesmo sendo uma corporação relativamente nova, já passou por um grande processo de territorialização e mudanças simbólicas com vista a constituição de elementos e signos próprios a esta instituição e sua finalidade precípua. Dessa forma, a constatação é que muito há para se estudar sobre uma das mais novas corporações militares do Brasil, desde a sua criação na prática em 1992, passando pelo seu desmembramento no ano de 2006 até os dias de hoje, de maneira que haja, para as futuras gerações melhores registros e análises da trajetória sócio-histórico-cultural referentes ao CBMTO.

O desejo final é que a territorialização da corporação na região norte tocantinense, seu desenvolvimento institucional, a sua estruturação física e cidadã dentro do Estado estejam aqui inicialmente esboçadas e sirvam de incentivo e ação inicial para outros estudos.

REFERÊNCIAS

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith, GEW ANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 2000.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa, Editora Bertrand, 1989.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CHERQUES, H.R.T. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. **RAP**, Rio de Janeiro, v.40, n.1, 27 - 46, jan, 2006.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Direitos e cidadania**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2004.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUIMARÃES, H.M. **NÚCLEO INTERDISCIPLINAR DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS: PELA CONSTRUÇÃO DA CULTURA DA PAZ NO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO TOCANTINS**, 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Programa de Pós-Graduação em Prestação Jurisdicional e Direitos humanos), Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2017.

HAESBAERT, Rogério (2004): **O mito da desterritorialização. Do fim dos territórios à Multiterritorialidade**. Bertrand Brasil.

LOBO, Carlos Eduardo Riberi **O CORPO DE BOMBEIROS EM SÃO PAULO/1970-1995. Modernização, Políticas Públicas e Cidadania**. 2002. Trabalho de Conclusão de Curso, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2002.

SAQUET. Marcos Aurélio. **Abordagem e Concepções de Território**. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

TOCANTINS. CBMTO. Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins. **Quem somos– história do CBMTO**. Palmas TO. Disponível em: <https://bombeiros.to.gov.br/quem-somos/historia-do-cbmto/> Acesso em: 09 de março. 2020.

TOCANTINS. **Constituição do Estado do Tocantins**: promulgada em 5 de outubro de 1989. Disponível em: <https://central.to.gov.br/download/17754> Acesso em: 25 de setembro de 2021.

TRIVINOS, Augusto N. Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade – Fundamentos da Sociologia Compreensiva**. Vol. 2 – São Paulo: UnB Imprensa Oficial, 2004.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Autogestionários | 81, 84, 85, 91, 181

B

Bombeiros | 7, 11, 163, 164, 165, 166, 167, 170, 171, 172, 173, 175, 176, 178, 179, 181

C

Cadeias produtivas | 136

Consumidor | 147, 148, 149, 151, 152, 153, 155, 156, 158, 159, 161

Cultura | 5, 7, 14, 16, 17, 18, 25, 28, 30, 33, 36, 40, 96, 97, 99, 176

D

Desterritorialização | 13, 42, 126, 144, 154, 157, 161, 164, 179

G

Goiás | 27, 28, 32, 34

H

História Oral | 13, 19, 20, 24, 25, 74, 79, 122, 141, 142, 145

I

Identidade de gênero | 41, 42, 45, 46, 47, 52, 107

Interdisciplinaridade | 7, 25, 29, 75, 151

Interdisciplinaridade | 7, 25, 29

L

LGBT | 96, 97, 98, 105, 108, 181

LGBTfobia | 96, 100, 106, 182

M

Memórias | 6, 13, 14, 15, 18, 20, 23, 24, 37, 38, 43

Mídias digitais | 6, 32, 33

Movimento Sem Terra | 69, 70, 182

Mulheres camponesas | 7, 9, 10, 69, 71, 74, 76, 77, 78, 121, 127

Mulheres quilombolas | 7, 81, 82, 83, 87, 89

N

Narrativas | 6, 7, 13, 14, 19, 44, 50, 61, 66, 74, 75, 76, 80, 122, 124, 141

Nome social | 45

P

PROCON | 10, 147, 148, 149, 150, 151, 154, 157, 158, 159, 160, 182

Q

Quintais produtivos | 10, 133, 135, 137, 142

S

Siqueirismo | 32, 36

Star Wars | 9, 55, 56, 57, 58, 59, 67

T

Territorialidades | 6, 7, 14, 44, 52, 73, 121, 147, 149, 150, 151, 154, 161

Transexualidade | 41, 42, 46

Travestis | 6, 7, 9, 41, 42, 43, 45, 47, 96

W

Webjornalismo | 10, 95, 97, 99, 105, 107

SOBRE OS/AS AUTORES/AS

ALESSANDRA DA CONCEIÇÃO MORAIS

Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Mestre em Estudos de Cultura e Território pelo Programa de Pós-Graduação em Estudo de Cultura e Território (PPGCULT). Membro do Grupo de Pesquisa e Extensão Katãm (GPEPKA).

BRAZ BATISTA VAS

Possui graduação em História (Bacharelado e Licenciatura) (1997), Mestrado (2000) e Doutorado (2011) pela Unesp-Franca, e pós-doutorado em Economia dos Comuns pelo Cedeplar - UFMG (2020). Atualmente é professor do Curso de História da Universidade Federal do Norte Tocantins - UFT - Araguaína. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil Império e História Latino-Americana, pesquisando principalmente os seguintes temas: História Militar, Guerra do Paraguai, Exército, Logística, História da América, Tecnologias Digitais e Ensino de História e Economia dos Comuns. Possui experiência de gestão como Coordenador do Curso de Graduação em História da UFT, Coordenador do Curso de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ensino de História - ProfHistória e participação em comissões e designações da gestão universitária. Atua no ProfHistória e no PPGCult.

CRISTIANE DIAS DA SILVA

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins PGDR – UFT. Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Territórios da Universidade do Norte do Tocantins – PGCULT – UFNT. Foi professora convidada na Universidade Federal do Norte do Tocantins no Curso de Tecnologia em Gestão de Cooperativas 2021. Graduada em Geografia pela Faculdade IBRA – Instituto Brasil de Ensino, Graduada em Gestão

de Cooperativas pela Universidade Federal do Tocantins – UFT - 2015, Especialista em Contabilidade Controladoria e Finanças pelo ITOP - 2016, Especialista em Docência do ensino superior pela FAIARA – 2017.

DISLAINE DIAS DOS SANTOS

Mestre em cultura e território, Graduada em Geografia e Pedagogia e Psicopedagoga institucional clínico e ludopedagógico.

DERNIVAL VENÂNCIO RAMOS JÚNIOR

Historiador. Pesquisador do NEUZA-UFNT/UFT e professor da Universidade Federal do Tocantins e do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território- PPGCULT, UFT/UFNT.

ELIAS DA SILVA

Doutor em Geografia pela Universidade de São Paulo, Mestre pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Especialista e Graduado pela Universidade Federal de Mato Grosso. É professor Associado da Universidade Federal do Tocantins, membro permanente do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território, Pós-Doutorado pela Universidade Federal do Pará, com pesquisas no âmbito dos comuns e comuns urbanos no norte do Tocantins.

FELIPE EDUARDO LOPES OLIVEIRA

Bacharel e licenciado em História pela Universidade Federal do Tocantins, mestre em Estudos de Cultura e Território pelo Programa de Pós-graduação de Estudos em Cultura e Território – PPGCULT-UFNT. Agente Pastoral da Comissão Pastoral da Terra e professor de História do ensino básico no Colégio Santa Cruz de Araguaína.

GILSON GOMES COELHO

Professor Adjunto do curso de Psicologia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS- CPAR). Doutor em Psicologia, com ênfase

em Psicologia e Sociedade, pelo Programa de Pós- Graduação em Psicologia da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP-Assis). Mestre em Psicologia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM) e em Estudos de Cultura e Território pela Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT). Especialista em Psicologia da Saúde. Graduado em Psicologia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS- Câmpus do Pantanal).

JOSILENE RODRIGUES MONTEIRO

Mestra em Estudos de Cultura e Território (PPGCULT-UFNT).

JEAN CARLOS RODRIGUES

Formado em Geografia, com Mestrado e Doutorado em Geografia. Professor do Curso de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território (PPGCULT) da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT).

LEOMAURA MIRANDA DE ANDRADE SOARES

Mestra em Estudos de Cultura e Território (PPGCULT-UFNT). Especialista em Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica (MEC/SEB/UFT/Undime). Graduada em Pedagogia na Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS). Professora da educação básica em Araguaína (TO) e Babaculândia (TO).

LUCRÉCIA BORGES BARBOSA

Licenciada em Geografia pela UFT Campus de Araguaína-TO. Pós-Graduada em Psicopedagogia Educacional pela FAIARA Araguatins-TO. Pós-Graduada em Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável pelo IFTO Campus de Araguaína-TO. Mestra em Estudos de Cultura e Território (PPGCULT) pela UFNT Campus de Araguaína-TO.

MARIA SANTANA FERREIRA DOS SANTOS MILHOMEM

Doutora em Educação pela Universidade de Brasília. Mestre em Educação pela Universidade Federal de Sergipe. Professora do Curso de Direito e Pró-reitora de Extensão Cultura e Assuntos Comunitários da Universidade Federal do Tocantins. Professora do Programa de Pós-graduação em Estudos de Cultura e Território e do Programa de Gestão em Políticas Públicas.

MAICON DOUGLAS HOLANDA

Mestre em Estudos de Cultura e Território (PPGCULT) pela Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT/Araguaína). Mestrando em Ensino de História (PPGEHIS/ProfHistória) pela Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT/Araguaína). Especializando em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí (CEAD/UFPI). Graduado em História pelo Centro de Ciências Integradas da Universidade Federal do Tocantins (CCI/UFT). Atualmente é professor na Rede Estadual de Ensino no Tocantins (SEDUC/TO).

OLIVIA MACEDO MIRANDA DE MEDEIROS

Doutora em História pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Professora do curso de História da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT). Professora do Programa de Pós-graduação em Cultura e Território (PPGCULT) da UFNT. Professora do Programa de Pós-graduação stricto sensu em Ensino de História (ProfHistória) da UFNT.

PLÁBIO MARCOS MARTINS DESIDÉRIO

Professor do Colegiado de História e do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território (PPGCult) da Universidade Federal do Tocantins (UFT), Campus de Araguaína – TO, Brasil. Doutor em Comunicação pela Universidade de Brasília (UnB).

REJANE CLEIDE MEDEIROS DE ALMEIDA

Doutora em Sociologia (UFG), Mestre em Educação (UFG). Especialista em Educação do campo e Agroecologia (UEG). Professora Adjunta da Universidade Federal do Tocantins, atua no curso de educação do campo, Campus de Tocantinópolis, vice- coordenadora e professora do Programa de Pós-graduação em Estudos de Cultura e Território- PPGCULT, UFT, campus Araguaína. Pesquisadora do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia- PNCSA.

RENATA AGUIAR DE VASCONCELOS

Graduada em Direito (FACDO), Pós Graduada em Direito do Consumidor (Universidade Cândido Mendes), Pós graduada em Direito Publico e Docência Universitária (Universidade Damásio de Jesus) e Mestre em Estudos de Cultura e Território (PPGCULT/UFNT).

RODRIGO REIS FIGUEIRA

Graduado em Educação Física Bacharelado e Licenciatura, Especialização em Segurança Viária Urbana pela UFT, Mestre em Estudos de Cultura e Território pela UFNT, 1º Sargento do Corpo de Bombeiro Militar do Estado do Tocantins, exercendo atualmente a função de Coordenador Esportivo no Colégio Militar do Tocantins Jardenir Jorge Frederico.

VICTÓRIA FEITOSA SAMPAIO

Cearense crescida no Tocantins, gosta de poesias rimadas, nerdices, música latina e estudos de gênero. Mestra em Estudo de Culturas e Territórios (PPGCult) pela Universidade Federal do Tocantins, Pós-Graduada em Prática Judiciária pela Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) e em Direito Constitucional. Advoga com foco de atuação em Direito de Famílias, Sucessões e Consumidor. Palestrante, escritora e militante pelos direitos das mulheres e minorias.

VINÍCIUS GOMES DE AGUIAR

Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Goiás, professor do curso de licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) e coordenador do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território (PPGCult).

SOBRE OS/AS ORGANIZADORES/AS

ADRIANA FEITOSA FREIRE

Mestre em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais pela UFT, Especialista em Enfermagem do Trabalho (UNIRG) e Educação Ambiental (IBPEX). Graduada em Ciências Biológicas pela FAFOPA-PE e Bacharel em Enfermagem (ITPAC). Servidora Pública Federal lotada na Secretaria do PPGCULT, UFT/UFNT. E-mail: adriana.freire@uft.edu.br

DERNIVAL VENÂNCIO RAMOS JÚNIOR

Historiador. Pesquisador do NEUZA-UFNT/UFT e professor da Universidade Federal do Tocantins e do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território- PPGCULT, UFT/UFNT. E-mail: derniveljunior@gmail.com

SARIZA OLIVEIRA CAETANO VENÂNCIO

Doutora em Antropologia Social pela Unicamp, professora do Colegiado de História e do PPGCULT da Universidade Federal do Norte do Tocantins. E-mail: sarizacaetano@gmail.com

VANESSA LESSIO DINIZ

Professora do curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) - campus Araguaína. Professora do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território – PPGCult e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFNT. Doutora em Geografia pelo Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Mestra em Ensino e História de Ciências da Terra pela Unicamp (2014). Possui bacharelado e licenciatura em Geografia pela mesma universidade (2011). E-mail: vanessalessiodiniz@gmail.com



EDUFNT

EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS